



Estácio
PARTICIPAÇÕES



Ribeirão Preto/SP



Rio de Janeiro/RJ

Manual para Assembleia Geral Ordinária

18 de abril de 2018

15:00 horas

Local: Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Auditório,
Bairro: Saúde, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20081-311



Boa Vista/RR



Natal/RN

SUMÁRIO:

SUMÁRIO:	2
1. Mensagem do Conselho de Administração.....	3
2. Mensagem do Diretor Presidente	4
3. Data, horário e local de realização da Assembleia Geral Ordinária	6
4. Procedimentos prévios e prazos	6
4.1. Orientações para Participação Pessoal ou por Procuração.....	6
4.1.1. Orientações para Participação mediante Pedido Público de Procuração	8
4.2. Orientações para Participação mediante o envio de Boletim de voto a distância	8
4.2.1 Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia	9
4.2.2. Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas aos agentes de custódia	10
4.2.3. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia	10
4.3. Esclarecimentos Adicionais	11
5. Cópia fiel do edital de convocação.....	12
6. Propostas da administração a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária	14
7. DOCUMENTOS ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	20
7.1 Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia (conforme item 10 do Formulário de Referência em atendimento ao disposto Art. 9º, III da instrução CVM 481/09).....	20
7.2 Anexo 9-1-II – Proposta de destinação do lucro líquido (conforme Art. 9º, §único, II da Instrução CVM 481/09) 54	
7.3 Informações dos Candidatos a Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme previsto no Art. 10 da instrução CVM 481/09	58
7.4 Informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, conforme estabelece o inciso ii do artigo 12 da Instrução CVM 481/09	68
7.5 Modelo de Pedido de Procuração (Anexo 23 da Instrução CVM 481/09).....	118
7.5.1 Modelo de Procuração.....	120
8. Parecer do Conselho Fiscal.....	123
9. Parecer do Comitê de Auditoria e Finanças	124
10. Modelo de Boletim de Voto a Distância	125

1. Mensagem do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

É com muita satisfação que convidamos V.Sas. a participarem da Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia” ou “AGO”) da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”), convocada para o dia 18 de abril de 2018, às 15:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Auditório, Saúde, CEP 20081-311, na cidade e estado do Rio de Janeiro, Brasil.

As matérias a serem deliberadas na Assembleia estão descritas no Edital de Convocação e neste Manual para Assembleia Geral Ordinária (“Manual”). Para a instalação da Assembleia, em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia. Caso o quórum não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a nova data para a realização da Assembleia, em segunda convocação, sendo que, neste caso, esta poderá ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

Considerando que a Estácio é uma companhia de capital pulverizado, estamos unindo esforços para garantir a maior participação possível de nossos acionistas na Assembleia, e, conseqüentemente, realizá-la em primeira convocação. Para tanto, em observância ao estabelecido pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481/2009, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM nº 481/09”), a Estácio disponibilizará o sistema de votação a distância, consoante já feito nas Assembleias realizadas no exercício social anterior, bem como formulará pedido público de procuração para os acionistas que optem por não utilizar o procedimento de votação a distância.

Nesta AGO haverá eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e contamos ainda com a participação dos Srs. para votação quanto à instalação e eleição do Conselho Fiscal. A participação efetiva dos acionistas nesta Assembleia é uma oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas, para uma tomada de decisão consciente.

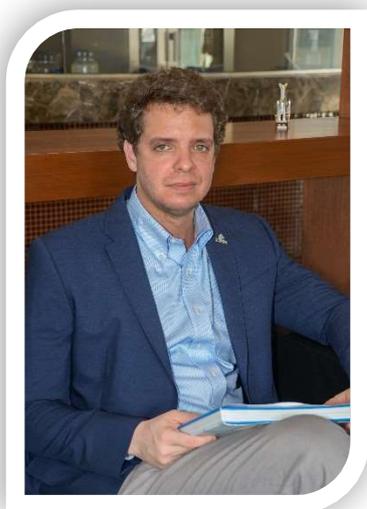
Após quase oito anos no Conselho de Administração da Companhia, sendo os últimos dois como Presidente, gostaria de comunicar aos Srs. a minha decisão de não mais me candidatar a um novo mandato. É chegada a hora de renovar. Entendo que a melhor governança, de qualquer companhia saudável, deve se beneficiar da mudança, de tempos em tempos, de seus administradores. Decisão semelhante tomou o meu estimado colega Francisco Amaury Olsen. Foi um prazer e uma honra compor um time de pessoas tão qualificadas, responsáveis e profissionais, os quais são os verdadeiros responsáveis pelo sucesso dessa Organização. Por último, agradeço aos acionistas, colegas de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, pelo respeito e apoio durante todos esses anos.

Esperamos que este Manual, assim como os Anexos estabelecidos pela Instrução CVM nº 481/09 que fazem parte integrante deste, lhes sejam úteis para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito da Assembleia, bem como sejam facilitadores para a tomada de decisão. O presente documento e seus Anexos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.estacioparticipacoes.com.br), bem como nos sites da B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). A sua participação na Assembleia e o seu voto são de fundamental importância. Contamos com a sua presença e aproveitamos para apresentar nossa consideração e apreço.

Cordialmente,
João Cox Neto
Presidente do Conselho de Administração



2. Mensagem do Diretor Presidente



É com satisfação que os convocamos para a Assembleia Geral Ordinária da Estácio. O ano de 2017 foi um ano de muitas mudanças, trabalho e êxito para a Companhia. Podemos destacar:

✓ **Resultados Financeiros:** 2017 foi um ano de destaque na geração de caixa da Companhia, que terminou o ano com uma posição de R\$ 524,4 milhões, ou seja, R\$ 120,4 milhões acima do registrado em 2016, com destaque para a geração de caixa oriunda do pagamento da 2ª parcela, pelo Governo Federal, do FIES (PN23) no valor de R\$ 167,4 milhões em 30 de junho de 2017. A Companhia reduziu ainda seu endividamento bruto em R\$ 495,4 milhões, com destaque para a redução do endividamento bancário em R\$ 455,2 milhões.

✓ **Governança Corporativa:** Em 2017, a Diretoria Executiva aprimorou nossas práticas de governança, em consonância com as recentes modificações no regulamento do Novo Mercado, nas instruções da Comissão de Valores Mobiliários, e com as melhores práticas de mercado. Neste sentido, propôs a transformação dos nossos três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração em estatutários (Comitê de Auditoria e Finanças, Comitê Acadêmico e Comitê de Gente e Governança); a criação de um novo comitê estatutário (Comitê de Estratégia); o aperfeiçoamento das políticas, dos regimentos internos dos comitês estatutários, dos códigos, das práticas, e de mecanismos de controle; a criação das áreas de gerenciamento de riscos e de *compliance*; a realização de treinamentos de *compliance* em aproximadamente 11.000 colaboradores na modalidade à distância e de 1.500 colaboradores na modalidade presencial; a veiculação de campanhas internas periódicas sobre Ética e Programa de Integridade; bem como a criação de comitês de assessoramento à Diretoria (Comitê de Clima, Comitê de Risco, Comitê de Ética e Comitê de *Loyalty*).

✓ **Excelência na qualidade acadêmica:** Os cursos da Estácio avaliados no ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES 2016 (com resultados divulgados em 2017) obtiveram resultados satisfatórios no Conceito Preliminar de Curso (CPC) em aproximadamente 96% do total de cursos avaliados. Adicionalmente, no âmbito da referida avaliação, 19 cursos foram avaliados como excelentes (ou seja, obtiveram o conceito CPC>=4). Em relação ao Índice Geral de Cursos (IGC), todas as Instituições de Ensino Superior (“IES”) da Companhia obtiveram conceitos satisfatórios em 2016 (ou seja, conceito >=3). A Universidade Estácio de Sá, por exemplo, manteve-se no patamar das instituições com nota 4, defendendo o título de 2ª melhor universidade privada do Rio de Janeiro. Ressaltamos que não possuímos nenhuma IES com CPC abaixo de 3.

✓ **Desenvolvimento de Gente & Engajamento:** Em 2017, fortalecemos nossos Programas de Formação de Liderança, com o lançamento do Programa de Desenvolvimento em Gestão (“PDG”) que tem como objetivo desenvolver competências e habilidades gerenciais dos Líderes Estácio, bem como mantivemos o foco no abastecimento do pipeline de Gente com a 6ª edição do Programa Trainee, formando jovens potenciais para carreira na empresa. Seguimos preservando o nosso Clima Organizacional com a realização de pesquisas anuais, conduzidas por uma renomada consultoria. Em outubro de 2017, realizamos mais um ciclo de aplicação da pesquisa, obtendo uma adesão histórica de 12 mil respondentes, equivalente a 79% dos colaboradores Estácio, e com um resultado geral de 74% de engajamento. Para propor e acompanhar a execução de melhorias no Clima, a Estácio possui Comitês multifuncionais com reuniões periódicas para discussão de ações.

✓ **Prêmio Estácio de Jornalismo, Programa “Educar para Transformar” e Programa Mais Médicos:** Em 2017, a Diretoria de Relações Institucionais e de Sustentabilidade aprimorou seus programas nacionais de relacionamento institucional e de responsabilidade social detalhados no Manual de Sustentabilidade 2017, dentre eles: O Prêmio Estácio de Jornalismo; o Programa

“Educar para Transformar” estruturado em 4 pilares – Estácio no Esporte, Estácio na Escola, Estácio Cidadania e Estácio na Cultura. Participou, ainda, do Programa Mais Médicos do governo federal, que aprovou 4 propostas do Grupo Estácio nos estados do RJ, SC e BA para instalação de cursos de graduação de medicina, cuja implementação pela Estácio já fora iniciada ao longo de 2017. Destacamos, também, um substancial índice de positividade da marca Estácio de 82%.

✓ **Pagamento de Dividendos:** Em 2017, a Estácio pagou mais de R\$ 87 milhões em Dividendos aos seus acionistas, conforme deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2017.

Como os Senhores têm conhecimento, o objetivo deste Manual é reunir, em um único documento, todas as informações e esclarecimentos a respeito da Assembleia Geral Ordinária da Estácio de 2018, facilitando uma tomada de decisão consciente.

Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para orientá-los quanto à compreensão deste Manual.

Contamos com a sua presença, aproveitando para apresentar nossa consideração e apreço.

Muito obrigado,

Pedro Thompson

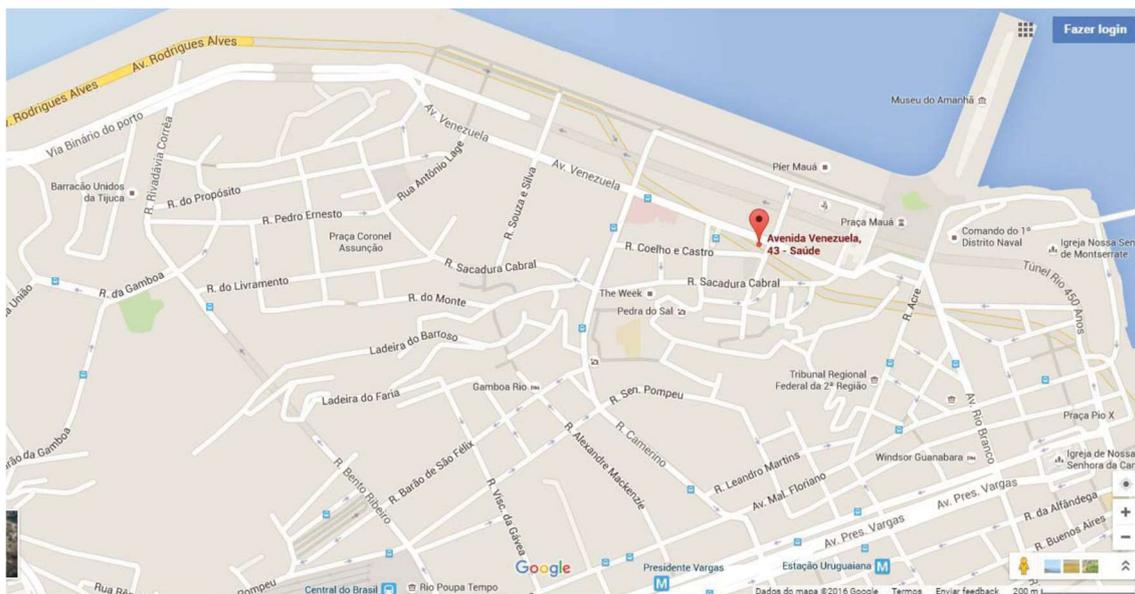
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

3. Data, horário e local de realização da Assembleia Geral Ordinária

Data: 18 de abril de 2018

Horário: 15:00 horas

Local: Sede da Companhia, localizada na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Auditório, Bairro: Saúde, CEP 20081-311, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.



4. Procedimentos prévios e prazos

Os acionistas da Estácio poderão participar da Assembleia Geral (i) **pessoalmente**, (ii) por **procurador devidamente constituído**, ou (iii) **utilizando a prerrogativa do voto a distância**, nos termos da Instrução CVM 481/09.

4.1. Orientações para Participação Pessoal ou por Procuração

Aos acionistas que desejarem participar pessoalmente da Assembleia ou por meio de procurador devidamente constituído, pedimos a gentileza de comparecerem na Sede da Companhia, localizada na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Auditório, Bairro: Saúde, na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, no dia **18/04/2018, às 15:00 horas**, portando os documentos abaixo mencionados, conforme aplicável:

- (i) documento de identidade válido com foto do acionista, no caso de acionista pessoa física;
- (ii) documento de identidade do procurador, bem como instrumento de mandato, devendo (a) o respectivo mandato ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano e (b) o procurador ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. Para os acionistas pessoas jurídicas, em consonância com decisão do Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo RJ2014/3578), a Companhia não exigirá que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira, ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários e em conformidade com as regras do Código Civil;
- (iii) cópia dos estatutos sociais ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes, no caso de pessoa jurídica, e documento de identidade com foto do representante legal;

- (iv) cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, no caso de fundos, e documento de identidade com foto do representante legal;
- (v) cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; e
- (vi) em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da Assembleia.

Com o objetivo de agilizar o processo de realização da Assembleia, pede-se que os documentos listados nos itens (ii) a (v) sejam enviados pelo acionista **até 2 (dois) dias úteis** da data da realização da Assembleia, por correspondência ou por e-mail, conforme os dados abaixo:

Estácio Participações S.A.

A/C: Diretoria Jurídica

Sr(as). Alberto Senna / Simone Braga / Bianca Peuker

Email: juridico.societario@estacio.br

Assunto: Documentos para participação na AGO

Lembramos que a regularidade dos documentos de representação será verificada antes da realização da Assembleia, razão pela qual pedimos aos acionistas a gentileza de chegarem com antecedência à Assembleia de forma que possam ser conferidos os documentos necessários em tempo hábil à sua participação.

Adicionalmente, os acionistas podem, ainda, optar por votar as matérias constantes deste Edital mediante a utilização do pedido público de procuração, conforme a Instrução da CVM 481/09, nos termos descritos no Item 7.8 deste Manual, e também por meio do boletim de voto a distância.

4.1.1. Orientações para Participação mediante Pedido Público de Procuração

Conforme anunciado em **Comunicado ao Mercado** divulgado nesta data, a administração realiza pedido público de procuração (“Pedido Público de Procuração”) para as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, de sorte a facilitar a participação/votação de todos os seus acionistas.

O Modelo de Procuração é fornecido na forma do artigo 23 e respectivo Anexo 23 da Instrução CVM 481/09, conforme minuta constante deste Manual (Item 7.5.1). Nesse documento, serão encontradas todas as informações requeridas pela lei e pela regulamentação aplicável, necessárias à outorga do instrumento solicitado.

As procurações físicas (acompanhadas dos documentos que confirmam a representação, conforme aplicável), deverão ser enviadas à Companhia, por correspondência ou e-mail, observado que as vias originais das procurações enviadas por email também deverão ser encaminhadas à Companhia no endereço abaixo, preferivelmente até o dia 16 de abril de 2018 (dois dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia)

Estácio Participações S.A.

A/C: Diretoria Jurídica

Sr(as) Alberto Senna / Simone Braga / Bianca Peuker

Avenida das Américas, 4.200, bloco 11, cobertura, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP 22640-907

Email: juridico.societario@estacio.br

Assunto: Documentos para participação na AGO

Acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social poderão realizar pedidos públicos de procuração, nos termos da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM 481/09.

A Companhia e sua administração não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas.

Em caso de dúvida com relação aos procedimentos de representação acima, favor contatar

Flávia Menezes de Oliveira

Gerente de Relações com Investidores

Avenida das Américas, 4.200, bloco 11, cobertura, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP 22640-907

Tel: 55-21-3311-9700

E-mail: ri@estacioparticipacoes.com

4.2. Orientações para Participação mediante o envio de Boletim de voto a distância

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM 481/09, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância (“**Boletim**”), que consta do Item 10 deste Manual. O Boletim é um documento eletrônico cuja forma reflete o Anexo 21-F da Instrução CVM 481/09, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da Assembleia.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

- (i) por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia;
- (ii) por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou

- (iii) mediante encaminhamento do Boletim diretamente à Companhia.

O Boletim poderá ser acessado, para impressão e preenchimento prévio, nos *websites* da Companhia (www.estacioparticipacoes.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Adicionalmente, ressalta-se que o Boletim deverá ser recebido pela Companhia no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, **até 11 de abril de 2018** (inclusive). Eventuais Boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

Encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, a partir de 12 de abril de 2018, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia, presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, mediante solicitação específica de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação.

4.2.1 Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas titulares de ações escrituradas pela Itaú Corretora de Valores S.A. e que não estejam depositadas em depositário central.

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central – como, por exemplo, junto à B3 – e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços, poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia, a Itaú Corretora de Valores S.A., observadas as regras por ele determinadas.

As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaub.com.br/securitieservices/assembleiadigital/>.

Caso o acionista possua ações custodiadas em mais de uma instituição, (a citar, por exemplo, situações em que parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante), basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

Em caso de dúvida com relação aos procedimentos acima, favor contatar a Itaú Corretora de Valores S.A.:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar – São Paulo
Atendimento a acionistas:
3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)
0800 7209285 (demais localidades)
O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.
Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, **até 11 de abril de 2018** (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a esta data, não for estabelecido pelo escriturador.

4.2.2. Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas aos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas titulares de ações custodiadas no depositário central – como, por exemplo, junto à Central Depositária da B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3, e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços, deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por eles determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, **até 11 de abril de 2018** (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Vale notar que, conforme determinado pelo art. 21-S da Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

4.2.3. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Avenida das Américas, 4.200, bloco 11, cobertura, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP 22640-907, aos cuidados da Diretoria Jurídica - Gerência Jurídica Corporativa:

- (i) via física do Item 10 ao presente Manual devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia autenticada dos documentos descritos no item 4.1 acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico juridico.societario@estacio.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia dos demais documentos requeridos, **até o dia 11 de abril de 2018**, para a Avenida das Américas, 4.200, bloco 11, cobertura, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP 22640-907, aos cuidados do da Diretoria Jurídica – Gerência Jurídica Corporativa.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 1 do Boletim, acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481/09.

Caso o Boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 1 do Boletim, que indicará a necessidade de reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Até o dia 11 de abril de 2018, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Entretanto, caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º da Instrução CVM nº 481/09.

4.3. Esclarecimentos Adicionais

Em caso de dúvida com relação aos procedimentos de representação acima, favor contatar

Flávia Menezes de Oliveira
Gerente de Relações com Investidores
Tel: 55-21-3311-9700
E-mail: ri@estacioparticipacoes.com

5. Cópia fiel do edital de convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Acionistas da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada em 18 de abril de 2018, às 15:00 horas, na sede da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Auditório, Bairro: Saúde, CEP 20081-311 (“Sede”), para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia:

1. apreciar o relatório anual da administração, tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31.12.2017;
2. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do Exercício Social encerrado em 31.12.2017 e sobre a distribuição de dividendos;
3. deliberar sobre (i) o número de membros que comporá o conselho de administração e (ii) a eleição dos seus membros;
4. fixar a remuneração global anual dos Administradores para o Exercício Social de 2018;
5. instalar o conselho fiscal;
6. eleger os membros titulares e suplentes do conselho fiscal, uma vez aprovada a sua instalação; e
7. fixar a remuneração dos membros do conselho fiscal da Companhia para o Exercício Social de 2018.

Informações Gerais: Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas, incluindo o “Manual para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia” (“Manual”), se encontram à disposição dos acionistas, para consulta, (i) na Sede da Companhia; (ii) no *website* da Companhia (www.estacioparticipacoes.com.br); (iii) no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e (iii) no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A participação dos Acionistas na Assembleia poderá ser:

- (I) **PESSOAL:** solicitamos que os Acionistas que optarem por participar pessoalmente da Assembleia compareçam à Assembleia munidos (a) de documentos que comprovem, no caso de (i) pessoa física, a sua identidade e (ii) no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários dos mesmos e atos que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante, nos termos indicados no Manual e (b) dos documentos que comprovem a titularidade das ações pelo Acionista, conforme definidos no Manual; ou
- (II) **VIA BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA:** O sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, permite que os Acionistas da Estácio exerçam o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância, mediante o envio (i) de instruções de preenchimento do referido documento transmitidas ao escriturador da Companhia; (ii) de instruções de preenchimento do referido documento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) de Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, acompanhado dos documentos e informações necessárias, conforme as orientações constantes também do Manual; ou

- (III) **POR MEIO DE PROCURADOR:** as procurações poderão ser outorgadas de forma física, observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, incluindo, exemplificativamente, os documentos que comprovem a titularidade das ações pelo Acionista, conforme definidos no Manual, e os documentos que comprovem a identidade do procurador. Adicionalmente, os acionistas podem, ainda, optar por votar as matérias constantes deste Edital mediante a utilização do pedido público de procuração, nos termos da Instrução da CVM 481/09.

A Companhia solicita que, se possível, para melhor organização da Assembleia, os documentos descritos nos itens (I) e (III) acima, lhe sejam entregues com 2 (dois) dias úteis de antecedência à realização da Assembleia, nos termos descritos no Manual.

A Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5%.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

João Cox Neto
Presidente do Conselho de Administração.

6. Propostas da administração a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária

Senhores Acionistas,

A Administração da Estácio vem apresentar aos Senhores Acionistas as propostas acerca dos temas a serem submetidos à sua apreciação, quais sejam:

1) APRECIAR O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO, TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, E EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2017:

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da declaração da diretoria de que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, publicadas no dia **16 de março de 2018** no jornal “Valor Econômico” e no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro”, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 15 de março de 2018. Na mesma data, o Conselho Fiscal e, em 08 de março de 2018, o Comitê de Auditoria e Finanças, apresentaram recomendação favorável à aprovação do Relatório da Administração, incluído as contas dos administradores, e das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social. Pela análise das Demonstrações Financeiras é possível avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Companhia.

As Demonstrações Financeiras tem como data base o dia 31 de dezembro de 2017 e são elaboradas em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas e orientações, aprovados pela CVM. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento das mesmas.

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiram um parecer sem ressalvas sobre as mesmas.

Relatório de Administração

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas, operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício, assim como informações de caráter não financeiro e operacionais, incluindo informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, responsabilidade social, mercado de capitais e governança corporativa.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores no *website* da Estácio (www.estacioparticipacoes.com.br) e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017;

- (c) Parecer dos Auditores Independentes;
- (d) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 2017;
- (e) Parecer do Comitê de Auditoria e Finanças;
- (f) Parecer do Conselho Fiscal; e
- (g) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Estácio, nos termos requeridos pelo art. 9º, item (III), da Instrução CVM 480/09 (item 7.1 deste Manual).

CONSIDERANDO O ACIMA EXPOSTO, PROPOMOS que o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31.12.2017, sejam apreciados e aprovados pelos Srs. Acionistas.

2) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2017 E SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS:

O lucro líquido da Estácio auferido no exercício social de 2017 foi de **R\$424.589.526,10 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e dez centavos)**.

Propomos a seguinte destinação para o lucro líquido descrito acima:

a) Reserva Legal:

Em cumprimento ao disposto no art. 193 da Lei 6.404/76, propomos a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à reserva legal, no montante de **R\$21.229.476,30 (vinte e um milhões, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta centavos)**.

b) Distribuição de Dividendos:

Propomos, em consonância com o disposto no Artigo 31(c) do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos aos Acionistas correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício (o qual consiste no lucro líquido do exercício reduzido do valor destinado à constituição da reserva legal, nos termos do item (a) acima), no montante de **R\$100.840.012,45 (cem milhões, oitocentos e quarenta mil, doze reais e quarenta e cinco centavos)**, sendo o valor do dividendo por ação estimado em **R\$0,32588**, para pagamento à vista em **14.06.2018**. Farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas da Companhia titulares de posições acionárias em 18 de abril de 2018, data em que os dividendos serão declarados. As ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 19 de abril de 2018.

c) Reserva para Efetivação de Novos Investimentos:

Propomos a destinação do saldo remanescente do lucro líquido ajustado do exercício de 2017, no montante total de **R\$302.520.037,35 (trezentos e dois milhões, quinhentos e vinte mil, trinta e sete reais e trinta e cinco centavos)**, à Reserva para Efetivação de Novos Investimentos, nos termos do Artigo 31(e) do Estatuto Social da Companhia.

A retenção dos lucros ora proposta se faz necessária para que a Companhia mantenha uma posição forte em seu saldo de caixa e consiga promover seus projetos e planos de desenvolvimento, mantendo o seu compromisso na otimização do retorno aos acionistas no longo prazo.

CONSIDERANDO O ACIMA EXPOSTO, PROPOMOS que a destinação do lucro líquido acima seja apreciada e aprovada pelos Srs. Acionistas.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 constam do item 7.2 à presente proposta.

3) DELIBERAR SOBRE (i) O NÚMERO DE MEMBROS QUE COMPORÁ O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E (ii) A ELEIÇÃO DOS SEUS MEMBROS

Nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 5 (cinco), e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos pela

Assembleia Geral para cumprir mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, observado que ao menos 20% (vinte por cento) ou 2 (dois) dos seus membros eleitos, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme estabelecido pelo Regulamento do Novo Mercado em vigor.

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada através de dois sistemas de votação: (i) votação por chapa ou (ii) processo de voto múltiplo. A votação por chapa, adotada pela Companhia nas duas últimas assembleias gerais, permite que a escolha dos integrantes de cada chapa caiba a um acionista ou grupo de acionistas, de modo que todas as vagas do Conselho sejam preenchidas pelos integrantes da chapa mais votada. Por sua vez, o processo de voto múltiplo é um procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

O percentual mínimo para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital social, observado que acionistas que possuem este percentual mínimo podem requerer o processo de voto múltiplo à Companhia, por escrito, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de realização da Assembleia.

Caso os acionistas da Companhia não tenham solicitado a adoção do voto múltiplo, a eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser realizada através de chapas registradas previamente junto à mesa da Assembleia ou apresentadas à Companhia na forma do artigo 28 da Instrução CVM 481/09.

Considerando o acima exposto, PROPOMOS que sejam mantidos os 9 (nove) assentos efetivos no Conselho de Administração e que seja eleita a chapa a seguir: Srs. Juan Pablo Zucchini, Brenno Raiko de Souza, Maurício Luís Luchetti, Líbano Miranda Barroso, Igor Xavier Correia Lima, Flavio Benício Jansen Ferreira, Jackson Medeiros de Farias Schneider, Osvaldo Burgos Schirmer, e Luiz Roberto Liza Curi.

A Companhia, ao indicar os referidos candidatos, procura pautar a sua escolha nas melhores práticas de Governança Corporativa quanto à composição e qualificação, tentando manter a diversidade de nacionalidade, faixa etária, formação acadêmica, conhecimento e experiência profissional, inclusive atuantes em outros conselhos de companhias nacionais e internacionais, pautados em *benchmarking* das melhores práticas de mercado, incluindo as de governança corporativa e *compliance*.

Os candidatos indicados para compor o Conselho de Administração se encontram livres e desimpedidos para o exercício do cargos, nos termos da Lei, bem como atendem aos requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor, sendo esta verificação realizada antes de sua indicação ao cargo de membro do Conselho de Administração, por meio de informações fornecidas pelos candidatos à Companhia, nos termos da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 367/02.

Destaca-se, ainda, que, conforme declarações fornecidas pelos candidatos, e de acordo com a manifestação do seu Conselho de Administração constante da ata da reunião realizada em 15 de março de 2018, os Srs. Juan Pablo Zucchini, Brenno Raiko de Souza, Maurício Luís Luchetti, Líbano Miranda Barroso, Igor Xavier Correia Lima, Flavio Benício Jansen Ferreira, Jackson Medeiros de Farias Schneider, Osvaldo Burgos Schirmer, e Luiz Roberto Liza Curi se enquadram nos critérios de independência previstos no regulamento do Novo Mercado, segmento no qual as ações emitidas pela Companhia são negociadas. Dessa forma 100% dos membros acima indicados seriam Conselheiros Independentes, nos termos do regulamento do Novo Mercado, caso reeleitos.

Os detalhes sobre os indicados encontram-se descritos no item 7.3 deste Manual, o qual contempla as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481/09 e conforme previsto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/2018.

4) FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018:

Em consonância com o disposto no art. 9º, III, do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral da Companhia fixar o montante global anual para a remuneração dos administradores para o exercício social de 2018.

PROPOMOS que seja aprovada a proposta de remuneração global anual dos administradores (conselheiros de administração e diretores) para o exercício social de 2018, no valor de **até R\$ 29.336.555 (vinte e nove milhões, trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)**. Tal valor se refere ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018. Destacamos, por fim, que as informações detalhadas sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração da Companhia, nos termos do item 13 do Formulário de Referência, conforme previsto no art. 12, item (II) da Instrução CVM 481/09, encontram-se descritas no item 7.4 deste Manual.

Para fins do valor acima proposto, nos termos da orientação da CVM, conforme entendimento exarado pelo Colegiado em reunião realizada em 10.03.2015 (Processo CVM nº RJ2014/6629), e não obstante o entendimento da Companhia de se tratarem as opções de compra de outorgas a seus colaboradores de mecanismos de retenção, considerando, no limite acima exposto, os (i) os valores relativos ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia, além dos (ii) encargos sociais arcados pela Companhia relativos à remuneração dos Administradores.

A título de comparação, trazemos a remuneração que havia sido proposta para o exercício social de 2017, incluindo os valores relativos aos itens (i) e (ii) acima:

Exercício Social de 2017

Órgãos	Remuneração Fixa ⁽¹⁾	Remuneração Variável ⁽²⁾	Encargos ⁽³⁾	Remuneração Baseada em Ações, incluindo opções ⁽⁴⁾	Total
Conselho de Administração	4.500.000	0,00	1.147.500	1.477.233	7.124.733
Diretoria Estatutária	6.331.153	11.612.364	2.016.894	2.486.771	22.447.183
Total	10.831.153	11.612.364	3.164.394	3.964.005	29.571.916

- (1) Inclui valores relativos a salário, benefícios direto ou indireto, participações em comitês, excluindo encargos.
- (2) O campo "Remuneração Variável" consiste em participação dos resultados, sendo que do valor acima: R\$8.012.364,00 se referem ao valor a ser efetivamente pago no exercício social de 2017 relativo às metas do exercício social de 2016; e (ii) R\$3.600.000,00 se refere a provisão relativa ao plano de remuneração variável complementar conforme descrito no item 13.1(g) do item 7.4 deste Manual.
- (3) Considera encargos sociais arcados pela Companhia (INSS e FGTS).
- (4) O campo "Remuneração Baseada em Ações" considera valores relativos ao Plano de Opção de Compra de Ações.

Conforme acima demonstrado, adotamos um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto, como de longo prazo). A existência da prática de remuneração variável, por meio dos programas de participação nos resultados, e de remuneração baseada em ações, por meio dos programas de incentivo de longo prazo, permite o compartilhamento do risco e de nosso resultado com nossos principais executivos e empregados-chave, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros, que viabilizem a nossa perpetuidade, bem como a criação de valor refletida na cotação de mercado de nossas ações, promovendo maior alinhamento com os acionistas da companhia.

Por fim, seguem abaixo os seguintes esclarecimentos adicionais:

- a) *Comentários sobre os valores aprovados na Proposta de Administração em 2017 e os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados:*

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2017, foi aprovado o montante de até R\$30.000.675,06 (trinta milhões, seiscentos e setenta e cinco reais e seis centavos), o qual incluía os valores previstos de remuneração fixa (incluindo salário ou pró-labore, benefícios e

participação em comitês), participação nos resultados, os valores devidos no âmbito do Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo da Diretoria Estatutária ("ILP"), o montante relativo a encargos sociais arcados pela Companhia e as despesas da Companhia relativas ao reconhecimento contábil de opções a título de remuneração, observado que, do valor aprovado, até R\$428.758,20 (quatrocentos e vinte oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos) se referiam à remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal.

O montante efetivamente reconhecido a título de remuneração da Administração da Companhia para o exercício social de 2017 foi de R\$21.559.553 (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais). A diferença de R\$12.363 (doze mil, trezentos e sessenta e três reais) entre a remuneração proposta para 2017 no valor de R\$29.571.916,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e setenta e um mil, novecentos e dezesseis reais) e a remuneração efetivamente reconhecida no valor acima destacado decorreu, principalmente, (i) à diferença de valores de remuneração variável no exercício social de 2017 relativo ao exercício social de 2016 e (ii) a provisão relativa ao Programa de Remuneração Variável Complementar.

b) *Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da Companhia:*

O limite da remuneração global anual dos Administradores proposto para o exercício social de 2018 é de **R\$ 29.336.555 (vinte e nove milhões, trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)**. O limite da remuneração global dos administradores proposto para o exercício social de 2017 foi de R\$29.571.916,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e setenta e um mil, novecentos e dezesseis reais). O valor proposto para o exercício social de 2018 é equivalente ao valor proposto para o exercício social de 2017.

É importante destacar que os valores de remuneração dos administradores estão alinhados à remuneração praticada no mercado, conforme verificamos por meio de pesquisas realizadas por consultoria externa especializada, e à estratégia de remuneração da Companhia, de forma a manter a sua competitividade em atrair e reter os seus Administradores-chave.

Ressalta-se que não há diferença entre o limite global da remuneração ora proposto e o valor da remuneração global estimado para o exercício social de 2018 constante do item 13.2 do item 7.4 deste Manual.

5) INSTALAR O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA:

Nos termos do artigo 27 do nosso Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia não é permanente, logo, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 161 da Lei 6.404/76 e na Instrução CVM 324/00, o percentual mínimo para a solicitação da instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia.

Neste sentido, a Administração da Companhia, visando a cumprir critérios de transparência e governança, **RECOMENDA** a instalação do Conselho Fiscal pelos acionistas.

6) ELEGER OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL, UMA VEZ APROVADA A SUA INSTALAÇÃO:

Nos termos do artigo 27 do nosso Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a assembleia geral ordinária que examinar e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras e contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Caso seja realizado pedido pelos acionistas de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do item 4 acima, **PROPOMOS** a eleição/reeleição dos membros abaixo elencados para compor o Conselho Fiscal, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2019:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Emanuel Sotelino Schifferle	Gustavo Matioli Vieira Janer
Pedro Wagner Pereira Coelho	Julio Cesar Garcia Piña Rodrigues
Vanessa Claro Lopes	Saulo de Tarso Alves de Lara

Os candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal encontram-se livres e desimpedidos para o exercício dos cargos, nos termos da Lei, bem como atendem aos requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor, tendo esta verificação sido realizada antes de sua indicação ao cargo de membro do Conselho Fiscal, por meio de declarações assinadas pelos candidatos.

Os detalhes sobre os indicados encontram-se descritos no item 7.3 deste Manual, o qual contempla as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481/09 e conforme previsto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/2018.

7) FIXAR A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018:

Em consonância com o disposto no art. 9º, iii, do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral da Companhia fixar o montante global anual para a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2018.

PROPOMOS que seja aprovada a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2018, no valor de até R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais). Apresenta-se, a seguir, o detalhamento da remuneração proposta, de forma a permitir uma análise mais apurada por parte dos Srs. Acionistas. A título de comparação, trazemos a remuneração que havia sido proposta para o exercício social de 2017:

Ano	Órgão	Remuneração Fixa ⁽¹⁾	Remuneração Variável ⁽²⁾	Encargos ⁽³⁾	Remuneração Baseada em Ações, incluindo opções ⁽⁴⁾	Total
2018	Conselho Fiscal	360.000	0,00	72.000	0,00	432.000
2017		341.640	0,00	87.118	0,00	428.758

(1) Inclui valores relativos a salário, benefícios direto ou indireto, excluindo encargos.

(2) O campo "Remuneração Variável" consiste em participação dos resultados.

(3) Considera encargos sociais arcados pela Companhia (INSS).

(4) O campo "Remuneração Baseada em Ações" considera valores relativos ao Plano de Opção de Compra de Ações.

Não houve diferença entre a remuneração proposta e a efetivamente paga para o Conselho Fiscal no Exercício Social de 2017.

A remuneração proposta para os membros do conselho fiscal observa o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei das no 6.404/76, não sendo inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Como se verifica, as propostas acima têm como objetivo atender aos legítimos interesses dos Acionistas e da Companhia, motivo pelo qual a Administração solicita que tais propostas sejam aprovadas na íntegra pelos senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.
Administração

7. DOCUMENTOS ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

7.1 Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia (conforme item 10 do Formulário de Referência em atendimento ao disposto Art. 9º, III da instrução CVM 481/09)

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, se referem às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM, e nossas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento técnico - CPC 21 - “Informações Financeiras Intermediárias”).

As informações constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site (www.estacioparticipacoes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos a segunda maior organização privada do setor de ensino superior no Brasil, de acordo com dados do INEP. Nossos Diretores ressaltam o compromisso da nossa Companhia em operar uma base com mais de quinhentos mil alunos, entregando excelência acadêmica e possuindo condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar nosso plano de negócios e cumprir nossas obrigações, com foco na busca contínua de melhoria de performance operacional e financeira.

Com relação às nossas principais condições patrimoniais, vale destacar que em 31 de dezembro de 2017, a nossa dívida líquida (assim considerada endividamento bruto menos caixa e disponibilidades) totalizou R\$144,6 milhões, comparada a R\$760,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 e um caixa líquido positivo de R\$478,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução do nosso índice de endividamento (assim considerado como a divisão do passivo circulante e não circulante pelo ativo total), em 31 de dezembro de 2017, foi de 0,31 comparado a 0,41 em 31 de dezembro de 2016 e de 0,40 em 31 de dezembro de 2015. Essa variação ocorreu em virtude, principalmente, da liquidação da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples e da liquidação da 1ª tranche referente a 1ª emissão de Notas Promissórias Simples da Companhia.

O aumento da dívida líquida entre os exercícios sociais de 2015 e 2016 decorreu em virtude da redução dos recursos em caixa e aplicados (disponibilidade). Tal redução está diretamente vinculada ao pagamento de R\$420,0 milhões relativos à distribuição de dividendos intermediários em caráter extraordinário, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de novembro de 2016, e de acordo com o Protocolo e Justificação da incorporação das ações de emissão da Companhia pela Kroton Educacional S.A. (“Kroton”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Estácio em 15 de agosto de 2016.

Nossos Diretores entendem que nosso capital de giro líquido (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e operacionais, refletindo adequadamente nossa capacidade de: (a) gerenciamento dos nossos negócios e nos proporcionando o financiamento necessário para o atendimento de nossa estratégia de negócios e (b) gerenciamento adequado das relações com os nossos fornecedores e clientes.

Em 31 de dezembro de 2017, o nosso capital de giro líquido alcançou R\$820,5 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era de R\$516,4 milhões e R\$819,2 milhões, respectivamente. O aumento do nosso capital de giro líquido verificado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao exercício anterior decorreu principalmente do aumento dos recursos em caixa e aplicados (disponibilidade). Tal aumento está diretamente vinculado ao recebimento de R\$167 milhões da segunda parcela do contas a receber de FIES de 2015 (PN23).

A redução do capital de giro líquido verificado em 31 de dezembro de 2016, comparado ao exercício de 2015 decorreu principalmente da redução dos recursos em caixa e aplicados (disponibilidade). Tal redução está diretamente vinculada ao pagamento de R\$420 milhões, em razão da distribuição e do pagamento de dividendos intermediários em caráter extraordinário, nos termos acima mencionados.

Atualmente, na opinião de nossos Diretores, não possuímos deficiência de liquidez, considerando o nosso indicador de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), que, em 31 de dezembro de 2017 era 1,97. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o nosso indicador de liquidez corrente era 1,55 e 2,07, respectivamente. O aumento do nosso indicador de liquidez corrente de 27,2% em 31 de dezembro de 2017, quando comparado a 31 de dezembro de 2016, decorreu, principalmente, em virtude do aumento dos recursos disponíveis em caixa e redução da dívida bruta. A redução do nosso indicador de liquidez corrente de 31 de dezembro de 2016, quando comparado a 31 de dezembro de 2015, decorreu, principalmente, da emissão da primeira série de nota promissória no valor de R\$175,0 milhões com vencimento previsto para novembro de 2017 e pela redução dos recursos disponíveis em caixa decorrente do pagamento de dividendos extraordinários em 2016 no valor de R\$ 420 milhões, conforme acima mencionado.

Adicionalmente, temos tido amplo acesso a fontes de financiamento, o que nos garante que os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, sejam suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e gerenciar a nossa estratégia de expansão. Para mais informações sobre a estrutura do nosso capital e nossas fontes de financiamentos, ver os itens 10.1(b) e 10.1(d) abaixo.

b) Estrutura de capital

Estrutura de Capital	Em 31 de dezembro de					
	2017		2016		2015	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Capital de Terceiros⁽¹⁾	1.243,84	31,0%	1.706,48	41,2%	1.708,65	39,9%
Capital Próprio⁽²⁾	2.777,26	69,0%	2.434,67	58,8%	2.572,96	60,1%

⁽¹⁾ O capital de terceiros da Companhia é representado pela totalidade do passivo circulante e não circulante.

⁽²⁾ O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017, segundo nossos Diretores, 69,01% das nossas atividades eram financiadas por meio de nosso capital próprio e aproximadamente 30,9% por meio de capital de terceiros. Na referida data, o nosso patrimônio líquido totalizou R\$2.777,26 milhões, enquanto nosso endividamento (assim considerado como a soma do nosso passivo circulante e do passivo não circulante) totalizou R\$1.243,84 milhões, dos quais R\$567,32 milhões correspondiam a empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2016, segundo nossos Diretores, 58,8% das nossas atividades eram financiadas por meio de nosso capital próprio e aproximadamente 41,2% por meio de capital de terceiros. Na referida data, o nosso patrimônio líquido totalizou R\$2.434,67 milhões, enquanto nosso endividamento (assim considerado como a soma do nosso passivo circulante e do passivo não circulante) totalizou R\$1.706,48 milhões dos quais R\$1.022,53 milhões correspondiam a empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2015, 60,1% das nossas atividades eram financiadas por meio do nosso capital próprio e aproximadamente 39,9% por meio de capital de terceiros. Em tal data, nosso patrimônio líquido totalizou R\$2.572,96 milhões, enquanto nosso endividamento totalizou R\$1.708,65 milhões, dos quais R\$1.049,65 milhões consistem em empréstimos e financiamentos.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Indicadores	2017	2016	2015
EBITDA	737,8	652,4	632,9
Dívida Líquida/ EBITDA	0,2x	1,2x	0,8x
Índice de Endividamento(1)	0,31	0,41	0,40

(1) O Índice de endividamento é representado pela divisão do total do passivo pelo total do ativo.

A Companhia gerou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 um EBITDA de R\$737,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 um EBITDA de R\$652,4 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 um EBITDA de R\$632,9 milhões. A relação dívida líquida EBITDA foi de 0,2x em 31 de dezembro de 2017, 1,2x em 31 de dezembro de 2016 e de 0,8x em 31 de dezembro de 2015. A relação entre EBITDA e dívida líquida é utilizada para indicar a capacidade de pagamento da Companhia em relação a seus compromissos financeiros.

Nossos Diretores entendem que nossos níveis de geração de caixa operacional e de endividamento nos permitem honrar nossos compromissos financeiros, conduzir nossas atividades operacionais e implementar nossa estratégia de expansão e crescimento, mediante o uso de recursos próprios e a contratação de empréstimos e financiamentos para tais fins.

Adicionalmente, os prazos de pagamento das principais despesas da nossa Companhia, como pagamentos ao corpo docente e ao nosso pessoal administrativo e o pagamento de custos de locação de espaço, coincidem, em sua maior parte, com os prazos de recebimento das mensalidades dos alunos, principal origem de receitas da nossa Companhia. Assim, os ciclos operacional e financeiro da nossa Companhia apresentam alto índice de sintonia entre a maior parte de nossas despesas com o recebimento da maior parte de nossas receitas.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

No exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, segundo nossos Diretores, a nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foi a nossa própria geração operacional de caixa, bem como (i) a Emissão de Notas Promissórias junto ao Banco Itaú no valor de R\$300,00 milhões em novembro de 2016; (ii) a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor de R\$100,0 milhões em dezembro de 2016 e; (iii) a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em 2015, já liquidada em 2017, no valor total de R\$ 197,3 milhões.

Nossos diretores avaliam constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, buscando frequentemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

Para mais informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa no ano de 2016, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos e as nossas emissões de debêntures, vide os itens 10.1(f) e 18.5 deste Formulário de Referência.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é sólida e que nossa geração de caixa continuará sendo a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulante. No entanto a nossa Companhia continuará a analisar oportunidades de financiamentos que atendam seus interesses em relação a custo e prazo para ampliar sua capacidade de investimentos e liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, o nosso endividamento correspondente a empréstimos e financiamentos era de R\$567,32 milhões. Esse montante correspondia, principalmente, (i) às emissões de debêntures realizadas pela nossa Companhia, no valor total de R\$343,2 milhões, (ii) aos saldos sacados dos empréstimos (linhas de crédito) junto ao International Finance Corporation (“IFC”) no valor total de R\$29,5 milhões, (iii) a emissão de Notas Promissórias junto ao Banco Itaú no valor total de R\$142,4 milhões, (iv) R\$13,5 milhões em financiamentos subsidiados junto a agências e bancos de fomento regionais e (v) à capitalização de leasing com equipamentos no valor de R\$38,7 milhões. Na mesma data, o valor de nosso endividamento bruto totalizou R\$669,02 milhões observado que tal valor contempla o nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) acima referido, bem como os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas (R\$87,10 milhões em 31 de dezembro de 2017) e o nosso saldo a pagar de tributos parcelados (R\$14,60 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2016, o nosso endividamento correspondente a empréstimos e financiamentos era de R\$1.022,53 milhões. Esse montante correspondia, principalmente, (i) às emissões de debêntures realizadas pela nossa Companhia, no valor total de R\$601,9 milhões, (ii) aos saldos sacados dos empréstimos (linhas de crédito) junto ao International Finance Corporation (“IFC”) no valor total de R\$33,2 milhões, (iii) a emissão de Notas Promissórias junto ao Banco Itaú no valor total de R\$300,00 milhões, (iv) R\$14,5 milhões em financiamentos subsidiados junto a agências e bancos de fomento regionais e (v) à capitalização de leasing com equipamentos no valor de R\$29,9 milhões. Na mesma data, o valor de nosso endividamento bruto totalizou R\$1.164,38 milhões observado que tal valor contempla o nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) acima referido, bem como os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas (R\$125,94 milhões em 31 de dezembro de 2016) e o nosso saldo a pagar de tributos parcelados (R\$15,91 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2015, o nosso endividamento correspondente a empréstimos e financiamentos era de R\$1.049,65 milhões. Esse montante correspondia, principalmente, (i) a três emissões de debêntures realizadas pela nossa Companhia, no valor total de R\$687,0 milhões, (ii) aos saldos sacados dos empréstimos (linhas de crédito) junto IFC no valor total de R\$68,8

milhões, (iii) à linha de financiamento em dólares norte-americanos junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch no valor de US\$61,2 milhões, equivalente à época a R\$200,0 milhões, (iv) R\$20,2 milhões em financiamentos subsidiados junto a agências e bancos de fomento regionais e (v) à capitalização de leasing com equipamentos no valor de R\$11,0 milhões. Na mesma data, o valor de nosso endividamento bruto totalizou R\$1.172,36 milhões, observado que tal valor contempla o nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) acima referido, bem como os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas (R\$103,08 milhões em 31 de dezembro de 2015) e o nosso saldo a pagar de tributos parcelados (R\$19,63 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Ainda que a Companhia tenha registrado um caixa líquido negativo nas referidas datas, ou seja, o total de caixa e equivalentes de caixa não superou o endividamento bruto, não havia a exposição em relação ao *covenant* Dívida Líquida/EBITDA. Embora nossa Despesa Financeira Líquida tenha sido negativa, ou seja, registramos uma receita financeira inferior à nossa despesa financeira, a nossa exposição ao índice de EBITDA/Despesa Financeira Líquida, usualmente utilizado para mensurar a capacidade da Companhia de cobrir seus gastos com os juros das dívidas contratadas, ainda é inferior ao *covenant* acordado em nossas emissões de debêntures.

Estrutura da Dívida

Em 31 de dezembro de 2017, a nossa dívida total era de R\$567,3 milhões, com uma parcela de R\$47,7 milhões garantida por nossos ativos, com prazo médio de vencimento das amortizações de 1,1 anos e custo médio de 11,5% ao ano em reais.

ESTRUTURA DA DÍVIDA <i>em R\$ mil</i>	Em 31 de dezembro de		
	2015	2016	2017
Dívida bruta	1.049.648	1.022.533	567.321
Parcela garantida por ativos da Companhia	6,0%	4,7%	7,6%
Prazo médio das amortizações (em anos)	2,1	1,5	1,1
Custo médio	13,6%	15,6%	11,5%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Segundo nossos Diretores, a maior parte do nosso endividamento decorre dos (i) nossos dois financiamentos obtidos junto ao IFC, (ii) às nossas emissões de debêntures, (iii) a nossa emissão de notas promissórias e (iv) aos financiamentos junto a agências e bancos de fomento regionais, cujos recursos estão sendo utilizados para melhoria dos campi atuais, expansão orgânica e aquisições realizadas pela nossa Companhia. Tais operações possuem vencimentos entre 2017 e 2025, sendo as principais descritas abaixo:

- Em 15 de dezembro de 2010, foi contratado junto ao IFC uma linha de crédito no valor de US\$30 milhões (R\$68,8 milhões, convertido à taxa de câmbio do dia) a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,53% ao ano, e vencimento em novembro de 2020. Como garantia, foi constituída a cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos pela nossa Companhia (saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 de R\$18,8 milhões).
- Em 20 de outubro de 2011, foi contratado junto ao IFC uma segunda linha de crédito no valor de US\$70 milhões (dos quais já foram sacados, em julho de 2012, US\$10 milhões (o que correspondia a R\$20,3 milhões, convertido à taxa de câmbio do dia), a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,69% ao ano, e vencimento em setembro de 2021. Como garantia, foi constituída a cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos pela nossa Companhia (saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 de R\$10,7 milhões).
- Em 25 de novembro de 2011, foi efetuada a 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Companhia, no valor de R\$200 milhões, originalmente, a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,6% ao ano, e vencimento em novembro de 2017. Em

maio de 2014, foi aprovada por meio de assembleia geral de debenturistas, a redução da taxa de juros para CDI + 1,5% ao ano bem como a postergação do vencimento das debêntures para maio de 2019. Essa emissão foi pré-paga em novembro de 2016 por R\$ 214,1 milhões.

- Em 15 de outubro de 2014, foi efetuada a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Companhia, no valor de R\$300,0 milhões, a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,18% ao ano, e vencimento em outubro de 2019 (saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 de R\$243,1 milhões).
- Em 19 de março de 2015, a Companhia contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch no valor de US\$61,2 milhões, com vencimento em 14 de março de 2016. Adicionalmente, visando mitigar a exposição cambial gerada pelo financiamento, foi contratado também, junto ao mesmo banco, operação de swap por meio da qual a Companhia pagará uma taxa final (*all in*) de CDI + 0,12% a.a., tendo como garantia Nota Promissória sem aval, no valor de 130% do valor da operação e cessão de swap. Os recursos serão utilizados para o fortalecimento do caixa e manutenção do plano de expansão da Companhia. O empréstimo foi devidamente quitado na data de seu vencimento.
- Em 04 de novembro de 2016, foi efetuada a 1ª Emissão Notas Promissórias Simples, Não Conversíveis em Ações da Companhia, no valor de R\$300,0 milhões, em duas tranches, sendo a (i) 1ª tranche no valor de R\$ 175,0 milhões a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,50% ao ano. Essa tranche foi liquidada em 06 novembro de 2017 no valor total de R\$ 197,2 milhões; e (ii) 2ª tranche no valor de R\$125,0 milhões a uma taxa de juros equivalente à Taxa CDI + 1,65% ao ano, e vencimento em novembro de 2018 (saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 de R\$142,4 milhões).
- Em 09 de dezembro de 2016, foi efetuada a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Companhia, no valor de R\$100,0 milhões, a uma taxa de juros equivalente à taxa de CDI + 1,50% ao ano, e vencimento em junho de 2019 (saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 de R\$100,0 milhões).

Além disso, possuímos financiamento para capital de giro, contratos de arrendamento mercantil, dentre outros, conforme detalhado na tabela abaixo. Os contratos de arrendamento mercantil e outros equipamentos registrados em nossa contabilidade referem-se à locação de computadores, no-breaks, bebedouros, aparelhos de ar condicionado, rádios transceptores e outros equipamentos.

Modalidade	Encargos Financeiros	Em 31 de dezembro de		
		2017	2016	2015
(Em R\$ mil)				
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês	0	0	0
Contratos de arrendamento mercantil de computadores e outros equipamentos	IGPM + 12,3% ao ano	0	0	0
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a.	22.167	34.488	6.902
Contratos de arrendamento mercantil Assist	-	2.036	3.474	468
Contratos de arrendamento mercantil CIT	-	0	0	202
Contratos de arrendamento mercantil Total Service		18	38	64
Contratos de arrendamento mercantil Springer	IGPM + 1% a.m.	42	42	42
Contratos de arrendamento mercantil Santander	15,2% a.a.	0	0	0
Contratos de arrendamento mercantil Santander	12,23% a.a.	0	0	0

Modalidade	Encargos Financeiros	Em 31 de dezembro de		
		2017	2016	2015
		(Em R\$ mil)		
Contratos de arrendamento mercantil Bayde	IGPI-DI/FGV a.a.	720	313	3.101
Contratos de arrendamento mercantil Bradesco	1,14% a.m.	0	15	105
Contratos de arrendamento mercantil Brasif	IGPM/FG a.a.	0	0	51
Leasing IBM	CDI Over a.d + 2% a.m.	13.696	29.885	25.355
Arrend. Carimã	IGPI-DI/FGV a.a.	0	0	109
Empréstimo IFC ⁽¹⁾	CDI + 1,59% a.a.	29.544	33.162	48.205
Emissão de Debêntures ⁽²⁾	CDI + 1,27% a.a.	343.196	601.942	704.399
Banco Itaú	-	0	0	0
Empréstimo – FEE BNB	3% a.a.	0	448	1.345
Empréstimo - Banco da Amazônia	9,5% a.a.	9.227	10.948	10.737
Empréstimo - Banco CEF	14,39% a.a.	0	0	0
Empréstimo - Banco Itaú	29,44% a.a.	0	0	0
Empréstimo – Banco Itaú linha 4131	USD+1,46 a.a.	0	0	242.761
Empréstimo – FINEP	6% a.a.	4.248	3.093	3.053
Empréstimo Itaú S/A - Giro Parcelado	0,82%a.m	0	0	1.200
Empréstimo Itaú S/A - Giro Parcelado	0,81%a.m	0	0	833
Empréstimo Itaú S/A - Giro Parcelado	1,19%a.m	0	0	716
Notas Promissórias ITAÚ (1º Tranche)	CDI + 1,50% a.a.	0	177.738	-
Notas Promissórias ITAÚ (2º tranche)	CDI + 1,65% a.a.	142.427	126.947	-
		567.321	1.022.533	1.049.648
Passivo circulante		349.274	468.114	291.346
Passivo não circulante		218.047	554.419	758.302
Total		567.321	1.022.533	1.049.648

(1) Soma dos valores em aberto nos dois contratos firmados com o IFC.

(2) Soma dos valores em aberto relativos às duas emissões de debêntures realizadas pela Companhia.

Quando apropriado, buscamos fontes de financiamento com taxas e prazos considerados favoráveis por nossos Diretores, sem comprometer nossa capacidade de pagamento.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 18 de fevereiro de 2008, foi celebrado contrato de parceria entre a Estácio Participações S/A, suas controladas Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda., Sociedade Tecnopolitana da Bahia Ltda., Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda., Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda., e a Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda. (as cinco últimas incorporadas pela IREP em junho de 2010) e o Unibanco (atualmente Itaú Unibanco S.A.), substituindo acordos de parceria anteriores, com prazo de vigência até 10 de julho de 2019, cujo objeto principal é o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco (atualmente Itaú Unibanco S.A.) na oferta e no fornecimento de produtos e serviços financeiros aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de produtos e serviços financeiros da nossa Companhia. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco (atualmente Itaú Unibanco S.A.), e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco (atualmente Itaú Unibanco S.A.) pagou a SESES e às mantenedoras uma receita fixa de R\$18,0 milhões, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Existe grau de subordinação entre as emissões de debêntures, as notas promissórias e os empréstimos contratados junto ao IFC, sendo as debêntures e as notas promissórias subordinadas aos empréstimos firmados com o IFC. Além disso, qualquer nova dívida a ser contratada no mercado de capitais deve necessariamente ser subordinada as linhas mencionadas exceto mediante autorização dos credores.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da nossa Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras:

Obrigações	Em 31 de dezembro de					
	2017		2016		2015	
	(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)
Com garantia real	43,0	3,4	47,7	2,8	63,3	3,8
Quirografárias	1.205,9	96,6	1.658,8	97,2	1.645,4	96,2
Outro tipo de garantia ou privilégio	-	-	-	-	-	-
Total do Endividamento Financeiro	1.248,9	100,0	1.706,5	100,0	1.708,6	100,0

As garantias reais relacionadas aos contratos acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2016, são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade, cartas de fiança bancária e hipoteca imobiliária.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação entre as nossas dívidas, vide item 3.8 do Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Nossos Diretores destacam que as principais restrições impostas pelas linhas contratadas junto ao IFC, pelas debêntures e notas promissórias por nós emitidas, as quais vêm sendo cumpridas integralmente pela Companhia, são:

- *Covenants Financeiros*: Há limites financeiros estabelecidos nos contratos assinados com o IFC, nas escrituras de debêntures e notas promissórias. Os principais indicadores são:
 - IFC: Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a 1,0; Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo / Patrimônio Líquido menor ou igual 1,5 e Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,25.
 - Debêntures: Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a 1,0; Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo / Patrimônio Líquido menor ou igual 1,5 e Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,25; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,30
 - Notas Promissórias: Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75
- Anuência em caso de pré-pagamento de dívidas de longo prazo.

- *Alteração do controle societário:* na ocorrência de qualquer alteração na nossa composição societária, incluindo a alienação, cessão ou transferência direta de ações do nosso capital social, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição originária do controle da nossa Companhia, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses, os nossos credores solicitarem o vencimento antecipado da dívida. Em virtude da operação que estava em curso de incorporação de ações da nossa Companhia pela Kroton, a nossa Companhia (i) obteve junto ao IFC *waiver* no âmbito do contrato firmado junto a tal instituição relativo a tal operação bem como (ii) adotaria os procedimentos necessários junto aos Debenturistas da 2ª e 3ª emissões de debêntures da Companhia, nos termos das escrituras de emissão, conforme aplicável. Com relação às debêntures da nossa 4ª emissão e às notas promissórias por nós emitidas, não será necessário a obtenção de *waiver* relativo à operação, caso a mesma venha ser concretizada. Para mais informações sobre a Operação, ver o item 15.7 deste Formulário de Referência.
- Cessão de recebíveis dados em garantia aos empréstimos firmados com o IFC.
- Proibição de concessão de garantias pela Companhia ou suas controladas a quaisquer dívidas, sem que antes as ofereça aos debenturistas, excetuando-se operações de investimento amparadas em linhas de banco de fomento.
- Distribuição e pagamento de dividendos aos acionistas, apenas em hipóteses específicas.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

"EBITDA Ajustado" significa o (+) resultado operacional recorrente antes do resultado financeiro, (+) depreciação e (+) amortização de ágio, líquida de deságio, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração.

"Despesa Financeira Líquida" significa o (+) Despesas Financeiras (-) Receitas Financeiras;

"Dívida Líquida" significa o (+) Endividamento total (-) Disponibilidades

"Índice de Cobertura do Serviço da Dívida" significa a Geração de Caixa dividida pelo Serviço da Dívida.

A tabela abaixo apresenta nosso índice de endividamento em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Consolidado (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Passivo circulante	842.944	937.314	767.556
Passivo não circulante	400.894	769.165	941.091
Total do Passivo	1.243.838	1.706.479	1.708.647
Patrimônio líquido	2.777.257	2.434.673	2.572.965
Índice de endividamento ⁽¹⁾	0,45	0,69	0,66
Capital de Terceiros	31%	41%	40%
Capital Próprio	69%	59%	60%

(1) Índice de endividamento calculado mediante a divisão do resultado da soma do Passivo circulante e do Passivo Não circulante dividido pelo total do Patrimônio líquido.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

Não houve nenhum saque extra/desembolso nos três últimos anos. Permanece apenas o financiamento solicitado em 2014, o qual ainda se encontra em fase de pagamento. A tabela abaixo demonstra o percentual de utilização desse financiamento:

Ano	Contraparte	Destinação	Valor	Percentual Utilizado	Desembolso dos recursos
2014	FINEP	Inovação	R\$4,2 milhões	72%	O crédito é disponibilizado de forma parcelada, de acordo com cronograma de evolução do projeto.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Em 2016, o Conselho de Administração iniciou modificações na Diretoria Executiva da Companhia a fim de otimizar a estrutura administrativa e aperfeiçoar seus controles internos. Com base nas melhores práticas de governança e objetivando garantir uma correta comparabilidade das informações apresentadas junto a seus investidores, a nova Administração da Estácio, após a identificação de transações consideradas não compatíveis com os padrões e políticas da Companhia, conforme divulgado ao mercado em fato relevante de 12 de agosto de 2016, decidiu pela reapresentação das cifras comparativas relativas ao ano de 2014, 2015 (e seus respectivos trimestres) e ao primeiro trimestre de 2016. Portanto, os números contabilizados, conforme aplicável, estão devidamente ajustados, conforme nota explicativa nº 1.5 às nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Neste mesmo contexto, alunos com baixa ou nenhuma expectativa de realização, foram desligados da base total de 2016, sofrendo efeitos nos indicadores apresentados. Apesar deste desligamento, o número médio de alunos da Estácio cresceu 6,3%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO
(em R\$ milhões, exceto quando diversamente indicado)

R\$ milhões	Exercício Social encerrado em				
	31 de dezembro de				
	2017	Análise Vertical 2017 ⁽¹⁾	2016	Análise Vertical 2016 ⁽¹⁾	Análise Horizontal 2016/2017
Receita Líquida	3.378,98	100,00%	3.184,50	100,00%	6,11%
Custo dos Serviços Prestados	-1.777,11	-52,59%	-1809,04	-56,81%	-1,77%
Lucro Bruto	1.601,87	47,41%	1.375,46	43,19%	16,46%
Despesas/Receitas Operacionais	-1041,88	-30,83%	-914,66	-28,72%	13,91%
Comerciais	-443,56	-13,13%	-376,28	-11,82%	17,88%
Gerais e Administrativas	-598,32	-17,71%	-538,38	-16,91%	11,13%
Outras Receitas Operacionais	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras Despesas Operacionais	-16,48	-0,49%	-1,71	-0,05%	863,74%
Resultado Financeiro	-111,45	-3,30%	-86,30	-2,71%	29,14%
Receitas Financeiras	117,86	3,49%	175,14	5,50%	-32,71%
Despesas Financeiras	-229,31	-6,79%	-261,44	-8,21%	-12,29%
Resultado Antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social	432,06	12,79%	372,79	11,71%	15,90%
IR e Contribuição Social	-7,47	-0,22%	-4,69	-0,15%	59,28%
Lucro Líquido do Exercício	424,59	12,57%	368,10	11,56%	15,35%

⁽¹⁾ Em relação à receita líquida

Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparados com os Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016
Receita Líquida

Nossos Diretores comentam que a nossa receita líquida aumentou 6,1% ou R\$194,5 milhões, passando de R\$3.184,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$3.378,98 milhões no mesmo período de 2017, devido ao aumento de 1,5% na base total de alunos e das novas ações para recuperação do *ticket* médio e redução de descontos e bolsas aplicadas no último ano, que resultaram no aumento de 10,6% no *ticket* médio anual do presencial e 5,9% no segmento de ensino a distância.

As deduções da receita bruta aumentaram 25,5% ou R\$412,13 milhões, passando de R\$1.619,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.031,77 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento se deve, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento de: (i) R\$378,17 milhões na linha de gratuidades e bolsas de estudo, que é feito da nova estratégia de precificação da Companhia para os alunos ingressantes. Nesta estratégia, o aumento das deduções, é mais do que compensado pelo aumento da receita bruta do período; (ii) R\$18,96 milhões na linha de impostos, em razão do

crescimento da base de alunos e; (iii) R\$7,45 milhões referente ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo ("FGEDUC") (provisionamento para os alunos FIES financiados pelo FGEDUC e taxa administrativa de 2% cobrada a partir do 4T16).

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados aumentou 1,7% ou R\$ 31,93 milhões, passando de R\$1.809,04 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.777,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Comentam nossos Diretores que em relação à receita líquida, houve um ganho de margem de 4,2 pontos percentuais nos custos dos serviços prestados, que em 2016 representaram 56,8% da receita líquida, contra 52,6% em 2017. Esse ganho ocorreu principalmente pela melhor gestão do custo docente da Estácio, resultado de um processo de formação de turmas mais eficiente e de uma base de alunos mais saudável. Também contribuiu para este ganho de margem a redução nos custos com material didático no valor de R\$18,0 milhões, devido ao aumento da utilização de livros próprios, da migração para o formato digital e da melhor gestão do estoque.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 16,45% ou R\$ 226,4 milhões, passando de R\$ 1.375,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.601,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O lucro bruto acompanhou o crescimento da receita operacional líquida, apresentando um ganho de margem de mais de 4 pontos percentuais, passando de 43,2% para 47,4% sobre a receita líquida.

Despesas Operacionais

As despesas comerciais aumentaram 17,88% ou R\$67,28 milhões, passando de R\$376,28 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$443,56 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento da provisão para devedores duvidosos de R\$71,4 milhões, saindo de R\$158,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$230,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, basicamente em função do início da oferta do parcelamento próprio no primeiro trimestre de 2017.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 11,13% ou R\$ 59,94 milhões, passando de R\$ 538,38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$598,32 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Neste ano, as despesas com Serviços de Terceiros apresentaram uma redução da ordem de R\$ 9,3 milhões devido principalmente à redução em Consultoria e Comunicação de Dados. Adicionalmente, as despesas com eventos institucionais, sofreram redução de R\$ 14 milhões em função basicamente do encerramento do projeto Rio 2016. Por outro lado, houve um aumento de R\$ 10 milhões nas despesas com Manutenção e reparos devido a gastos com desmobilização de campi como parte da reestruturação interna realizada pela Companhia.

Embora o ano de 2017 tenha sofrido estes efeitos, as despesas gerais e administrativas apresentaram pouca variação em relação ao ano de 2016, pois os números de 2016, que aumentaram em relação a 2015, também sofreram efeitos, principalmente em virtude dos ajustes pontuais contabilizados no segundo trimestre, no montante de R\$28,1 milhões, em razão da revisão da base das contingências da Companhia, considerando causa de natureza e premissas de mercado. Além disso, também tiveram efeitos pontuais as linhas de: (i) pessoal, pelas reestruturações internas, em razão da redução da estrutura corporativa e readequação de staff; e (ii) serviços de terceiros, pelas despesas adicionais com consultoria e auditoria, referentes a processos de revisão de práticas e políticas contábeis divulgadas nas informações trimestrais de 30 de junho de 2016, e com assessores e consultores envolvidos nas negociações de fusões e

aquisições (“M&A”) que estavam em curso. Importante ressaltar que também houve a redução de R\$19,0 milhões na linha de eventos institucionais em 2016, em função basicamente do encerramento do projeto Rio 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou uma despesa adicional da ordem de R\$ 25,15 milhões, que representou um aumento de 29,14%, passando de um resultado negativo de R\$ 86,30 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um resultado negativo de R\$111,45 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Nossos Diretores comentam que esse aumento foi impactado negativamente pelo aumento de cerca de R\$13,3 milhões na linha de descontos financeiros, devido às campanhas para recuperar créditos de alunos inadimplentes, principalmente dos alunos que deixaram de estudar porque perderam o Financiamento Estudantil (“FIES”); e também por R\$10 milhões de atualização de contingências. Adicionalmente houve uma redução de R\$ 14,5 milhões nas aplicações financeiras em razão, principalmente, da queda da taxa de juros.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais são compostas por: (i) taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, (ii) receitas com convênios (acordos firmados com empresas que direcionam estudantes a nossas unidades ou com terceiros que prestam seus serviços em nossas unidades); e (iii) aluguéis de salas e auditórios, que acabaram compensadas principalmente pela perda de capital no imobilizado registrada no exercício social. As outras receitas/despesas operacionais registraram, então, uma queda de R\$ 14,76 milhões, passando de um resultado negativo de R\$1,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para um resultado negativo de R\$16,48 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse resultado se deve, principalmente a redução de R\$ 1,08 milhões de receita com aluguéis e uma provisão para perda no imobilizado de R\$ 7,1 milhões referente a imóveis que serão desativados em 2018.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em razão dos fatores acima o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou 15,90% ou R\$59,27 milhões, passando de R\$372,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$432,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Como uma porcentagem das receitas líquidas, comentam nossos Diretores que o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de 12,79% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 contra 11,71% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

IR e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou uma despesa de R\$7,47 milhões, comparada a R\$4,69 milhões no mesmo período em 2016. Esse aumento de R\$2,78 milhões ocorreu em virtude do aumento do lucro apresentado pela Companhia.

Lucro Líquido do Período

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi R\$424,6 milhões, representando um aumento de 15,35% em comparação com o mesmo período de 2016, quando o lucro líquido foi de R\$368,10 milhões, em função do aumento da receita e redução na linha de despesas financeiras, em relação a 2016.

R\$ milhões	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2016	Análise Vertical 2016 ⁽¹⁾	2015	Análise Vertical 2015 ⁽¹⁾	Análise Horizontal 2015/2016
Receita Líquida	3.184,50	100,00%	2.931,46	100,00%	8,63%
Custo dos Serviços Prestados	-1.809,04	-54,86%	-1.660,68	-56,65%	5,20%
Lucro Bruto	1.375,46	45,14%	1.270,78	43,35%	13,11%
Despesas/Receitas Operacionais	-914,66	-30,62%	-829,87	-28,31%	10,22%
Comerciais	-376,28	-11,82%	-370,98	-12,66%	1,43%
Gerais e Administrativas	-538,38	-18,81%	-458,89	-15,65%	17,32%
Outras Receitas Operacionais	0	0,00%	27,57	0,94%	-100,00%
Outras Despesas Operacionais	-1,71	-0,05%	0	0,00%	0,00%
Resultado Financeiro	-86,30	-2,75%	-31,66	-1,08%	172,58%
Receitas Financeiras	175,14	5,50%	219,89	7,50%	-20,35%
Despesas Financeiras	-261,44	-8,25%	-251,55	-8,58%	3,93%
Resultado Antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social	372,79	11,71%	436,82	14,90%	-14,66%
IR e Contribuição Social	-4,69	-0,15%	3,45	0,12%	-235,94%
Lucro Líquido do Exercício	368,10	11,56%	440,27	15,02%	-16,39%

⁽¹⁾ Em relação à receita líquida

Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparados com os Resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Receita Líquida

A Receita Líquida aumentou 8,6% ou R\$253,0 milhões, passando de R\$2.931,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$3.184,5 milhões no mesmo período de 2016, principalmente devido ao aumento da receita bruta em 11,1% ou R\$481,75 milhões, passando de R\$4.322,39 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$4.804,14 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido ao aumento de 6,3% no número médio de alunos e à nova política de recuperação do *ticket* e redução de bolsas e isenções aplicadas no último semestre.

As deduções da receita bruta aumentaram 16,4% ou R\$228,7 milhões, passando de R\$1.390,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.619,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento se deve, principalmente, comentam nossos Diretores, ao crescimento de: (i) R\$214,21 milhões na linha de gratuidades e bolsas de estudo (bolsas integrais e parciais concedidas aos nossos alunos, principalmente no primeiro trimestre de 2016); (ii) R\$12,05 milhões na linha de impostos, em razão do crescimento da base de alunos; (iii) R\$2,35 milhões referente ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo ("FGEDUC") (provisionamento para os alunos FIES financiados pelo FGEDUC); (iv) R\$6,29 milhões na linha de descontos concedidos, devido às campanhas para captação de novos alunos; e (v) R\$6,20 milhões positivos na linha de devoluções de mensalidades e taxas.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados aumentou 8,9% ou R\$86,4 milhões, passando de R\$1.660,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.809,04 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Comentam nossos Diretores que esse aumento ocorreu em função dos seguintes itens: (i) aumento na linha de pessoal de R\$ 122,6 milhões devido principalmente aos acordos coletivos com os órgãos de classe; (ii) aumento de R\$27,3 milhões com aluguéis devido ao aumento do número de *campi*, de 90 para 97 durante o ano de 2016; (iii) aumento de R\$ 5,8 milhões com serviços de terceiros e outros, afetado principalmente pelo aumento dos custos considerando os 7 *campi*; e (iv) aumento de R\$10,2 milhões com despesas de depreciação devido aos maiores investimentos realizados nos últimos períodos em modelo de ensino, manutenção, expansão, revitalização e aberturas de novas unidades. O referido aumento foi parcialmente compensado pela redução nos custos com material didático no valor de R\$ 14,2 milhões, apresentando os efeitos do aumento da utilização de livros próprios, da migração para o formato digital e da melhor gestão do estoque.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 8,24% ou R\$104,7 milhões, passando de R\$1.270,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.375,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O lucro bruto acompanhou o crescimento da receita operacional líquida, com margem de 43,2%.

Despesas Operacionais

As despesas comerciais diminuiram 1,43% ou R\$5,3 milhões, passando de R\$370,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$376,28 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente, comentam nossos Diretores, a redução da provisão para devedores duvidosos de R\$2,6 milhões, saindo de R\$164,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$161,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, basicamente em função da venda da carteira. As despesas comerciais nesse período apresentaram um ganho de margem de 0,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior, como resultado: (i) da redução na relação das despesas de marketing com a receita líquida, que ficou em 6,7% em 2016, contra 7,1% em 2015; e (ii) da venda da carteira de Clientes no montante líquido de R\$47,1 milhões, que beneficiou a PDD no período.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 17,32% ou R\$79,49 milhões, passando de R\$ 458,89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 538,38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Comentam nossos Diretores que esse aumento ocorreu devido, principalmente, a ajustes pontuais contabilizados no segundo trimestre de 2016, no montante de R\$28,1 milhões, em razão da revisão da base das contingências da Companhia, considerando causa de natureza e premissas de mercado. Além disso, também tiveram efeitos pontuais as linhas de: (i) pessoal, pelas reestruturações internas, em razão da redução da estrutura corporativa e readequação de *staff*; e (ii) serviços de terceiros, pelas despesas adicionais com consultoria e auditoria, referentes a processos de revisão de práticas e políticas contábeis divulgadas nas informações trimestrais de 30 de junho de 2016, e com assessores e consultores envolvidos nas negociações de fusões e aquisições ("M&A") que estavam em curso. Importante ressaltar a redução de R\$19,0 milhões na linha de eventos institucionais em 2016, em função basicamente do encerramento do projeto Rio 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro aumentou R\$ 54,64 milhões, passando de um resultado negativo de R\$ 31,66 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para um resultado negativo de R\$ 86,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Nossos Diretores comentam que esse aumento foi impactado negativamente pelo aumento de cerca de

R\$27,0 milhões na linha de descontos financeiros, devido às campanhas para recuperar créditos de alunos inadimplentes, realizadas no segundo semestre de 2016, principalmente dos alunos que deixaram de estudar porque perderam o Financiamento Estudantil ("FIES"). É importante observar que houve também um aumento na receita com multas e juros recebidos por atraso, mas que não superou o aumento nos descontos financeiros.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais são compostas por: (i) taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, (ii) receitas com convênios (acordos firmados com empresas que direcionam estudantes a nossas unidades ou com terceiros que prestam seus serviços em nossas unidades); e (iii) aluguéis de salas e auditórios, que acabaram compensadas principalmente pela perda de capital no imobilizado registrada no exercício social. As outras receitas/despesas operacionais registraram, então, uma queda de R\$ 29,3 milhões, passando de um resultado positivo de R\$27,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para um resultado negativo de R\$1,71 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse resultado se deve, principalmente a um aumento em R\$16,85 milhões de perda de imobilizado devido a ajuste de inventário.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social reduziu 14,66% ou R\$64,03 milhões, passando de R\$436,82 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$372,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Como uma porcentagem das receitas líquidas, comentam nossos Diretores que o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de 11,71% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 contra 14,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

IR e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou uma despesa de R\$4,69 milhões, comparada a R\$3,45 milhões positivos no mesmo período em 2015, em virtude da provisão para contribuição social e para imposto de renda, somados ao incentivo fiscal, no total de R\$20,81 milhões negativos.

Lucro Líquido do Período

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi R\$368,1 milhões, representando uma redução de 16,4% em comparação com o mesmo período de 2015 quando o lucro líquido foi de R\$440,27 milhões, em função principalmente dos aumentos nas linhas de resultado financeiro negativo e da linha de depreciação e amortização, em relação a 2015.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em R\$ milhões, exceto quando diversamente indicado

	2017	Análise Vertical 2017	2016	Análise Vertical 2016	2015	Análise Vertical 2015	Análise Horizontal 2016/2017	Análise Horizontal 2015/2016
Ativo Circulante	1.663,48	41,44%	1.453,69	35,10%	1.586,76	37,06%	14,78%	-8,39%
Caixa e equivalentes de caixa	14,00	0,35%	58,34	1,41%	48,41	1,13%	-76,00%	20,51%
Títulos e valores mobiliários	510,45	12,68%	345,66	8,35%	645,35	15,07%	47,67%	-46,44%
Diferencial de SWAP a receber	-	0,00%	-	0,00%	24,82	0,58%	0,00%	-100,00%
Contas a receber	991,40	24,62%	847,28	20,46%	648,29	15,14%	17,01%	30,69%
Adiantamentos a funcionários/terceiros	10,11	0,25%	14,31	0,35%	28,78	0,67%	-29,35%	-50,28%
Despesas antecipadas	6,54	0,16%	36,40	0,88%	62,18	1,45%	-82,03%	-41,46%
Impostos e Contribuições	92,05	2,29%	110,47	2,67%	93,73	2,19%	-16,67%	17,86%
Outros	38,93	1,09%	41,23	1,00%	35,20	0,82%	6,72%	17,13%
Ativo Não-Circulante	2.357,62	58,56%	2.687,46	64,90%	2.694,86	62,94%	-12,27%	-0,27%
Contas a receber	32,69	0,81%	317,60	7,67%	445,50	10,40%	-89,71%	-28,71%
Despesas antecipadas	5,10	0,13%	5,69	0,14%	11,80	0,28%	-10,37%	-51,78%
Depósitos judiciais	102,81	2,55%	119,49	2,89%	108,91	2,54%	-13,96%	9,71%
Impostos diferidos	70,62	1,75%	58,75	1,42%	54,00	1,26%	20,20%	8,80%
Impostos e Contribuições	80,32	1,99%	36,32	0,88%	32,63	0,76%	121,15%	11,31%
Outros	43,22	1,07%	59,83	1,44%	17,19	0,40%	-27,76%	248,05%
Investimentos	0,23	0,01%	0,23	0,01%	0,23	0,01%	0,00%	0,00%
Imobilizado	602,42	14,96%	620,06	14,97%	535,92	12,52%	-2,84%	15,70%
Intangível	1.420,21	35,27%	1.469,49	35,49%	1.488,68	34,77%	-3,35%	-1,29%
Total do ativo	4.021,1	100,00%	4.141,15	100,00%	4.281,62	100,00%	-2,78%	-3,28%
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante	842,94	21,06%	937,31	22,63%	767,57	17,93%	-9,53%	22,11%
Empréstimos e financiamentos	349,27	8,67%	468,11	11,30%	291,35	6,80%	-25,39%	60,67%
Fornecedores	70,92	1,89%	66,14	1,60%	75,03	1,75%	14,89%	-11,85%
Salários e encargos sociais	158,64	3,94%	155,23	3,75%	128,24	3,00%	2,20%	21,05%
Obrigações tributárias	76,79	1,91%	63,78	1,54%	80,10	1,87%	20,40%	-20,37%
Partes relacionadas	-	0,00%	0,63	0,02%	0,51	0,01%	-100,00%	23,53%
Mensalidades recebidas antecipadamente	13,34	0,33%	27,40	0,66%	23,55	0,55%	-51,31%	16,35%
Adiantamento de convênio	0,48	0,01%	2,89	0,07%	2,89	0,07%	-83,39%	0,00%
Parcelamento de tributos	4,30	0,11%	3,13	0,08%	2,25	0,05%	37,38%	39,11%
Dividendos a pagar	100,85	2,50%	87,44	2,11%	115,11	2,69%	15,34%	-24,04%
Preço de aquisição a pagar	57,11	1,42%	53,56	1,29%	41,98	0,98%	6,63%	27,58%
Outros	11,24	0,28%	9,00	0,22%	6,56	0,15%	24,89%	37,20%
Não circulante	400,90	9,96%	769,17	18,57%	941,09	21,98%	-47,88%	-18,27%
Empréstimos e financiamentos	218,05	5,42%	554,42	13,39%	758,30	17,71%	-60,67%	-26,89%
Provisão para contingências	86,28	2,14%	64,88	1,57%	33,06	0,77%	32,98%	96,25%
Adiantamento de convênio	-	0,00%	0,48	0,01%	3,37	0,08%	-100,00%	-85,76%
Parcelamento de tributos	10,30	0,26%	12,78	0,31%	17,37	0,41%	-19,41%	-26,42%
Impostos diferidos	14,18	0,35%	23,61	0,57%	36,08	0,84%	-39,94%	-34,56%
Provisão com obrigações desmobilização de ativos	22,20	0,55%	22,31	0,54%	16,56	0,39%	-0,49%	34,72%
Preço de aquisição a pagar	29,99	0,74%	72,38	1,75%	61,10	1,43%	-58,57%	18,46%
Outros	19,90	0,49%	18,31	0,44%	15,25	0,36%	8,68%	20,07%
Patrimônio líquido	2.777,26	68,98%	2.434,67	58,79%	2.572,96	60,09%	14,07%	-5,37%

Capital social	1.130,82	28,09%	1.130,82	27,31%	1.064,93	24,87%	0,00%	6,19%
Gastos com emissão de ações	(26,85)	-0,67%	(26,85)	-0,65%	(26,85)	-0,63%	0,00%	0,00%
Reservas de capital	663,98	16,49%	661,12	15,96%	661,82	15,46%	0,43%	-0,11%
Ações em tesouraria	(130,45)	-3,24%	(146,43)	-3,54%	(137,60)	-3,21%	-10,91%	6,42%
Reservas de lucros	1.139,76	28,31%	816,01	19,70%	1.010,66	23,60%	39,67%	-19,26%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.021,1	100,00%	4.141,15	100,00%	4.281,62	100,00%	-2,78%	-3,28%

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 comparado com o Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017, o total do caixa e equivalentes de caixa somado aos títulos e valores mobiliários da nossa Companhia correspondeu a R\$524,45 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. Quando comparado ao montante de R\$404,01 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentou um aumento de R\$120,4 milhões, ou de 29,8%.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, o total de contas a receber no nosso ativo circulante era de R\$991,40 milhões, comparados com R\$847,28 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$144,12 milhões, ou de 17%, em virtude principalmente do aumento de R\$93,95 milhões no contas a receber de FIES, redução de R\$13,19 milhões no AVP do FIES e redução de R\$34,27 milhões.

Em R\$ mil	Consolidado	
	Em 31/12/2017	Em 31/12/2016
FIES	600.003	823.650
Contas a compensar FIES	722	5.038
Mensalidades de alunos	494.211	421.684
Acordos a receber	91.570	80.173
Cartões a receber	58.337	55.666
Créditos a identificar	-4.298	-2.500
Provisão para devedores duvidosos	-205.062	-205.637
Ajuste a valor presente	-11.383	-13.194

Ativo Não-Circulante

Ativo Não-Circulante, excluindo investimentos, imobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não-circulante, excluindo investimentos, imobilizado e intangível da nossa Companhia totalizava R\$334,76 milhões, comparados a R\$597,67 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação de R\$262,91 milhões deve-se, principalmente, à redução

de R\$284,90 milhões “do contas a receber”, devido a reclassificação do saldo da PN23 para o curto prazo, R\$16,68 milhões em depósitos judiciais, e R\$16,62 na linha de outros. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$44,01 milhões em impostos e contribuições e, R\$11,86 milhões em impostos diferidos.

Investimentos, imobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de investimentos, imobilizado e intangível da nossa Companhia totalizou R\$2.022,85 milhões, comparados a R\$2.089,78 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação de R\$66,93 milhões deve-se, comentam nossos Diretores, a redução de R\$17,65 milhões no ativo imobilizado e redução de R\$49,28 milhões no ativo intangível. A redução do ativo imobilizado decorre, principalmente, da desmobilização dos Campi fruto da reestruturação iniciada em dezembro/17, líquido da depreciação acumulada. Com relação ao intangível, a redução mencionada acima refere-se a baixa de R\$ 14 milhões do ágio da subsidiária Nova Academia do Concurso e R\$ 35 milhões de amortização de fundo de comércio.

Passivo Circulante e Não Circulante

Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2017, nosso endividamento bancário representou uma redução de R\$ 455,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, das liquidações da Terceira emissão de Debêntures, no valor de R\$ 197 milhões, em setembro e do pagamento da primeira tranche da emissão da Nota Promissória no valor de R\$ 187 milhões, em novembro de 2017.

Dividendos

Em 31 de dezembro de 2017, os dividendos a pagar totalizavam R\$ 100,8 milhões, apresentando um aumento de R\$ 13,4 milhões, resultante do aumento do lucro líquido, base do cálculo dos dividendos no montante equivalente.

Obrigações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2017, nossas obrigações tributárias totalizavam R\$76,79 milhões, representando um aumento de R\$13,01 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, do aumento de R\$12,7 milhões em IRPJ e CSLL a recolher em função do crescimento do lucro líquido tributável.

Passivo Não Circulante

Contingências

Em 31 de dezembro de 2017, nossas contingências somavam R\$ 86,3 milhões, representando um aumento de R\$ 21,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016 basicamente nas contingências trabalhistas, resultante da reavaliação das estimativas de perda.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$2.777,26 milhões, representando um aumento de R\$342,58 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, devido principalmente ao aumento das reservas de lucros em R\$323,75 milhões, passando de R\$816,01 milhões para R\$1.139,76 milhões.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 comparado com o Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015**Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários*

Em 31 de dezembro de 2016, o total do caixa e equivalentes de caixa somado aos títulos e valores mobiliários da nossa Companhia correspondeu a R\$404,0 milhões, comparados a R\$693,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma queda de R\$299,7 milhões, ou de 46,4%, em virtude principalmente do pagamento de dividendos ao longo de 2016, no valor total de R\$535,1 milhões, dos quais R\$420,0 milhões, referentes ao pagamento de dividendos intermediários em caráter extraordinário conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 10 de novembro de 2016.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016, o total de contas a receber no nosso ativo circulante era de R\$847,28 milhões, comparados com R\$648,29 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de R\$198,99 milhões, em virtude principalmente do aumento de R\$142,4 milhões no Contas a receber FIES, em função das restrições criadas pela Portaria Normativa Nº 23 ao fluxo de pagamento de mensalidades devidas referentes ao ano de 2015.

Em R\$ mil	Consolidado	
	Em 31/12/2016	Em 31/12/2015
FIES	823.650	681.250
Contas a compensar FIES	5.038	87.582
Mensalidades de alunos	421.684	425.872
Acordos a receber	80.173	66.473
Cartões a receber	55.666	34.941
Créditos a identificar	-2.500	-2.187
Provisão para devedores duvidosos	-205.637	-172.023
Ajuste a valor presente	-13.194	-28.114

Ativo Não-Circulante*Ativo Não-Circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível*

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não-circulante, excluindo investimentos, mobilizado e intangível da nossa Companhia totalizava R\$597,67 milhões, comparados a R\$670,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação de R\$72,35 milhões deve-se, principalmente, à redução de R\$127,9 milhões "do contas a receber" e de R\$6,12 milhões em despesas antecipadas. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$10,58 milhões em depósitos judiciais, R\$4,75 milhões em impostos diferidos, R\$ 3,68 milhões em impostos e contribuições e R\$42,64 na linha de Outros.

Investimentos, imobilizado e intangível

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de investimentos, imobilizado e intangível da nossa Companhia totalizou R\$2.089,8 milhões, comparados a R\$2.024,83 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação de R\$64,96 milhões deve-se, principalmente, comentam nossos Diretores, ao aumento de R\$84,1 milhões no ativo imobilizado, compensado pela redução de R\$19,2 milhões no ativo intangível. As principais variações do ativo imobilizado foram o aumento de R\$51,0 milhões em edifícios, R\$ 23,9 milhões em virtude do contrato de *leasing* com a Colortel, e R\$20,3 milhões em benfeitorias em imóveis de terceiros, compensado pela redução de R\$12,6 milhões em construções em andamento e redução de R\$36,9 milhões do fundo de comércio.

Passivo Circulante***Empréstimos e Financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2016, comentam nossos Diretores, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R\$468,11 milhões, representando um aumento de R\$176,76 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2015, principalmente em virtude da emissão de debêntures e nota promissória no período.

Fornecedor

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Fornecedor totalizou R\$66,14 milhões, representando uma redução de R\$8,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015.

Obrigações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2016, nossas obrigações tributárias totalizavam R\$63,78 milhões, representando uma redução de R\$16,3 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, da redução de R\$12,9 milhões em IRPJ e CSLL a recolher em função do crescimento da base tributável.

Preço de Aquisição a pagar

Em 31 de dezembro de 2016, compromissos a pagar totalizavam R\$53,56 milhões, representando um aumento de R\$11,58 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015, devido às parcelas vencidas de curto prazo relativas às aquisições de sociedades realizadas no exercício e aquisições de imóveis no valor de R\$12 milhões, comentam nossos Diretores.

Passivo Não Circulante***Empréstimos e Financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$554,42 milhões, representando uma redução de R\$203,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015, em função, principalmente, comentam nossos Diretores, da emissão de debêntures no período.

Parcelamento de Tributos

Em 31 de dezembro de 2016, os parcelamentos fiscais do passivo exigível a longo prazo totalizavam R\$12,78 milhões, uma redução de R\$4,59 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015, referente ao pagamento do IRRF de 2011 a 2014, da adquirida IESAM (Instituto de Ensinos Superiores da Amazônia) no valor de R\$4,4 milhões.

Preço de Aquisição a pagar

O aumento do saldo de R\$11,3 milhões se deve principalmente, às novas aquisições realizadas pela Companhia no início do exercício social de 2016.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$2.434,67 milhões, o que representou uma redução de R\$138,3 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015, devido principalmente à redução das reservas de lucros, que passou de R\$1.010,66 milhões para R\$835,85 milhões. A redução foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$65,88 milhões em nosso capital social.

FLUXO DE CAIXA

(R\$ milhões)

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	2016	2015	Análise Horizontal 2016/2017	Análise Horizontal 2015/2016	
Caixa Líquido Atividades Operacionais	699,99	836,74	75,7	-16,28%	1005,34%	
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-157,03	-277,65	-280,4	-43,44%	-0,98%	
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-587,30	-549,16	205,1	7,05%	-367,75%	
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de caixa	-44,34	9,93	0,39	-546,53%	2446,15%	
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de caixa	58,34	48,41	48,01	20,51%	0,83%	
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de caixa	14,00	58,34	48,4	-76,00%	20,54%	

(I) Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado com a Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

Caixa Líquido Atividades Operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais da nossa Companhia apresentou uma redução de R\$136,75 milhões ou 16,34% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de R\$836,74 milhões no exercício social encerrado em 2016 para R\$699,99 milhões no encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa redução no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é explicada basicamente pela redução de R\$228 milhões ou 27,5% no Contas a receber FIES principalmente em razão do recebimento da 2ª parcela da Portaria Normativa nº 23 pelo FNDE, passando de R\$828,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$600,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Caixa Líquido Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento apresentou uma redução de R\$120,6 milhões ou 43,44%, passando de R\$277,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$157,03 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação ocorreu em razão da redução de R\$112,49 milhões nas aquisições de ativo imobilizado e intangível, passando de R\$269,52 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$157,03 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Caixa Líquido Atividades Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$38,14 milhões ou 6,95%, passando de R\$549,16 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$587,30 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação é explicada principalmente em virtude do pagamento de dividendos na ordem de R\$ 87 milhões em 2017, relativo ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, a Companhia pagou R\$420 milhões de dividendos extraordinários. Em contrapartida, não houve captação de empréstimos e emissão de debêntures, que em 2016 somaram um total de R\$481 milhões.

(II) Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado com a Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.***Caixa Líquido Atividades Operacionais***

O caixa líquido das atividades operacionais da Companhia apresentou um aumento de R\$761,07 milhões ou 1005,34% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R\$75,7 milhões no exercício social encerrado em 2015 para R\$836,74 milhões no encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Esse aumento no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é explicado basicamente pelo aumento no Contas a receber FIES em função dos efeitos da Portaria Normativa Nº 23 no repasse das mensalidades do FIES pelo FNDE, passando de R\$768,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$828,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Caixa Líquido Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento apresentou uma redução de R\$2,77 milhões ou 0,98%, passando de R\$280,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$277,65 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Essa variação ocorreu em virtude da redução de R\$115,34 milhões em ágio e fundo de comércio em investimento em empresas controladas, compensado pelo aumento de R\$52,03 em aquisição de ativo imobilizado.

Caixa Líquido Atividades Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$754,3 milhões ou 367,75%, passando de um saldo positivo de R\$205,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para um saldo negativo de R\$549,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Essa variação é explicada principalmente em virtude da redução da amortização de empréstimos e financiamentos no valor de R\$544,56 milhões e variação de R\$433,9 milhões de dividendos pagos no período.

10.2. Resultados Operacional e Financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:**i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Esclarecem nossos Diretores que nossa receita bruta é composta pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais de ensino superior e de atividades administrativas relacionadas à prestação dos serviços educacionais. Dessa forma, a maior parte da nossa receita bruta provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, extensão, especialização, pós-graduação e ensino a distância que são oferecidos aos nossos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela realizado na confirmação da matrícula no semestre. As atividades administrativas relativas à prestação de serviços educacionais, por sua vez, consistem na impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, alugueis de salas e auditórios para os quais são cobradas taxas acadêmicas dos estudantes.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**Fatores Macroeconômicos**

Nossos Diretores comentam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) a inflação; (v) o nível de juros básicos; e (vi) o nível de renda da população. Variáveis como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e a média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a nossa receita, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, nossos Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima em nossa atividade, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, nossos Diretores comentam que os impactos desses fatores têm sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a nossa Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nossas atividades, ver Item 10.2(c) deste Formulário de Referência.

No ano de 2015, o PIB brasileiro reduziu 3,81%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, demonstrando desaceleração em relação a 2014, quando o crescimento foi de 0,1%. A taxa de inflação acumulada em 2015, medida pelo IPCA, ficou em 10,67%, acima do centro da meta (4,5%) estabelecido pelo Banco Central. A taxa Selic em 31 de dezembro de 2015 era de 14,15% a.a.

No ano de 2016, o PIB brasileiro reduziu 3,6%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, mantendo a desaceleração apresentada em 2015, quando a redução foi de 3,81%. A taxa de inflação acumulada em 2016, medida pelo IPCA, ficou em 6,29%, abaixo do centro da meta (6,5%) estabelecido pelo Banco Central. A taxa Selic em 31 de dezembro de 2016 era de 13,65% a.a.

No ano de 2017, o PIB brasileiro aumentou 1,04%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, apresentando uma melhora em relação ao cenário de desaceleração dos últimos dois anos. A taxa de inflação acumulada em 2017, medida pelo IPCA, ficou em 2,95%, abaixo do centro da

meta estabelecido pelo Banco Central. A taxa Selic em 31 de dezembro de 2017 era de 6,90% a.a.

A tabela abaixo apresenta as variações do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	2015	2016	2017
Crescimento do PIB ¹	-3,81%	-3,6%	1,04%
Inflação (IGP-M) ²	10,54%	7,19%	-0,53%
Inflação (IPCA) ³	10,67%	6,29%	2,95%
Taxa Interbancária – CDI ⁴	14,14%	13,63%	6,89%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP ⁵	7,0%	7,5%	7,0%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$3,90	R\$ 3,26	R\$ 3,30
Taxa de câmbio média por US\$1,00 ⁶	R\$3,34	R\$ 3,48	R\$ 3,19

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP e BNDES.

¹ O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

² A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados ao final de cada período.

³ A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados ao final de cada período.

⁴ A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (taxa acumulada no período e anualizada). Fonte: CETIP.

⁵ Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período). Fonte: BNDES.

⁶ Média das taxas de câmbio durante o período. Fonte: BACEN

PROUNI

Esclarecem nossos Diretores que o PROUNI – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”) é um programa do Governo Federal do Brasil que visa proporcionar a entrada de alunos que não possuem condições de arcar com os custos acadêmicos no Ensino Superior, mediante concessão pelo Governo de bolsas. Por meio do PROUNI, em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI (como nós o fizemos, por meio de nossas controladas), são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais, ficando isentas, no período de vigência do termo de adesão, de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica, devendo a apuração de tais impostos ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Nossos Diretores esclarecem que tal programa foi responsável por uma isenção de pagamento de PIS/COFINS sobre a nossa receita de R\$ 106,60 milhões, R\$106,95 milhões, R\$101,95 milhões, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Em relação ao IRPJ e CSLL, nossos Diretores esclarecem que a aderência ao PROUNI por nossas controladas, assim como a utilização de incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet, fez com que a alíquota efetiva de tais tributos ficasse em torno de 5,58%, 9,16% e 5,54% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente, o que ensejou benefícios fiscais de R\$ 175,12 milhões, R\$ 164,59 milhões e R\$176,7 milhões, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Com o advento das Instruções Normativas RFB 1.394/2013 e 1.417/2014 foi instituído o POEB (índice que representa a proporção entre as vagas ofertadas e preenchidas do PROUNI), o qual deve ser multiplicado pelo Lucro da Exploração auferido, para fins de cálculo do benefício fiscal. Na sequência foi publicada a IN/RFB 1.476/2014, trazendo maiores esclarecimentos sobre o POEB, em especial quanto o início da sua vigência. Deste modo, em atendimento a IN/RFB 1.476/2014 e com a renovação da Adesão ao PROUNI das sociedades do Grupo da nossa

Companhia no fim de 2014, a partir de 2015 o POEB passou a ser aplicado para fins de cálculo do benefício.

Conforme nota explicativa nº 27 às nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	2017	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	432.058	372.793	436.827
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-146.900	-126.750	-148.521
Ágio Incorporadas	0	0	1.812
Depreciação	-1.431	805	1.353
Arrendamento/Leasing	-1.112	-237	-361
Ajuste a Valor Presente	615	5.073	-9.559
Amortização de Ágio	-9.963	-13.672	-11.368
Despesas não dedutíveis (a)	-2.789	-2.740	-2.065
Opções Outorgadas/Provisão ILP Funcionários	-2.568	-1.018	-7.775
Prejuízo fiscal não constituído	-47.850	-45.025	-53.412
Despesas com desmobilização	1.044	69	-607
Provisão para perda no imobilizado	-2.424	0	0
Provisão para contingências	-7.477	-10.157	4201
PCLD (b)	-2.517	-102	9817
Mensalidades a cancelar e faturar	3.047	5.541	3344
Provisão de risco FIES	-540	-1.040	-984
Outras	375	-471	-2593
	-220.490	-189.724	-216.718
Benefícios Fiscais			
Incentivo Fiscal – PROUNI	175.123	164.596	174.467
Incentivo Fiscal – Lei Rouanet	4.211	4.317	2.238
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	-41.156	-20.811	-40.013

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PCLD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos há mais de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

Esclarecimentos Adicionais

Em 2016, o Conselho de Administração iniciou modificações na Diretoria Executiva da Companhia a fim de otimizar a estrutura administrativa e aperfeiçoar seus controles internos. Com base nas melhores práticas de governança e objetivando garantir uma correta comparabilidade das informações apresentadas junto a seus investidores, a nova Administração da Estácio, após a identificação de transações consideradas não compatíveis com os padrões e políticas da Companhia, conforme divulgado ao mercado em fato relevante de 12 de agosto de 2016, decidiu pela reapresentação das cifras comparativas relativas ao ano de 2014, 2015 (e seus respectivos trimestres) e ao primeiro trimestre de 2016. Portanto, os números contabilizados, conforme aplicável, estão devidamente ajustados, conforme nota explicativa nº 1.5 às nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Neste mesmo contexto, alunos com baixa ou nenhuma expectativa de realização, foram desligados da base total de 2016, sofrendo efeitos nos indicadores apresentados. Apesar deste desligamento, o número médio de alunos da Estácio cresceu 6,3%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossos Diretores comentam que os principais fatores determinantes da nossa receita bruta consistem no número de alunos matriculados nos cursos oferecidos e o valor bruto das mensalidades por aluno.

Os preços das mensalidades são estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno. Desta forma, as nossas unidades situadas em regiões de maior demanda geralmente possuem mensalidades mais altas.

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2016 decorreu principalmente devido a nova estratégia de precificação da companhia, que resultou no aumento de 12,6% da receita bruta no referido período, correspondente a R\$606,6 milhões.

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2016 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015 decorreu principalmente do aumento do valor bruto das mensalidades por aluno. Dessa forma, o aumento da receita bruta no referido período de 11,1%, correspondente a R\$481,75 milhões, decorreu principalmente do aumento, em relação ao exercício social anterior, de 8,9 % no valor bruto da mensalidade no final do período.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Nossos Diretores informam que nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e reajustada pelos índices de inflação, tais como IGP-M, INPC e IPCA.

No Brasil, os salários são reajustados anualmente, com base em acordos coletivos, ora celebrados entre os sindicatos dos empregadores e dos empregados. Normalmente, os sindicatos seguem o índice de inflação do INPC, como parâmetro para as suas negociações. No caso das instituições de ensino superior este valor em algumas cidades, dependendo do sindicato, é acrescido de 1% no salário base (além do dissídio coletivo) a cada ano (caso do Rio de Janeiro).

Nossa receita bruta de vendas também é reajustada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos alunos, por meio do aumento nos preços das mensalidades. No entanto, não podemos prever a possibilidade de repasse do aumento dos custos para nossos alunos no futuro.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o impacto da inflação em nossos resultados foi compensado pelo reajuste do preço das mensalidades.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016, a redução da taxa de juros teve impacto positivo em nossos resultados, reduzindo os serviços de nossas dívidas, porém essa redução também impactou a remuneração de nossos ativos financeiros nesses exercícios que estão atrelados à variação do CDI.

10.3. Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos Diretores comentam que não houve nos três últimos exercícios sociais introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

AQUISIÇÃO

Em 3 de setembro de 2015, a Estácio adquiriu, através da sua controladora indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., a totalidade das ações do Centro Educacional Nossa Cidade Ltda. ("FNC"), pelo montante de R\$90 milhões, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$13,79 milhões, perfaz o montante de R\$76,21 milhões, pagos da seguinte forma: R\$38,81 milhões na data do fechamento da operação com recursos financeiros e o saldo remanescente amortizado em até quarenta e dois meses, a contar da data do fechamento da operação.

A FNC, fundada em 2005, possui aproximadamente 8.700 alunos, 16.580 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 24 cursos superiores em fase de maturação e 11 de pós-graduação, além de cursos técnicos. Em 2013, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Índice Geral de Cursos (IGC) 3, numa escala de 1 a 5. A aquisição visa ampliar a capilaridade da Estácio no ensino superior no Estado de São Paulo, agregando um portfólio de cursos que cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, entre os quais se destacam os cursos de Direito, Engenharias e Arquitetura, Saúde, Licenciaturas, Gestão e Tecnólogos.

Em 17 de novembro de 2015, a Estácio adquiriu, através da sua controladora indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., a totalidade das ações da FACULDADES INTEGRADAS DE CASTANHAL LTDA., sociedade limitada, com sede no município de Castanhal, estado do Pará, mantenedora da Faculdade de Castanhal ("FCAT"), pelo montante de R\$26 milhões, que (i) diminuído do endividamento líquido da Sociedade, no valor de R\$5,97 milhões, conforme declarado pelos vendedores na data de fechamento da operação e (ii) acrescido de uma parcela condicional de R\$2 milhões, a ser paga aos vendedores nos termos do contrato de aquisição conforme verificação de determinadas condições, representa o pagamento em dinheiro pela companhia do montante de R\$22,03 milhões.

A FCAT, fundada em 2007, possui aproximadamente 2.700 alunos, 9.225 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 12 cursos superiores e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão. Em 2013, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) 4, numa escala de 1 a 5.

Em 2016, a Estácio adquiriu, através de sua controladora indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("Atual"), a totalidade das quotas da Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda., sociedade limitada, com sede no município de Feira de Santana, Estado da Bahia, mantenedora da Faculdades Unidas Feira De Santana - Unisantana ("FUFS").

Adquirida pelo valor de R\$9.500.000 a FUFUS foi fundada em 2012 e possui aproximadamente 1.500 alunos, 2.760 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 5 cursos superiores em fase de maturação. Em 2011, foi avaliada pelo MEC, que emitiu um Conceito Institucional (CI) 3, numa escala de 1 a 5. Localizada em Feira de Santana, 2º maior município do estado, possui cerca de 36 municípios em sua área de influência, que em conjunto totalizam aproximadamente 1,3 milhão de habitantes.

A referida aquisição visa ampliar a capilaridade da Estácio no ensino superior no Estado da Bahia, agregando um portfólio de cursos na área de saúde, especificamente os cursos de Enfermagem, Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição e Radiologia, portfólio este, identificado como sendo de alta demanda pelo mercado de trabalho na região. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

Salvo pelas operações acima mencionadas, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Nossos Diretores comentam que não houve nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais, salvo pelo abaixo descrito.

Em julho de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração e em 15 de agosto de 2016, pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, a combinação de negócios entre a nossa Companhia e a Kroton Educacional S.A. ("Kroton") através da incorporação das ações de emissão da Estácio pela Kroton, pelo seu valor de mercado, nos termos dos artigos 224, 225 e 252 da Lei nº 6.404/76. A presente negociação resultou na distribuição de dividendos extraordinários aos nossos acionistas, no valor de R\$420,0 milhões, no segundo semestre de 2016. A consumação da referida transação estava sujeita ao cumprimento de condições suspensivas previstas no Protocolo, incluindo a sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Em 28 de junho de 2017, a Companhia e a Kroton informaram que, o Tribunal do CADE apreciou a Operação e decidiu por sua não aprovação. Dessa forma, não foi implementada uma condição da Operação e, conforme previsto no Protocolo e determinado pelas assembleias gerais das Companhias, a aprovação da Operação tornou-se sem efeitos, com a rescisão automática do seu Protocolo. Para mais informações sobre a operação, ver o item 15.7 deste Formulário de Referência.

10.4. Mudanças nas Práticas Contábeis, Ressalvas e Ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nossos Diretores comentam que a nossa Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor aplicáveis aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Não houve impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras, oriundas das referidas mudanças nas práticas contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, considerando que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores informam que não houve ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres do auditor relativos às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

10.5. Políticas Contábeis Críticas

Nossos Diretores informam que as principais políticas contábeis críticas que adotamos e que envolvem julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas contábeis críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A nossa Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment), no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

Em percentuais

	2017	2016	2015
Margem bruta (i)	49,1%	43,4%	41,5%
Taxa de crescimento (ii)	5%	5%	5%
Taxa de desconto (iii)	14,3%	15,1%	15,0%

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Transações com pagamentos baseados em ações

A nossa Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo

dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa 20(b) das nossas demonstrações financeiras.

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. As características e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos do programa são divulgados na Nota Explicativa 20(c) das nossas demonstrações financeiras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A nossa Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Vida útil dos ativos

A nossa Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos nossos ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Constituída com base no saldo de parcelas em atraso após 180 dias, ou seja, um semestre letivo, já que a condição para reingresso no próximo semestre letivo é a liquidação ou negociação das parcelas em atraso, quando o aluno deixa de ser inadimplente. Concomitantemente, a Companhia analisa a suficiência da provisão com base nas perdas históricas do contas a receber nos últimos 5 anos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu pela suficiência da provisão considerando os dois critérios mencionados.

10.6 Itens Relevantes Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. Contratos de construção não terminada; e, iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 2017.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há outros itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 2017.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há itens que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

b) Natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há itens que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, uma vez que os nossos Diretores entendem que não há itens que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da nossa Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10.8 Plano de Negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo os nossos Diretores, os nossos investimentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$153,8 milhões em atividades de manutenção principalmente e atividades de expansão. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, planejamos investir cerca de R\$240 milhões.

Os nossos investimentos, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$194,2 milhões em atividades de manutenção e expansão, sendo R\$7,4 milhões desse valor investidos em aquisições de novas unidades. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, planejamos investir cerca de R\$266,0 milhões.

E no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os nossos investimentos totalizaram R\$335,7 milhões em atividades de manutenção e expansão, sendo R\$113,6 milhões desse valor para fins de aquisições de novas unidades. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2016, planejamos investir cerca de R\$292 milhões.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Segundo os nossos Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os recursos necessários para os investimentos foram financiados pela nossa própria geração operacional de caixa, destacando-se ainda a 1ª Emissão de Notas Promissórias Simples realizada em novembro de 2016, e a nossa 4ª emissão pública de debêntures em dezembro de 2016. Cabe aos nossos Diretores identificar fontes de financiamento a custos atrativos para contratá-los quando for o caso.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

No exercício social de 2015, por meio de nossa controlada, a Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("Atual"), adquirimos as seguintes instituições de ensino superior, com a finalidade de expandir as nossas operações nos Estados de São Paulo e do Pará, nas regiões Sudeste e Norte do País:

- (i) *Centro Educacional Nossa Cidade Ltda.*, mantenedora da Faculdade Nossa Cidade ("FNC"). A FNC foi adquirida em 3 de setembro de 2015, pelo montante de R\$90 milhões, que, diminuído do endividamento líquido da Sociedade no valor de R\$13,79 milhões, conforme declarado pelos vendedores na data de fechamento da operação, representa o pagamento em dinheiro pela companhia do montante de R\$76,21 milhões. Localizada no município de Carapicuíba, no Estado de São Paulo, sua área de influência abrange também os municípios de Osasco, Barueri, Itapevi, Santana de Parnaíba, Jandira e Cajamar, que em conjunto totalizam cerca de 2 milhões de habitantes. A FNC possui aproximadamente 8.700 alunos, 16.580 vagas totais autorizadas, contando em

seu portfólio com 24 cursos superiores em fase de maturação e 11 de pós-graduação, além de cursos técnicos. Em 2013, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Índice Geral de Cursos (IGC) 3, numa escala de 1 a 5.

- (ii) *Faculdades Integradas de Castanhal Ltda.*, mantenedora da Faculdade de Castanhal ("FCAT"). A FCAT foi adquirida em 17 de novembro de 2015, pelo montante de R\$26 milhões, que (i) diminuído do endividamento líquido da Sociedade, no valor de R\$5,97 milhões, conforme declarado pelos vendedores na data de fechamento da operação e (ii) acrescido de uma parcela condicional de R\$2 milhões, a ser paga aos vendedores nos termos do contrato de aquisição conforme verificação de determinadas condições, representa o pagamento em dinheiro pela companhia do montante de R\$22,03 milhões. Fundada em 2007, localizada no município de Castanhal, no Estado do Pará, a FCAT possui aproximadamente 2.700 alunos, 9.225 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 12 cursos superiores e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão. Em 2013, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) 4, numa escala de 1 a 5.

Adicionalmente, no exercício social de 2016, adquirimos por meio de nossa controlada Atual, a totalidade das quotas da Sociedade Empresarial de Estudos Superiores E Tecnológicos Sant'Ana Ltda., sociedade limitada, com sede no município de Feira de Santana, estado da Bahia, mantenedora da Faculdades Unidas Feira De Santana - Unisantana ("FUFS").

Adquirida pelo valor de R\$9.500.000, a FUFS foi fundada em 2012 e possui aproximadamente 1.500 alunos, 2.760 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 5 cursos superiores em fase de maturação. Em 2011, foi avaliada pelo MEC, que emitiu um Conceito Institucional (CI) 3, numa escala de 1 a 5. Localizada em Feira de Santana, 2º maior município do estado, possui cerca de 36 municípios em sua área de influência, que em conjunto totalizam aproximadamente 1,3 milhão de habitantes.

A aquisição visa ampliar a nossa capilaridade no ensino superior no estado da Bahia, agregando um portfólio de cursos na área de saúde, especificamente os cursos de Enfermagem, Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição e Radiologia, portfólio este, identificado como sendo de alta demanda pelo mercado de trabalho na região. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

A Estácio está iniciando operações no segmento de Ensino Médio, tendo começado as inscrições para as primeiras turmas de 2018 em outubro de 2017. Primeiramente, serão abertas turmas apenas em sete unidades no Estado do Rio: Madureira, Rio Comprido, Ilha do Governador, Duque de Caxias, Niterói, Alcântara e Cabo Frio. Além da preparação para o ingresso na universidade, a Escola Estácio pretende oferecer formação profissional técnica para os estudantes de Ensino Médio, com foco no mercado de trabalho. Entre os principais diferenciais da Escola Estácio, destacam-se a experiência do corpo docente - professores que já integraram programas de formação profissional na instituição de ensino - e a infraestrutura existente nas unidades de Ensino Superior, como bibliotecas completas e laboratórios bem equipados.]

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável, uma vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e

Não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.9 Outros fatores com influência relevante no desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens acima

Em 2016, o Conselho de Administração iniciou modificações na Diretoria Executiva da Companhia a fim de otimizar a estrutura administrativa e aperfeiçoar seus controles internos. Com base nas melhores práticas de governança e objetivando garantir uma correta comparabilidade das informações apresentadas junto a seus investidores, a nova Administração da Companhia, após a identificação de transações consideradas não compatíveis com os padrões e políticas da Companhia, conforme divulgado ao mercado em fato relevante de 12 de agosto de 2016, decidiu pela reapresentação das cifras comparativas relativas ao ano de 2014, 2015 (e seus respectivos trimestres) e ao primeiro trimestre de 2016. Portanto, os números contabilizados, conforme aplicável, estão devidamente ajustados, conforme nota explicativa nº 1.5 às nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Salvo pelo acima exposto, não há outros fatores ocorridos nos três últimos exercícios sociais que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção.

7.2 Anexo 9-1-II – Proposta de destinação do lucro líquido (conforme Art. 9º, §único, II da Instrução CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício social de 2017 foi de **R\$424.589.526,10** (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e dez centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A Companhia não distribuiu ao longo do exercício social de 2017 dividendos antecipados, bem como não declarou juros sobre capital próprio.

Uma vez que seja aprovada a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos se dará no montante global de **R\$100.840.012,45** (cem milhões, oitocentos e quarenta mil, doze reais e quarenta e cinco centavos), sendo o valor por ação estimado em **R\$ 0,32588**.¹

Nesta data, não são devidos pelos acionistas tributos sobre os dividendos propostos.

¹ Valor definido com base na posição acionária de 19.03.2018, podendo sofrer alteração até a data de realização da Assembleia

Destacamos, porém, que os referidos dividendos poderão vir a ser tributados, caso haja alteração à regulamentação aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Nos termos da alínea “c” do artigo 29 do Estatuto Social, desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a Companhia distribuirá 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido ajustado.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

A Companhia somente possui ações ordinárias. Adicionalmente, ressalta-se que não foram distribuídos ao longo do exercício social de 2017 dividendos antecipados, bem como não foram declarados juros sobre capital próprio.

Dessa forma, caso seja aprovada a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor bruto de dividendo por ação é estimado em **R\$ 0,32588**.²

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia propõe que os dividendos sejam pagos à vista, em uma única parcela, em 14.06.2018.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização ou juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas da Companhia titulares de posições acionárias em 18 de abril de 2018, data em que os dividendos serão declarados. As ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 19 de abril de 2018.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

² Valor definido com base na posição acionária de 19.03.2018, podendo sofrer alteração até a data de realização da Assembleia.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015
Lucro líquido do exercício	424.589	368.102	484.674
Valor por ação ⁽¹⁾	1,37464	1,157930	1,574701

⁽¹⁾ Considerando a base acionária de 31 de dezembro de cada exercício social, excluindo as ações em tesouraria.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015
Dividendo	100.840	507.424	535.110
Valor por ação ⁽¹⁾	0,32588	1,59619	1,736402

⁽¹⁾ Considerando a base acionária de 31 de dezembro de cada exercício social, excluindo as ações em tesouraria.

Observa-se que a Companhia emite apenas ações ordinárias.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Foi proposta a destinação à reserva legal do montante de **R\$21.229.476,30 (vinte e um milhões, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta centavos)**.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Foi proposta a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme artigo 29, alínea “c” do Estatuto Social da Companhia, após a constituição de reserva legal, o lucro que remanescer deverá ser ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso. Do saldo remanescente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. A Companhia propõe o pagamento integral dos dividendos obrigatórios.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**a. Informar o montante da retenção****b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos****c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não há retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a. Identificar o montante destinado à reserva****b. Identificar a perda considerada provável e sua causa****c. Explicar porque a perda foi considerada provável****d. Justificar a constituição da reserva**

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar****b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva****b. Identificar o montante destinado à reserva****c. Descrever como o montante foi calculado**

Propõe-se a destinação de R\$302.520.037,35 (trezentos e dois milhões, quinhentos e vinte mil, trinta e sete reais e trinta e cinco centavos) à Reserva para Efetivação de Novos Investimentos, referente a potenciais aquisições, expansão e melhorias em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, nos termos do Artigo 31(e) do Estatuto Social da Companhia. Este montante corresponde ao saldo do lucro líquido do exercício após a distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**a. Identificar o montante da retenção**

Não se aplica.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

7.3 Informações dos Candidatos a Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme previsto no Art. 10 da instrução CVM 481/09

12.5 / 6 COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL E PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES/ MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Membro independente	Critério utilizado para determinar a independência	Número de mandatos consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Igor Xavier Correia Lima	14/04/1981	Conselho de Administração.	18.04.2018	Até a AGO de 2020
013.240.566-06	Engenheiro	24 - Conselho de Administração. Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.	18.04.2018	Não
N/A	Sim		0	N/A
Maurício Luís Luchetti	29/12/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração.	18.04.2018	Até a AGO de 2020
238.595.985-20	Administrador de Empresas	25 - Vice Presidente do Conselho de Administração. Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.	18.04.2018	Não
Membro e Coordenador do Comitê de Gente e Governança e membro do Comitê Acadêmico, comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração	Sim		5	100%

Oswaldo Burgos Schirmer	22/08/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração.	18.04.2018	Até a AGO de 2020
108.187.230-68	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Administração Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.	18.04.2018	Não
Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria e Finanças, comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração.	Sim		1	100%
Líbano Miranda Barroso	23/02/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração.	18.04.2018	Até a AGO de 2020
421.016.386-49	Economista	27 - Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.	18.04.2018	Não
Membro do Comitê de Auditoria e Finanças e do Comitê de Estratégia, comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração.	Sim		1	100%
Flavio Benício Jansen Ferreira	01/06/1966	Conselho de Administração.	18.04.2018	Até a AGO de 2020
921.962.337-49	Engenheiro	27 - Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.	18.04.2018	Não
N/A	Sim		0	N/A
Jackson Medeiros de Farias Schneider	23/06/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração.	18.04.2018	Até a AGO de 2020
401.085.030-20	Advogado	27 - Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Colhereiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.	18.04.2018	Não
Membro do Comitê de Gente e Governança e do Comitê de Estratégia comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração.	Sim		1	100%
Luiz Roberto Liza Curi	23/05/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração.	18.04.2018	Até a AGO de 2020
015.886.018-70	Sociólogo	27 - Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Conselheiro	18.04.2018	Não

		Independente do Regulamento Mercado da B3.	do Novo		
Membro e Coordenador do Comitê Acadêmico, comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração. Sim				1	100%
Juan Pablo Zucchini	17/08/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração.		18.04.2018	Até a AGO de 2020
229.269.398-41 Economista		27 - Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.		18.04.2018	Não
Membro do Comitê de Gente e Governança e do Comitê de Estratégia, comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração. Sim				1	100%
Brenno Raiko de Souza	04/09/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração.		18.04.2018	Até a AGO de 2020
103.462.207-26 Economista		27 - Membro efetivo e independente do Conselho de Administração, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.		18.04.2018	Não
Membro do Comitê de Auditoria e Finanças e do Comitê Acadêmico, comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração. Sim				1	100%
Pedro Wagner Pereira Coelho	29/06/1948	Conselho Fiscal		18.04.2018	Até a AGO de 2019
258.318.957-34 Contador		45 - Membro efetivo e independente do Conselho Fiscal, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.		18.04.2018	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos na Companhia. Sim				10	100%
Emanuel Sotelino Schifferle	27/02/1940	Conselho Fiscal		18.04.2018	Até a AGO de 2019
009.251.367-00 Engenheiro		45 - Membro efetivo e independente do Conselho Fiscal, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado.		18.04.2018	Não
O Administrador não exerce outras funções e cargos na Companhia. Sim				10	100%
Vanessa Claro Lopes	11/01/76	Conselho Fiscal		18.04.2018	Até a AGO de 2019
162.406.218-03 Contadora		45 - Membro efetivo e independente do Conselho Fiscal, nos termos da definição		18.04.2018	Não

A Administradora não exerce outras funções e cargos na Companhia.				de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.			
		Sim			1	100%	
Julio Cesar Garcia Piña	30.08.1958		Conselho Fiscal		18.04.2018	Até a AGO de 2019	
491.807.037-04	Administrador de Empresas		48 - Membro suplente e independente do Conselho Fiscal, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.		18.04.2018	Não	
O Administrador não exerce outras funções e cargos na Companhia.					1	N/A	
Gustavo Matioli Vieira Janer	04/02/1981		Conselho Fiscal		18.04.2018	Até a AGO de 2019	
055.179.567-00	Administrador de Empresas		48 - Membro suplente e independente do Conselho Fiscal, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3.		18.04.2018	Não	
N/A					0	N/A	
Saulo de Tarso Alves de Lara	27/01/1954		Conselho Fiscal		18.04.2018	Até a AGO de 2019	
678.691.498-53	Contador		48 - Membro suplente e independente do Conselho Fiscal, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3.		18.04.2018	Não	
O Administrador não exerce outras funções e cargos na Companhia.					1	N/A	

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
a. Currículo
b. Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo administradores e conselho fiscal
Juan Pablo Zucchini – Conselheiro de Administração (Independente)

229.269.398-41

Formado em Economia pela Universidade Católica da Argentina e com MBA em Administração de Empresas pela Universidade Austral - IAE. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A., desde setembro de 2017, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3, posição que acumula com a de membro do Comitê de Gente e Governança e do Comitê de Estratégia da Companhia, é Presidente do Conselho de Administração do Grupo Biotoscana S.A (GBIO33), companhia aberta do setor de saúde, membro do Conselho de Administração do Fleury S.A. (FLRY3), companhia aberta líder no setor de medicina diagnóstica, bem como Managing Partner de Advent International. Possui 19 anos de experiência em private equity, tendo liderado diversas transações. Atualmente se concentra em investimentos nos setores de educação e serviços de saúde na América Latina. Antes de ingressar na Advent International, trabalhou por 03 anos no Grupo Perez Compac, onde atuou em vários projetos de privatização na Argentina, especialmente nos setores de energia, óleo e gás. Foi membro do Conselho de Administração da Faculdade da Serra Gaúcha e da Kroton Educacional, companhia aberta no ramo da educação. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Brenno Raiko de Souza - Conselheiro de Administração (Independente)

103.462.207-26

Formado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e com MBA pela Harvard Business School. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A., desde setembro de 2017, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3, posição

que acumula com a de membro do Comitê de Auditoria e Finanças e do Comitê Acadêmico da Companhia. Ingressou na Advent do Brasil Consultoria e Participações Ltda em 2011 e é o Diretor responsável pelos setores de saúde e educação no Brasil. Adicionalmente é membro do Conselho de Administração do Fleury S.A. (FLRY3), companhia aberta líder no setor de medicina diagnóstica, do Grupo Biotoscana (GBIO33), companhia aberta do setor de saúde e da Allied Tecnologia, empresa privada líder na comercialização de produtos de tecnologia. Nos últimos anos participou dos investimentos da Advent na United Medical, Fleury, Allied, Terminal de Contêineres de Paranaguá, Fortbrás e Easynvest. Antes de ingressar na Advent, foi associado na AT Kearney em São Paulo e Nova York por quatro anos, onde recebeu um prêmio global pelos resultados alcançados junto ao cliente. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maurício Luis Luchetti – Conselheiro de Administração (Independente)

238.595.985-20

Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Pós-graduado em Finanças e Recursos Humanos pelo IAG da PUC-RJ. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. desde abril de 2016, na qualidade de membro independente, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3, tendo sido eleito como membro do Conselho de abril 2008 a janeiro de 2016. Acumula esta posição com a de coordenador do Comitê de Geste e Governança desde setembro de 2016, tendo sido eleito como membro do referido Comitê de janeiro de 2014 a abril de 2016. Acumula ainda a posição de membro do Comitê Acadêmico desde dezembro de 2016 e foi membro do Comitê de Auditoria e Finanças de abril de 2014 a janeiro de 2016. Atua ainda como Conselheiro Independente da Construtora Tenda S.A. e membro do Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança Corporativa. É sócio da Galicia Investimentos desde 2007. De 1985 a 2003, integrou na empresa Brahma/Ambev, do setor de bebidas, ocupando diversas funções sendo as últimas a de Diretor Regional por 5 anos, respondendo pelas áreas Fabris, Comerciais e de Distribuição na Regional Centro-Oeste e Norte do Brasil, e Diretor Corporativo de Gente e Gestão por 5 anos, sendo responsável por todas as políticas, programas de Recursos Humanos e Programas de Gestão em todas as operações da América Latina, bem como pela Gestão da Universidade Corporativa. De 2003 a 2006, atuou no Grupo Votorantim como Diretor de Desenvolvimento Organizacional na Holding VPAR (2003 a 2004) e, posteriormente, foi COO da Votorantim Cimentos Brasil (2004 e 2006). Atuou ainda como membro do Conselho de Administração de diversas companhias abertas como da Taesa - Transmissora de Energia, da Mangels, da Nutriplant e Construtora Tenda. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Líbano Miranda Barroso – Conselheiro de Administração (Independente)

421.016.386-49

Formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Finanças, pelo IBMEC, e pós-graduação em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A., nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3, posição que acumula com a de membro do Comitê de Auditoria e Finanças desde abril de 2016 e com a de membro do Comitê de Gente e Governança desde dezembro de 2016. Em fevereiro de 2018 assumiu posição de conselheiro independente da Notre Dame Intermédica Participações S/A, companhia setor saúde, e em março de 2018 se tornou conselheiro independente da Ri Happy Brinquedos S/A, companhia setor varejista brinquedos. É ainda membro do Conselho de Administração da Via Varejo, companhia aberta do setor varejista, desde fevereiro de 2014, compondo os Comitês de Auditoria e Finanças e Comitê de Expansão e desde 2012, é sócio diretor da J2L Gestão de Investimentos S/A, empresa gestora de recursos e consultoria e assessoria para fusões e aquisições. Foi Diretor-Presidente da Via Varejo nos exercícios de 2014 e 2015, e Vice-Presidente de Operações do Grupo Pão de Açúcar em 2016. Anteriormente, ocupou diversos cargos executivos, tendo sido Diretor Presidente da TAM Airlines, empresa do setor de aviação, nos exercícios de 2009 a 2012, onde estruturou a joint-venture de LAN-TAM, criando a LATAM Airlines Group. Criou, estruturou e liderou o IPO da Multiplus S.A., empresa de coalizão de programas de fidelização, tornando-se Diretor Presidente da mesma em 2010. Como Vice-Presidente de Finanças e Gestão da TAM, liderou o processo de reestruturação societária durante o IPO na Bovespa e na NYSE, respectivamente em 2005 e 2006. Também atuou na CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, participando dos estudos iniciais, da criação e liderou o IPO, inaugurando o Novo Mercado da Bovespa, do qual foi o primeiro Diretor de Relações com Investidores, em 2002. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Igor Xavier Correia Lima – Conselheiro de Administração (Independente)

013.240.566-06

Graduou-se no programa OPM na Harvard Business School, MBA da Kellogg School of Management (com concentração em Finanças) e possui Bacharelado em Engenharia Aeronáutica-Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). É Presidente do Instituto Sonho Grande desde 2015, uma ONG focada no aprimoramento da educação básica pública no Brasil. Anteriormente, Igor trabalhou por cinco anos na Kroton Educacional, onde ocupou várias posições de liderança - como por exemplo, diretor geral de educação a distância, vice-presidente de operações (COO) e vice-presidente de integração. Anteriormente, ele trabalhou como consultor na McKinsey & Company. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou

administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Flavio Benício Jansen Ferreira - Conselheiro de Administração (Independente)

921.962.337-49

Formado em engenharia. Foi CEO e é VP de Marketing da empresa Locaweb Internet S.A., aonde atua em diferentes posições desde 2008. É conselheiro da empresa Digipix S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país, Fleury S.A, laboratório de análises clínicas e Internet Meal Company Alimentação S.A.. O Sr. Flávio Jansen é investidor e conselheiro da empresa Flyers 24 Horas S.A. - Anúncio e Divulgação, empresa de veiculação de ofertas de empresas varejistas em site da Internet e em aparelhos celulares, através do site e aplicativo móvel Guiato. É sócio gestor da empresa XS Consultoria em Tecnologia Ltda. Foi responsável pelo início do site Submarino.com, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do Submarino.com durante a IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a Americanas.com que resultou na companhia B2W. Foi conselheiro independente da empresa CETIP-SA - Mercados Organizados, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional S.A.. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Jackson Medeiros de Farias Schneider – Conselheiro de Administração (Independente)

401.085.030-20

Formado em direito pela Universidade de Brasília e com MBA em Administração de Negócios pela Business School of São Paulo. O Sr. Schneider foi eleito Presidente e CEO da Unidade de Negócio da Embraer Defesa e Segurança em 05 de dezembro de 2013, com efetividade a partir de 1º de janeiro de 2014. Atuou na Embraer, companhia aberta do setor de fabricação de aeronaves, de julho de 2012 a dezembro de 2013, como Vice-Presidente Executivo de Pessoas, Relações Institucionais e Sustentabilidade. No setor privado, foi Diretor Adjunto de Relações Corporativas da Unilever, companhia produtora de bens de consumo, e Vice Presidente de Recursos Humanos, Relações Jurídicas e Assuntos Corporativos da Mercedes Benz do Brasil, sociedade do segmento automotivo. Adicionalmente, foi Presidente da ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) e da ABIPLA (Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins), além de membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. Atualmente, é membro do conselho consultivo de administração da Mercedes-Benz do Brasil, sociedade do segmento automotivo, e de algumas associações como o Instituto Ayrton Senna, a AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente) e o MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand). É também membro do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República) e do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do TCU - CECAP/TCU. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Oswaldo Burgos Schirmer – Conselheiro de Administração (Independente)

108.187.230-68

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também obteve o título Masters' Degree pela Southern Illinois University. Participou de inúmeros cursos de extensão dentre eles um na Harvard Business School, focado em Instrumentos de Gestão para Senior Managers e sócios de empresas. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A., nos termos da definição de independência do Regulamento do Novo Mercado, posição que acumula com a de Coordenador do Comitê de Auditoria e Finanças desde abril de 2016. Adicionalmente, é membro independente do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A., companhia aberta do segmento de varejista de moda, desde abril 2012, se tornando Presidente do Conselho desde abril de 2013. É também membro do Conselho de Administração, onde também participa dos Comitês de Assessoramento aos Conselhos das seguintes empresas: SLC Agrícola S/A., produtora de commodities agrícolas, desde junho de 2013; CMPC produtora de Celulose e Papel sediada no Chile, mas com relevante operação no Brasil via Celulose Riograndense. É Presidente do Conselho da American Chamber of Commerce do Estado do Rio Grande do Sul e Vice-Presidente da American Chamber de São Paulo. Como executivo trabalhou no Grupo Gerdau, empresa do setor siderúrgico, de 1986 a janeiro de 2013. Nessa empresa foi diretor financeiro, depois Vice-Presidente e membro do Comitê Executivo. Ao longo de sua carreira, palestrou em eventos internacionais e nacionais sobre mercado de capitais e mais recentemente sobre Governança Corporativa. Ministrou aulas de graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é Autor de artigos veiculados em revistas e jornais. Foi premiado pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros com o prêmio "O Equilibrista", bem como apontado mais de uma vez como o melhor "CFO" da América Latina pelo "Institutional Investor Magazine" quando era executivo. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Roberto Liza Curi – Conselheiro de Administração (Independente)

015.886.018-70

Formado em Ciências Sociais/Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com especialização em Sociologia da Ciência pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UNICAMP e doutorado em Economia pelo Instituto de Economia/UNICAMP. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. desde julho de 2016, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do

Novo Mercado da B3, posição que acumula com a de Coordenador do Comitê Acadêmico desde junho de 2016. Adicionalmente, é Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação desde 2016, Membro do Conselho Superior da CAPES / MEC desde outubro de 2017. Membro do Conselho do Conselho Nacional de Educação - CNE desde 2012, Membro do Conselho do Instituto TIM de Educação, Ciência e Cultura desde 2014, bem como Conselheiro da Fundação Portinari desde 2003. Durante os últimos 5 (cinco) anos atuou como: Presidente do INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (até maio de 2016); Diretor de Educação Superior do Unyleya (de 2014 a janeiro de 2016); Diretor Nacional de Educação Superior e Pesquisa – SEB (de 2008 a 2014); e Conselheiro do Conselho da Leya Editora e da Unyleya Educação (de 2014 a 2016). Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Emanuel Sotelino Schifferle – Conselheiro Fiscal (Efetivo) (Independente)

009.251.367-00

Formado em engenharia mecânica de produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RJ) em 1962, e com certificação do IBCG. Atualmente é membro independente do Conselho Fiscal da Estácio Participações S.A. desde 2009, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3. Suas principais experiências profissionais durante os últimos 5 (cinco) anos incluem: (i) Membro do Conselho Fiscal da AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas (desde 2005), companhia aberta do ramo de bebidas; (ii) Presidente do Conselho Fiscal da Allis Participações S.A. (de 2011 a 2015), companhia aberta holding; (iii) Membro do Conselho de Administração da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (2007 a 2011), companhia aberta do ramo imobiliário; (iv) Membro do Conselho Fiscal da ALL – América Latina Logística S.A. (2004 a 2009), companhia aberta do ramo de logística; (v) Sócio Diretor da ASPA Assessoria e Participações S/C Ltda. (desde 1992), sociedade do ramo de consultoria de reestruturação de empresas, recuperação judicial, negociação de contratos e gestão transitória. Participou das privatizações da Rede Ferroviária Federal (Malhas Sul e Centro-Oeste) e da Tele-Norte Leste. Foi membro do primeiro colegiado da Comissão de Valores Mobiliários CVM, integrando a equipe que implantou o órgão regulador a partir da Lei nº 6.385 de 07.12.1976. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pedro Wagner Pereira Coelho – Conselheiro Fiscal (Efetivo) (Independente)

258.318.957-34

Formado em Administração de Empresas pela Sociedade Universitária Augusto Motta – SUAM em 1978 e em Ciências Contábeis pela Faculdade – SOMLET em 1980. Atualmente é membro efetivo independente do Conselho Fiscal da Estácio Participações S.A., desde 2008, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3. Adicionalmente, é membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Parnaíba Gás Natural S.A., companhia aberta do setor de óleo e gás, desde 2014; Magnesita Refratários S.A., companhia do ramo de refratários, desde 2008. Adicionalmente, figura como sócio-administrador das seguintes sociedades: Griffe Serviços Contábeis Ltda., do ramo de consultoria fiscal e contábil e auditoria, desde 2013; Rio Vermelho Empreendimentos e Participações Ltda., do ramo imobiliário, desde 2005; São Ricardo Participações Ltda., do ramo imobiliário, desde 2003; Boat & Plane Time Sharing do Brasil Ltda., do ramo de consultoria em gestão empresarial, desde 2005; Ocean Explorer do Brasil Ltda., do ramo de consultoria em gestão empresarial, desde 2005; Belavia Administração e Participações Ltda., do ramo de consultoria em gestão empresarial, desde 2010; Hainan Administração e Participações Ltda., do ramo de consultoria em gestão empresarial, desde 2010; South American Lighting Participações S/A, desde 2016; bem como OI S/A, companhia aberta do ramo de telecomunicações, desde 2016. Atuou como membro do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A., companhia aberta do ramo varejista, de 2000 a 2010 e da Allis Participações S.A. (2012 a 2015). Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Vanessa Claro Lopes – Conselheira Fiscal (Efetivo) (Independente)

162.406.218-03

Mestre em Sistemas de Gestão pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Bacharel em Contabilidade pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Análise de Sistemas pela FATEC/BS, com especialização em Gestão Empresarial pela EAESP FGV e Redes de Computadores pela Universidade São Judas. Atualmente é membro independente do Conselho Fiscal da Estácio Participações SA, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como Conselheira Fiscal da Terra Santa Agro SA e Renova Energia S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo SA e do Comitê de Auditoria da Tegma Logística S.A.. Foi membro do Conselho Fiscal da Gerdau SA, Diretora da Auditoria Interna Corporativa do Grupo TAM S/A e Diretora da Auditoria Interna da Globex Utilidades S/A. Iniciou sua carreira na PwC Brasil na área de Auditoria de Sistemas, tendo sido responsável pela criação do Grupo de Consultores para Telecom Network Services no Brasil. Atuou como responsável pelas equipes de Auditoria das empresas de telefonia móvel do Grupo Telefônica. Foi professora titular da cadeira de Auditoria de Sistemas e Segurança da Informação na Faculdade Objetivo. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Julio Cesar Garcia Piña Rodrigues – Conselheiro Fiscal (Suplente) (Independente)

491.807.037-04

Administrador de Empresas formado pela FGV-RJ (1979), com MBA pela PUC-Rio e cursos de extensão no INSEAD (França - Advanced Management Program - 1995) e na Kellogg University (EUA - Advanced Management Program - 2000). Atualmente é membro suplente independente do Conselho Fiscal da Estácio Participações S.A., desde 2017, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como Sócio e Diretor da Gulf Capital Partners desde 2004, gestora de investimentos. Atuou como COO da Brasil Brokers, companhia aberta do ramo de Real Estate, de 2007 a 2015; CEO da Taho Telecom, do ramo de telecomunicações, de 2002 a 2004; Diretor Superintendente da Telemar/Oi, do ramo de telecomunicações, de 1999 a 2002; Diretor da Fininvest S/A, do ramo bancário e de crédito, de 1996 a 1999; Diretor do Banco Gulfinvest S.A. de 1994 a 1996, do ramo de banco de investimentos, bem como Sócio e Diretor da Piril Ltda., do ramo de varejo e atacado de material gráfico e suprimentos, de 1983 a 1994. Iniciou sua carreira nas Lojas Americanas, aonde atuou por 6 anos. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Gustavo Matioli Vieira Janer – Conselheiro Fiscal (Suplente) (Independente)

055.179.567-00

Formado em Administração de Empresas na UCAM-Ipanema com extensão pela MIT Sloan School of Management. Atualmente é CFO/DRI da Almeida Junior Shoppings Centers (2017- atual). Anteriormente exerceu funções de liderança em finanças em diversas empresas, notadamente como Diretor Executivo do Grupo Sá Cavalcante(2014- 2017), Head de Finanças Corporativas e RI da Votorantim Cimentos (2013- 2014), Gerente Geral da VLI Logística (2011- 2013) e Head de RI da PDG Realty (2007- 2011). Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo de Tarso Alves de Lara – Conselheiro Fiscal (Suplente) (Independente)

678.691.498-53

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em 1979 e em Ciências Contábeis pela Faculdade Paulo Eiró em 1981, com MBA - Managing Finance and Control pela International Institute for Management Development (IMD), Lausanne/Suíça em 1994. Atualmente é membro suplente independente do Conselho Fiscal da Estácio Participações S.A. desde 2017, nos termos da definição de Conselheiro Independente do Regulamento do Novo Mercado da B3. Adicionalmente é membro do Conselho Fiscal de sociedades como: Equatorial Energia S.A., companhia aberta do ramo de energia elétrica, desde 2016; Centrais Elétricas do Pará S.A. CELPA, companhia aberta do ramo de energia elétrica, desde 2016; Centrais Elétricas do Maranhão S.A.- CEMAR, companhia aberta do ramo de energia elétrica, desde 2016; Superintendente e CFO da Greenwood Resource Brasil Ltda., gestora americana de fundo de investimentos em TIMBER, desde 2013. Possui mais de 40 anos de experiência em empresas multinacionais e nacionais de renome destacando entre elas: 10 anos como auditor externo da Arthur Andersen (ex big five); 15 anos como Diretor de Controle e Planejamento Financeiros da Cyrela S.A., Crow Cork S.A.; e Holcim S.A., sempre atuando em cargo de diretoria na área de Controladoria e Finanças. Atuou como membro do Conselho de Administração da REP (Shopping Centers) de 2013 a 2014, e da TGLT, empresa argentina do ramo de Real Estate, de 2013 a 2014. Foi membro e Presidente do Conselho Fiscal das Companhias: PDG Realty S.A., companhia aberta do ramo imobiliário, de 2012 a 2015; Cyrela Commercial Properties S.A CCP, empresa do ramo de Real Estate – renda, shoppings, edifícios comerciais, galpões industriais -, de 2008 a 2010. Nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Nome	Órgão	Membro Efetivo/Suplente e Independente	Total de reuniões realizadas no último exercício social pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal desde a posse do Conselheiro	% de participação nas reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal
Juan Pablo Zucchini	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	7	100,00
Brenno Raiko de Souza	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	7	100,00
Maurício Luis Luchetti	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	19	100,00
Líbano Miranda Barroso	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	19	100,00

Igor Xavier Correia Lima	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	N/A	0,00
Flavio Benício Jansen Ferreira	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	N/A	0,00
Jackson Medeiros de Farias Schneider	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	19	100,00
Oswaldo Burgos Schirmer	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	19	100,00
Luiz Roberto Liza Curi	Conselho de Administração	Efetivo e Independente	19	100,00
Pedro Wagner Pereira Coelho	Conselho Fiscal	Efetivo e Independente	10	100,00
Emanuel Sotelino Schifferle	Conselho Fiscal	Efetivo e Independente	10	100,00
Vanessa Claro Lopes	Conselho Fiscal	Efetivo e Independente	10	100,00
Julio Cesar Garcia Piña Rodrigues	Conselho Fiscal	Suplente e Independente	N/A	0,00 ^(*)
Gustavo Matioli Vieira Janer	Conselho Fiscal	Suplente e Independente	N/A	0,00 ^(*)
Saulo de Tarso Alves Lara	Conselho Fiscal	Suplente e Independente	N/A	0,00 ^(*)

(*) A presença dos membros suplentes não foi necessária nas reuniões realizadas no último exercício social, considerando que os membros do Conselho Fiscal efetivos compareceram a todas as reuniões no período.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, visto que a nova composição dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração somente será definida em um momento posterior, pelos próprios Conselheiros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2018, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, conforme esclarecimento prestado no item 12.7 acima

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. **administradores do emissor**
- b. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não aplicável em razão de não haver relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os novos Conselheiros e (a) os demais administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) os controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; ou (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável, pois não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre os membros do nosso Conselho Fiscal e as pessoas indicadas nos itens acima.

7.4 Informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, conforme estabelece o inciso ii do artigo 12 da Instrução CVM 481/09

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado³.

A nossa política de remuneração tem como principais objetivos (i) atrair e reter os melhores profissionais do mercado e (ii) promover o alinhamento dos interesses dos nossos administradores com os interesses dos nossos acionistas. Com a política de remuneração, esperamos obter a dedicação, engajamento e o máximo desempenho de nossos executivos, para que possam, em conjunto, concretizar o nosso progressivo crescimento.

Para alcançar os seus objetivos, a nossa política define critérios que visam promover (i) o reconhecimento e a valorização do desempenho funcional, (ii) a motivação e a criação de oportunidades de desenvolvimento dos nossos colaboradores, bem como (iii) o estabelecimento e manutenção do equilíbrio da nossa estrutura de cargos e salários.

A nossa política é estruturada pela Diretoria e pelo Comitê de Gente e Governança, sendo posteriormente referendada pelo Conselho de Administração, embora não seja formalizada em documento específico divulgado pela Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles, segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	Os membros do Conselho de Administração recebem uma parcela fixa mensal (honorários). A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao nosso Conselho de Administração. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração fazem jus a remuneração por participação em comitês. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos e indiretos.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, tais como bônus e participações nos resultados.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração baseada em ações, por meio do nosso Plano de Opção de Compra/Subscrição de Ações ("Plano de Opções de Ações"). O referido plano visa à atração e retenção de profissionais que agreguem valores para os nossos resultados, bem como ao alinhamento dos interesses dos nossos Administradores aos interesses dos nossos acionistas. Para mais informações sobre o plano acima mencionado, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

³ Redação alterada pelo art. 5º da Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017.

Conselho Fiscal

ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	<p>Para os membros do Conselho Fiscal a remuneração considera apenas o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários), não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Os membros do Conselho Fiscal também têm direito a reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.</p> <p>A determinação da remuneração do Conselho Fiscal é realizada em função da remuneração média atribuída aos Diretores Executivos, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Adicionalmente, os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular.</p> <p>Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios diretos e indiretos e a remuneração por participação em comitês.</p>
Remuneração Variável	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável, tais como bônus, participações nos resultados, remuneração por participação em reuniões e comissões.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração baseada em ações.

Diretoria Estatutária

ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	<p>Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus ao recebimento de uma parcela fixa mensal que tem o objetivo de remunerar os serviços prestados dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um dos Diretores Estatutários na gestão da nossa Companhia.</p> <p>Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a um pacote de benefícios que inclui ajuda de custo para fixação de residência no Rio de Janeiro, subsídio parcial de assistência médica e seguro de vida custeado pela Companhia.</p> <p>Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.</p>
Remuneração Variável	<p>Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a parcela variável anual baseada nos nossos resultados e definida por meio de metas objetivas e mensuráveis derivadas do planejamento estratégico e do orçamento anual aprovado pelo nosso Conselho de Administração. A participação nos resultados tem como principal objetivo reconhecer a participação do executivo no desempenho da nossa Companhia em um determinado ano.</p> <p>Adicionalmente, para o exercício social de 2017, foi criado um programa de remuneração variável complementar de participação nos lucros, o qual tem por principal finalidade a retenção de colaboradores-chave da Companhia⁴. O pagamento de tal remuneração está atrelado ao cumprimento de metas pré-determinadas pela Companhia, com base no orçamento para o exercício social de 2018 aprovado pelo Conselho de Administração.</p> <p>São elegíveis a participar os Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários e demais colaboradores-chave que venham a ser indicados pelo Conselho de Administração da Companhia, observado que o pagamento da referida remuneração somente será realizado caso seja verificado o atingimento das metas pré-determinadas pela Administração da Companhia, com base em indicadores internos e EBITDA, nos termos do orçamento aprovado para 2018. Em caso de atingimento parcial das metas definidas, o cálculo e apuração da remuneração será realizado de forma proporcional aos resultados alcançados, desde que seja alcançado o mínimo de 80% do EBITDA equivalente do período base para apuração dos resultados.</p>

	<p>Em caso de pedido de demissão ou de desligamento do beneficiário por decisão da Companhia até a véspera do pagamento da referida remuneração variável, não será devido o pagamento da remuneração.</p> <p>Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em reuniões, bônus e comissões.</p>
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a remuneração baseada em ações, por meio do nosso Plano de Opções de Ações ("Plano de Opções") e ao Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"). Tanto o Plano quanto o ILP visam à atração e retenção de profissionais que agreguem valores para os nossos resultados, bem como ao alinhamento dos interesses dos nossos Administradores aos interesses dos nossos acionistas. Para mais informações, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Diretoria Não Estatutária

ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	<p>Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus ao recebimento de uma parcela fixa mensal que tem o objetivo de remunerar os serviços prestados dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um dos Diretores Não Estatutários na gestão da nossa Companhia.</p> <p>Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a um pacote de benefícios, que inclui ajuda de custo para fixação de residência no Rio de Janeiro, subsídio parcial de assistência médica e seguro de vida custeado pela Companhia.</p> <p>Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.</p>
Remuneração Variável	<p>Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus à parcela variável anual baseada nos nossos resultados e definida por meio de metas objetivas e mensuráveis derivadas do planejamento estratégico e do orçamento anual aprovado pelo nosso Conselho de Administração. A participação nos resultados tem como principal objetivo reconhecer a participação do executivo no desempenho da nossa Companhia em um determinado ano. Adicionalmente, para o exercício social de 2017, foi criado um programa de remuneração variável complementar de participação nos lucros, cujos principais termos e critérios de elegibilidade encontram-se descritos no item 13.1(g) abaixo, o qual tem por principal finalidade a retenção de colaboradores-chave da Companhia. Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em reuniões, bônus e comissões.</p>
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração baseada em ações, por meio do nosso Plano de Opções, o qual visa à atração e retenção de profissionais que agreguem valores para os nossos resultados, bem como ao alinhamento dos interesses dos nossos Administradores aos interesses dos nossos acionistas. Para mais informações sobre o Plano de Opções, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, possuíamos os seguintes comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Gente e Governança, Comitê de Auditoria e Finanças, Comitê Acadêmico e Comitê de Estratégia.

a)

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	Nossos Comitês são compostos por, no mínimo, três e no máximo cinco membros, sendo no mínimo, dois membros do Conselho de Administração. As pessoas indicadas são eleitas em reunião do Conselho de Administração. Os membros dos Comitês que sejam conselheiros da Companhia já recebem em sua remuneração fixa na qualidade de membros do Conselho de Administração parcela adicional relacionada à participação em comitês. Os demais administradores e empregados que sejam membros dos comitês não fazem jus a parcela adicional em sua remuneração fixa relacionada à participação em comitês. Os membros independentes dos Comitês, ou seja, aqueles que não são administradores, empregados ou conselheiros da Companhia, fazem jus ao recebimento de uma parcela fixa mensal que tem o objetivo de remunerar os serviços prestados dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada Comitê, observado que em 2017 e no exercício corrente, não houve membros que se enquadrassem nessa situação.
Remuneração Variável	Os membros dos Comitês não fazem jus a remuneração variável, tais como bônus, participações nos resultados, remuneração por participação em reuniões e comissões.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros dos Comitês Estatutários não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros dos Comitês Estatutários não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros dos Comitês Estatutários não fazem jus a remuneração baseada em ações.

ii. em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente, abaixo descritos foram de aproximadamente:

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	57,76%	83,33%	27,70%	40,02%	-
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	-	-	0,15%	0,34%	-
<i>Participação em Comitês</i>	11,73%	-	-	-	-
<i>Outros - Encargos Sociais</i>	11,55%	16,67%	8,87%	14,45%	-
Remuneração Variável					
<i>Bônus⁵</i>	-	-	-	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	51,09%	36,34%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros - Encargos Sociais</i>	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-

⁵ O ILP não está contemplado neste item, tendo sido incluído no item "Remuneração Baseada em Ações" abaixo.

Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	18,96%	-	12,19%	8,85%	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,0%	100,00%	-

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	54,74%	79,68%	28,05%	40,58%	-
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	-	-	0,16%	0,34%	-
<i>Participação em Comitês</i>	8,42%	-	-	-	-
<i>Outros - Encargos Sociais</i>	16,11%	20,32%	8,98%	13,52%	-
Remuneração Variável					
<i>Bônus⁶</i>	-	-	-	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	51,73%	34,05%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros - Encargos Sociais</i>	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	20,73%	-	11,08%	11,51%	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,0%	100,00%	-

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	42,52%	79,68%	73,47%	55,31%	-
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	-	-	0,28%	0,49%	-
<i>Participação em Comitês</i>	17,91%	-	-	-	-
<i>Outros - Encargos Sociais</i>	15,41%	20,32%	24,04%	18,45%	-
Remuneração Variável					
<i>Bônus⁷</i>	-	-	-	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	28,62%	34,58%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-

⁶ O ILP não está contemplado neste item, tendo sido incluído no item "Remuneração Baseada em Ações" abaixo.

⁷ O ILP não está contemplado neste item, tendo sido incluído no item "Remuneração Baseada em Ações" abaixo.

<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros - Encargos Sociais</i>	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	24,16%	-	-26,41%	-8,83%	-
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês ⁽¹⁾
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	37,4%	83,3%	18,4%	26,1%	83,3%
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	-	-	0,1%	0,1%	-
<i>Participação em Comitês</i>	7,0%	-	-	-	-
<i>Outros - Encargos Sociais</i>	7,5%	16,7%	6,2%	8,8%	16,7%
Remuneração Variável					
<i>Bônus⁸</i>	-	-	-	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	26,5%	31,4%	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros - Encargos Sociais</i>	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	48,1%	-	48,8%	33,6%	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Somente o membro independente do Comitê de Auditoria e Finanças (o qual não é administrador ou empregado da nossa Companhia) recebe remuneração fixa para participação em tal comitê estatutário.

⁸ O ILP não está contemplado neste item, tendo sido incluído no item “Remuneração Baseada em Ações” abaixo.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Nossa política está fundamentada em duas diretrizes principais, que visam a assegurar um tratamento salarial adequado:

- *Equilíbrio Interno*: relação coerente entre os cargos, considerando o conteúdo e o seu valor na nossa estrutura.
- *Equilíbrio Externo*: relação entre os salários pagos e os salários pagos por segmento de mercado específico, comparados por meio de pesquisas salariais.

Compete a nossa área de Remuneração assessorar as demais áreas quanto à análise, avaliação e classificação na estruturação de cargos e salários administrativos.

Nosso Comitê de Gente e Governança tem por função auxiliar os membros do Conselho de Administração em quaisquer questões referentes a políticas e normas de recursos humanos, às práticas de governança corporativa, bem como analisar assuntos considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

A metodologia de cálculo e de reajuste da remuneração dos administradores da Companhia segue os seguintes critérios: a remuneração total é composta pela (a) Remuneração Fixa: representada pelo salário base e outros ganhos fixos, sendo calculada mensalmente com base em 30 dias de exercício; e (b) Remuneração Variável: representada pelos ganhos propostos pelos programas de remuneração variável, atrelada aos resultados dos administradores.

O salário base deve corresponder ao valor relativo dos cargos na estrutura interna, medido por sistema de avaliação de cargos de responsabilidade da área de Remuneração, e estar alinhado com o mercado selecionado. Para tanto, os valores de remuneração pagos aos nossos administradores, executivos e empregados são comparados periodicamente com o mercado, considerando empresas de mesmo porte que a nossa Companhia, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade, sendo certo que os valores pagos a título de remuneração fixa e os benefícios ficam normalmente abaixo das faixas medianas praticadas em padrões de mercado, com a finalidade de priorizar as remunerações variáveis de curto e longo prazo.

A possibilidade de concessão de progressões salariais está vinculada à previsão orçamentária, cuja forma de gestão para esse fim é estabelecida pela nossa Direção Executiva. Todos os aumentos individuais devem estar relacionados ao desempenho individual, ao potencial dos colaboradores e aos interesses da organização nos diversos segmentos de negócios.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

De acordo com os nossos valores, acreditamos no princípio da meritocracia, ou seja, cada colaborador cresce e é recompensado na medida dos seus resultados, em conformidade ainda com as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional. Os desempenhos diferenciados serão fortemente recompensados, principalmente nos critérios de remuneração variável que deverão assegurar o atingimento desta premissa.

Adotamos um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto como de longo prazo). A existência da prática de remuneração variável, inclusive a remuneração baseada em ações, permite o compartilhamento do risco e de nosso resultado com nossos principais executivos, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros,

que viabilizem a nossa perpetuidade, bem como a criação de valor refletida na cotação de mercado de nossas ações.

v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário, a Companhia não possui membros não remunerados. Reiteramos que Diretores e empregados que sejam membros de comitês não recebem remuneração relativa à participação nos referidos comitês, e, dessa forma, somente fazem jus à remuneração na qualidade de exercício de suas funções como Diretores e empregados da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

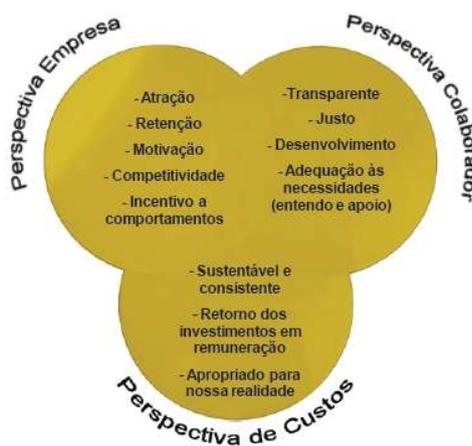
Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levados em consideração o desempenho do administrador e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no nosso *ScoreCard*, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, relacionadas aos seguintes indicadores de desempenho: EBITDA, fluxo de caixa operacional, receita operacional líquida e custo docente. A remuneração no âmbito do Plano de Opções e do ILP é influenciada pela cotação de mercado das ações de nossa emissão.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

As metas são estabelecidas pelo Conselho de Administração e desdobradas para todos os executivos elegíveis. Cada meta tem a sua variação monitorada em relação ao *target* estabelecido, estando diretamente ligada ao desempenho demonstrado no período avaliado, sendo mensalmente acompanhada e/ou reportada ao Conselho de Administração. No caso do Plano de Opções e do ILP, a remuneração é diretamente impactada pela cotação de mercado das ações de nossa emissão.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto e longo prazo da Companhia.

Para nós, o sucesso do programa de remuneração deve equilibrar três perspectivas inter-relacionadas, conforme gráfico a seguir:



A nossa política de remuneração se baseia no nosso desempenho e sustentabilidade financeira, bem como na promoção da retenção e motivação dos nossos administradores, tanto no curto quanto no médio e longo prazos. Dessa forma, a nossa política de remuneração é estruturada

de forma a alinhar os interesses de nossos colaboradores aos dos nossos acionistas. Além da remuneração fixa concedida aos administradores, contamos também com a concessão aos nossos administradores de remuneração variável e remuneração baseada em ações, de forma a criar mecanismos de retenção e motivação de tais administradores em consonância com o nosso desempenho.

O alinhamento dos interesses dos nossos administradores aos da nossa Companhia e de nossos acionistas se dá na medida em que uma relevante parcela de remuneração dos Diretores Estatutários, por exemplo, depende do alcance de metas e obtenção de resultados pela nossa Companhia (participação nos resultados). Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária são também elegíveis a participar do Plano de Opções e, no caso da nossa Diretoria Estatutária, também do ILP instituído em 2014. Para mais informações, ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os membros do nosso Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não receberam, e nem receberão, quaisquer valores de nossas subsidiárias ou nossas controladas. A remuneração de tais membros é totalmente paga pela Companhia.

Nos exercícios sociais de 2015, 2016, 2017 e no exercício social corrente, membros de nossa Diretoria Estatutária receberam e receberão, respectivamente, remuneração por nossas controladas Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. - SESES ("SESES"), ATUAL – Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP") e Sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. ("Academia do Concurso").

A tabela abaixo demonstra os montantes referentes à remuneração de nossos diretores, paga pelas nossas controladas SESES, IREP, ATUAL e Academia do Concurso, nos três últimos exercícios sociais, e a previsão para o exercício social corrente:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - SESES (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2015	4.655	15	7.526
2016	7.586	31	3.211
2017	5.282	34	11.612
2018	7.876	36	12,157

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - ATUAL (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2015	193	-	-
2016	235	-	-
2017	390	-	-
2018	326	-	-

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - IREP (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2015	323	-	-
2016	370	-	-
2017	538	-	-
2018	442	-	-

DIRETORIA ESTATUTÁRIA –ACADEMIA DO CONCURSO (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2015	60	-	-
2016	54	-	-
2017	87	-	-
2018	96	-	-

DIRETORIA ESTATUTÁRIA – Valor Total Considerando os Valores Apresentados nas Tabela acima (valores em R\$ mil)			
EXERCÍCIO SOCIAL	FIXA		VARIÁVEL
	Salário	Benefícios	Participação nos Resultados
2015	5.231	15	7.526
2016	8.245	31	3.211
2017	6.297	34	11.612
2018	8.740	36	12.157

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável. A Companhia não tem acionista controlador, seu capital é pulverizado.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando⁹:

i. os órgão e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

A Diretoria Estatutária e o Comitê de Gente e Governança, comitê estatutário composto por três membros do Conselho de Administração, reúnem-se periodicamente para estruturar a remuneração, realizando ao final sua indicação para a decisão final pelo Conselho de Administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

⁹ Redação alterada pelo art. 5º da Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017.

A equipe interna de recursos humanos da Companhia realiza pesquisas salariais com empresas especializadas em planos de cargos e salários, cujos critérios e resultados são discutidos com o Comitê de Gente e Governança, tomando por base o equilíbrio entre os cargos e a equidade entre os pares, bem como os objetivos da política de remuneração.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O Conselho de Administração, através do Comitê de Gente e Governança, avalia a adequação de nossa política de remuneração sempre que demandado pela Diretoria de Gente e Gestão ou, através desta, pelos demais membros da Diretoria Estatutária. A avaliação é feita em reuniões específicas, nas quais são discutidas as informações individuais de cada administrador e o comparativo com o benchmark das pesquisas de mercado e a comparação com seus pares.

13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social que se encerrará em 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	9,00	6,00	3,00	18,00
Nº de Membros Remunerados	7,00	6,00	3,00	16,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	3.200.000	8.739.571	360.000	13.661.571
Benefícios direto e indireto	-	36.045	-	36.045
Participações em Comitês	650.000	-	-	650.000
Outros	640.000	2.111.487	72.000	2.363.234
Descrição de outras remunerações fixas	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	
Remuneração Variável				
Bônus ¹⁰	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	12.156.984	-	12.156.984
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação de Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações, incluindo opções	1.050.000	2.900.000	-	3.950.000
Observação	1. O número total de membros corresponde à estimativa da	Considerando a quantidade de membros da diretoria	1. O número total de membros corresponde à estimativa da	

¹⁰ Informações referentes ao ILP incluídas no item referente à remuneração baseada em ações, abaixo.

	<p>média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>2. O número de membros remunerados corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>3. Os campos relativos a "Número de Membros" consideram os somente os membros titulares do Conselho de Administração.</p> <p>4. O valor de R\$1.477.234,00 atribuído acima relativo a remuneração baseada em ações, se refere [à estimativa] do reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia.</p>	<p>ser a mesma de 2017, entendeu-se por manter valor igual, corrigido pela inflação.</p>	<p>média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>2. O número de membros remunerados corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>3. Os campos relativos a "Número de Membros" consideram os somente os membros titulares do Conselho Fiscal.</p>	
Total da Remuneração	5.540.000	23.796.555	432.000	29.768.555

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	9,00	6,00	3,00	18,00
Nº de Membros Remunerados	7,00	6,00	3,00	16,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	3.900.000,00	6.296.722,67	341.640,00	10.538.362,67
Benefícios direto e indireto	-	34.430,52	-	34.430,52
Participações em Comitês	600.000,00	-	-	600.000,00
Outros	1.147.500,00	2.016.894,66	87.118,20	3.251.512,86
Descrição de outras remunerações fixas	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	
Remuneração Variável				
Bônus ¹¹	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	11.612.364,00	-	11.612.364,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação de Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações, incluindo opções	1.477.233,84	2.486.771,17	-	3.964.005,01
Observação	1. O número total de	1. O número total de membros corresponde à	1. O número total de	

¹¹ Informações referentes ao ILP incluídas no item referente à remuneração baseada em ações, abaixo.

	<p>membros corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>2. O número de membros remunerados corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>3. Os campos relativos a "Número de Membros" consideram os membros titulares do Conselho de Administração.</p> <p>4. O valor de R\$1.477.234,00 atribuído acima relativo a remuneração baseada em ações, se refere ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de</p>	<p>estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>2. O número de membros remunerados corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>3. O campo "Remuneração Baseada em Ações" considera os valores relativos ao Plano de Opção de Compra de Ações e ao Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</p> <p>4. O valor de R\$2.486.771,00 atribuído acima relativo a remuneração baseada em ações, se referem ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia.</p> <p>5. Do valor de R\$11.612.364,00 incluído no campo "Participação de Resultados</p>	<p>membros corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>2. O número de membros remunerados corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>3. Os campos relativos a "Número de Membros" consideram somente os membros titulares do Conselho Fiscal.</p>
--	---	--	--

	Opção de Compra da Companhia.	(i) R\$8.012.364,00 se refere ao valor a ser efetivamente pago no exercício social de 2017 relativo às metas do exercício social de 2016; (ii) R\$3.600.000,00 se refere a provisão relativa ao Programa de Remuneração Variável Complementar conforme descrito no item 13.1(g) acima.		
Total da Remuneração	7.124.733,84	22.447.183,02	428.758,20	30.000.675,06

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	8,33	6,00	3,00	17,33
Nº de Membros Remunerados	8,33	6,00	3,00	17,33
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	2.134.666,36	8.244.611,12	253.200,00	10.632.477,48
Benefícios direto e indireto	-	31.398,07	-	31.398,07
Participações em Comitês	899.000,00	-	-	899.000,00
Outros	773.584,92	2.697.695,60	64.566,00	3.535.846,52
Descrição de outras remunerações fixas	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	
Remuneração Variável				
Bônus ¹²	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	3.211.315,76	-	3.211.315,76
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o de Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações, incluindo opções	1.212.980,00	-2.963.761,03	-	-1.750.781,03

¹² Informações referentes ao ILP incluídas no item referente à remuneração baseada em ações, abaixo.

Observação	<p>1. O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>2. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>3. Os campos relativos a "Número de Membros" consideram os somente os membros titulares do Conselho de Administração.</p> <p>4. O valor de R\$1.212.980,00 atribuído acima relativo a remuneração baseada em ações, se refere ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia.</p>	<p>1. O número total de membros corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>2. O número de membros remunerados corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>3. O campo "Remuneração Baseada em Ações" considera os valores relativos ao Plano de Opção de Compra de Ações e ao Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</p> <p>4. O valor de R\$(2.963.761,03) atribuído a remuneração baseada em ações, contempla:</p> <p>(i) R\$(4.454.667,61) que se referem a reversão contábil de despesas com o Plano de Opção de Compra da Companhia, em virtude da saída da Companhia de Diretores Estatutários que eram beneficiários do referido Plano; e</p> <p>(ii) R\$1.490.906,58, os quais se referem a valores pagos no âmbito do Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</p>	<p>1. O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>2. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais forma atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>3. Os campos relativos a "Número de Membros" consideram os membros titulares do Conselho Fiscal.</p>	
-------------------	--	--	---	--

		5. O valor incluído no campo "Participação de Resultados, se refere ao valor efetivamente pago no exercício social de 2016 relativo às metas do exercício social de 2015.		
Total da Remuneração	5.020.231,28	11.221.259,52	317.766,00	16.559.256,60

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2015 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Nº de Membros Remunerados	9,00	7,00	3,00	19,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.908.000,00	5.230.225,00	234.000,00	7.372.225,00
Benefícios direto e indireto	-	15.000,00	-	15.000,00
Participações em Comitês	360.000,00	-	-	360.000,00
Outros	381.600,00	1.754.740,49	46.800,00	2.183.140,49
Descrição de outras remunerações fixas	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	A remuneração paga a título de "Outros" se refere a encargos sociais suportados pela Companhia (INSS e FGTS)	
Remuneração Variável				
Bônus ¹³	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	7.525.803,00	-	7.525.803,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação de Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações, incluindo opções	2.454.214,00	13.869.286,00		16.323.500,00
Observação	1. O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/18. 2. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do	1. O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/18. 2. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da	1. O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/18. 2. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da	

¹³ Informações referentes ao ILP incluídas no item referente à remuneração baseada em ações, abaixo.

	<p>referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 002/16.</p> <p>3. Os campos relativos a "Número de Membros" consideram os membros titulares do Conselho de Administração.</p> <p>4. O valor de R\$2.454.214,00 atribuído acima relativo a remuneração baseada em ações, se refere ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia.</p>	<p>administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 002/16.</p> <p>3. O campo "Remuneração Baseada em Ações" considera os valores relativos ao Plano de Opção de Compra de Ações e ao Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</p> <p>4. Do valor de R\$13.869.286,00 atribuído acima remuneração baseada em ações, note por favor que:</p> <p>- R\$10.518.586,00 se referem ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia;</p> <p>- R\$3.350.700,00 se referem valores no âmbito do Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo.</p> <p>5. O valor incluído no campo "Participação de Resultados, se refere ao valor efetivamente pago no exercício social de 2015 relativo às metas do exercício social de 2014.</p>	<p>administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 002/16.</p> <p>3. Os campos relativos a "Número de Membros" consideram os membros titulares do Conselho Fiscal.</p>	
Total da Remuneração	5.103.814,00	28.395.054,49	280.800,00	33.779.668,49

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Somente os nossos diretores estatutários possuem previsão de remuneração variável. Consideramos a remuneração baseada em ações em itens separados.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros⁽¹⁾	9,00	6,00	3,00	18,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	0,00	6,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽³⁾	-	2.946.324	-	1.507.340
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽⁴⁾	-	8.838.974	-	4.522.020
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	5.892.649	-	2.652.918

Notas:

(1) O número total de membros corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente nos termos do item 13.2.

(2) Corresponde ao número estimado de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem se espera ser atribuída remuneração variável a ser reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

(3) Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador atinja o nível mínimo de desempenho esperado.

(4) Valor máximo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador supere o nível máximo de desempenho esperado.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros⁽¹⁾	9,00	6,00	3,00	18,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	0,00	6,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽³⁾	-	2.814.332	-	2.804.327,40
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽⁴⁾	-	8.442.997	-	13.615.455,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas ⁽⁵⁾	-	5.628.665	-	11.612.364,00

Notas:

(1) O número total de membros corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente nos termos do item 13.2.

(2) Corresponde ao número estimado de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem se espera ser atribuída remuneração variável a ser reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

(3) Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador atinja o nível mínimo de desempenho esperado.

(4) Valor máximo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador supere o nível máximo de desempenho esperado.

(5) O valor de R\$11.612.364,00 incluído no campo "Participação de Resultados" inclui (i) R\$8.012.364,00 referentes ao valor a ser efetivamente pago no exercício social de 2017 relativo às metas do exercício social de 2016; e (ii) a provisão de R\$3.600.000,00 referente ao Programa de Remuneração Variável Complementar conforme descrito no item 13.1(g) acima.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros⁽¹⁾	8,33	6,00	3,00	17,33
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	0,00	6,00	6,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽³⁾	-	1.225.621,13	-	1.225.621,13
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽⁴⁾	-	4.377.218,33	-	4.377.218,33
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	3.501.774,67	-	3.501.774,67
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social ⁽⁵⁾	-	3.211.315,76	-	3.211.315,76

Notas:

(1) O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente nos termos do item 13.2.

(2) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

(3) Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador atingisse o nível mínimo de desempenho esperado.

(4) Valor máximo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador superasse o nível máximo de desempenho esperado.

(5) O valor informado no campo "Participação nos Resultados" se refere ao valor efetivamente pago no exercício social de 2016 relativo às metas do exercício social de 2015.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros⁽¹⁾	9,00	7,00	3,00	19,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	0,00	7,00	0,0	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽³⁾	-	2.477.475,00	-	2.477.475,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽⁴⁾	-	8.848.125,00	-	8.848.125,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	7.078.500,00	-	7.078.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social ⁽⁵⁾	-	7.525.803,00	-	7.525.803,00

Notas:

(1) O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente nos termos do item 13.2.

- (2) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.
- (3) Valor mínimo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador atingisse o nível mínimo de desempenho esperado.
- (4) Valor máximo previsto no plano de remuneração variável, caso o administrador superasse o nível máximo de desempenho esperado.
- (5) O valor informado no campo "Participação nos Resultados" se refere ao valor efetivamente pago no exercício social de 2015 relativo às metas do exercício social de 2014.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Possuímos dois planos de remuneração baseados em ações, quais sejam: (i) o Plano de Opção de Compra/Subscrição de Ações, direcionado aos nossos empregados, administradores e prestadores de serviços ("Plano de Opções") e o (ii) Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários, direcionado para os nossos Diretores Estatutários ("ILP" e em conjunto com o Plano de Opções, "Planos").

a. Termos e condições gerais.

Plano de Opções

No âmbito do nosso Plano de Opções, empregados, administradores e prestadores de serviços ("Beneficiários do Plano de Opções") são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão.

O Plano de Opções foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 13 de junho de 2008, sendo atualmente administrado pelo Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Gente e Governança (antigo Comitê de Remuneração). Até a data deste Formulário de Referência, possuímos onze programas de opções de ações, sendo informado abaixo a data de início e de término de cada um:

Programa	Data de Aprovação	Data de Encerramento
1º Programa	11.07.2008	20.04.2010
2º Programa	20.04.2010	20.12.2010
3º Programa	20.12.2010	02.04.2012
4º Programa	02.04.2012	01.04.2013
5º Programa	03.01.2013	02.10.2013
6º Programa	01.08.2013	13.10.2014
7º Programa	14.10.2014	01.10.2015
8º Programa	02.10.2015	28.04.2016
9º Programa	29.04.2016	18.07.2016
10º Programa	19.07.2016	24.04.2017
11º Programa	25.04.2017	Em curso

Até 31 de dezembro de 2017, foram outorgadas a 85 colaboradores, dentre administradores e executivos, 7.777.630 opções no âmbito dos 11 programas existentes, das quais 3.118.668 já haviam sido exercidas até a referida data.

O Plano de Opções é atualmente administrado pelo Conselho de Administração, este tendo poderes para a organização e administração do Plano de Opções, criação de programas de aquisição/subscrição de ações, outorga de opções aos Beneficiários, observados os limites impostos no Plano de Opções.

Os Beneficiários do Plano de Opções contemplados pelas outorgas devem celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições ali constantes. Como condição para o exercício das opções, o Beneficiário deve efetuar o pagamento do valor dos preços de exercício das opções em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas às opções exercidas.

Os Beneficiários devem, a cada ano, investir pelo menos 50% de sua remuneração variável no exercício de suas opções, sob pena de extinção de todas as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido. As ações subscritas ou adquiridas pelo exercício das opções estão sujeitas a *lock-up* por 1 ano, conforme regras do Plano de Opções.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP

O ILP foi aprovado em reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014 e ratificado pela nossa Assembleia Geral de Acionistas em 30 de abril de 2014. O ILP é destinado unicamente aos nossos Diretores Estatutários ("Beneficiários do ILP"). O ILP entrou em vigor após a sua ratificação pela Assembleia Geral de Acionistas e vigorará até 30 de abril de 2018, salvo no caso de prorrogações dos pagamentos e rescisão antecipada, previstos no referido contrato do ILP. A adesão de cada Beneficiário do ILP foi formalizada por meio da celebração de contrato específico, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração ("Contrato de Participação").

O ILP foi estruturado sob a forma de remuneração a ser paga aos Beneficiários do ILP com base no valor de mercado das nossas ações. A remuneração concedida no âmbito do ILP é calculada por meio da multiplicação de (a) determinada quantidade de ações a ser definida individualmente para cada Beneficiário do ILP ("Ações de Referência") e (b) o valor de mercado das Ações de Referência no último pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá o pagamento da remuneração ao Beneficiário do ILP.

O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os Beneficiários do ILP, conjuntamente considerados, é de até 994.080 Ações de Referência, a serem alocadas discricionariamente entre os Beneficiários do ILP pelo Conselho de Administração. A remuneração será paga em 4 (quatro) parcelas ("Parcelas Anuais"), sendo cada uma correspondente a 25% das Ações de Referência alocadas ao respectivo Beneficiário do ILP, com vencimento em 30 de abril de 2015, 30 de abril de 2016, 30 de abril de 2017 e 30 de abril de 2018.

O pagamento de cada Parcela Anual está condicionado à deliberação e aprovação pelos nossos acionistas, reunidos em assembleia geral ordinária, como parte da remuneração global fixada para a nossa administração. Caso a Assembleia Geral não aprove o pagamento da parcela anual, tal pagamento será prorrogado e diferido para o exercício social subsequente, permanecendo ainda condicionado à prévia aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Na vigência do ILP, serão admitidas até 3 (três) prorrogações anuais sucessivas, em relação a uma mesma parcela da remuneração ou 5 (cinco) prorrogações intercaladas, relacionadas às parcelas de remuneração distintas.

A remuneração do ILP será, a princípio, paga em dinheiro aos Beneficiários do ILP, podendo o nosso Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, determinar que uma ou mais parcelas da remuneração relativas ao ILP sejam pagas mediante a entrega de ações que tivermos em tesouraria, desde que tal medida seja previamente aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Neste caso, a quantidade de ações a ser entregue a cada Beneficiário do ILP em substituição ao pagamento em moeda corrente corresponderá à quantidade de Ações de Referência com base na qual o valor da parcela de remuneração substituída seria calculado.

Em 05 de fevereiro de 2015, a CVM concedeu à Companhia a autorização para a utilização de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria para fazer frente ao pagamento das parcelas da remuneração devidas no âmbito do ILP. Ressaltamos, porém, que caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar, a cada data de pagamento, se o ILP deverá ser pago, extraordinariamente, mediante a entrega de ações mantidas em tesouraria ao Beneficiário, em substituição ao pagamento em moeda corrente. Até a presente data, os pagamentos no âmbito do ILP foram realizados em dinheiro.

Como condição para a participação no ILP, cada Beneficiário do ILP disponibilizou e autorizou o bloqueio (*lock-up*) de determinado número de ações de nossa emissão de sua titularidade ("Ações

Bloqueadas"), definido pelo nosso Conselho de Administração, de forma discricionária para cada Beneficiário do ILP. O bloqueio de tais ações subsistirá até 30 de abril de 2018, salvo nas hipóteses de rescisão dos Contratos de Participação.

b. Principais objetivos do plano.

Nossos Planos objetivam: (1) alinhar os interesses dos nossos administradores e empregados aos interesses da nossa Companhia e dos nossos acionistas; (2) atrair e reter administradores e empregados de alto nível; (3) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos nossos objetivos sociais, permitindo, aos beneficiários adquirir ações de nossa emissão, no caso do Plano de Opções, ou excepcionalmente receber tais ações, no caso do ILP, incentivando a integração destes conosco.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos.

O Plano de Opções alinha os interesses dos nossos acionistas e dos nossos administradores, na medida em que garante que apenas haja ganhos para os executivos quando também houver ganhos para a nossa Companhia, em razão da valorização de suas ações no mercado, promovendo, nesse sentido, o compartilhamento dos nossos riscos e resultados.

O Plano de Opções possibilita que os administradores se tornem nossos acionistas, e, dessa forma, cria fortes incentivos para que nossos administradores se comprometam efetivamente com a criação de valor da nossa Companhia e para tal, exerçam suas funções de maneira a (a) integrar-se aos interesses dos acionistas, aos nossos objetivos sociais e planos de crescimento, (b) maximizar nossos lucros, bem como (c) gerar uma relação de longo prazo destes profissionais conosco.

Por fim, o ILP também promove um alinhamento de médio e longo prazo ao prever a possibilidade de pagamento gradual da remuneração em um determinado período de tempo previamente definido, igualmente atrelado à valorização das ações da Companhia no mercado.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia.

Os Planos atualmente em vigor se inserem na nossa política de remuneração ao focar a remuneração dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao nosso desempenho. De fato, parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar os nossos riscos e resultados com nossos principais executivos.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo.

Os planos alinham os interesses dos administradores e os interesses da nossa Companhia no médio e longo prazo, conforme demonstrado abaixo:

- *Plano de Opções.* As outorgas realizadas no âmbito do referido Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados para o exercício das opções (*vesting period*) fazem com que os Beneficiários do Plano se comprometam com a valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo. Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (períodos de *lock up*), posterga os incentivos do Beneficiário do Plano para um prazo mais longo: cada lote de ações objeto do exercício das opções apenas estará livre para venda após tal período, de maneira que o beneficiário apenas auferirá algum ganho se as nossas ações se mantiverem valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser vendidas. Adicionalmente, é exigido no âmbito do Plano de Opções que o Beneficiário destine 50% de qualquer remuneração variável líquida recebida para a aquisição/exercício

de opções, sob pena de extinção de todas as opções cujos prazos iniciais de carência já tenham decorrido.

- *Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP.* A remuneração no âmbito do ILP somente será devida e paga em 4 (quatro) Parcelas Anuais, sendo cada uma correspondente a 25% das Ações de Referência alocadas ao respectivo Beneficiário do ILP, observadas as hipóteses de prorrogação e diferimento do pagamento dispostas no ILP. A possibilidade de pagamento gradual da remuneração, em um determinado período de tempo previamente definido, assim como a vinculação do montante a ser pago à valorização das ações da Companhia, promovem o alinhamento de interesses dos administradores e dos nossos acionistas no médio e longo prazos. Verifica-se, inclusive, a tendência de alta das nossas ações desde a implantação de nossa remuneração baseada em ações.

f. Número Máximo de ações abrangidas.

Plano de Opções. A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções é de até 5% do total de ações do nosso capital existente na data da concessão. Até 31 de dezembro de 2017, haviam sido outorgadas 7.827.630 opções, das quais 3.036.189 já haviam sido exercidas e 4.791.441 se encontravam em aberto, representando menos de 0,69% do capital social em 31 de dezembro de 2017. Cada opção dá direito à subscrição de uma ação após decurso do período de carência estabelecido nos Programas.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. A remuneração no âmbito do ILP será, a princípio, paga em dinheiro aos Beneficiários do ILP, podendo o nosso Conselho de Administração, a seu exclusivo critério e extraordinariamente, determinar que uma ou mais parcelas da remuneração relativa ao ILP sejam pagas mediante a entrega de ações que tivermos em tesouraria. Neste caso, a quantidade de ações a ser entregue a cada Beneficiário do ILP em substituição ao pagamento em moeda corrente corresponderá à quantidade de Ações de Referência com base na qual o valor da parcela de remuneração substituída seria calculado. Em tal cenário extraordinário, a quantidade limite de Ações de Referência a serem concedidas a todos os Beneficiários do ILP, conjuntamente considerados, é de até 994.080 Ações de Referência.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas.

Plano de Opções. Cada opção assegura ao beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite descrito no item “f” acima.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Não se aplica. O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, a outorga de uma opção de compra, mas um pagamento em dinheiro ou, eventualmente (desde que tal medida seja previamente aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários), uma transferência de ações mantidas em tesouraria.

h. Condições de aquisição de ações.

Plano de Opções.

Conselho de Administração: As ações podem ser adquiridas em 2 (lotes) lotes anuais, cada qual equivalente a 50% do lote total outorgado a cada Beneficiário do Plano, sendo que o primeiro lote anual será exercido a partir de uma data fixada caso a caso, mediante simples aviso escrito à Companhia, acompanhado do pagamento do preço de exercício. As condições de aquisição das ações são as mesmas para todos os Programas vigentes da Companhia.

Diretores Estatuários: As ações podem ser adquiridas em 5 (cinco) lotes anuais, cada qual equivalente a 20% do lote total outorgado a cada Beneficiário do Plano, sendo que o primeiro

lote anual será exercido a partir de uma data fixada caso a caso, mediante simples aviso escrito à Companhia, acompanhado do pagamento do preço de exercício. As condições de aquisição das ações são as mesmas para todos os Programas vigentes da Companhia.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. A remuneração no âmbito do ILP será, a princípio, paga em dinheiro aos Beneficiários do ILP, podendo o nosso Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, determinar que uma ou mais parcelas da remuneração relativa ao ILP sejam pagas mediante a entrega de ações que tivermos em tesouraria. A remuneração concedida no âmbito do ILP é calculada por meio da multiplicação de (a) determinada quantidade de Ações de Referência pelo (b) valor de mercado das Ações de Referência no último pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá o pagamento da remuneração ao Beneficiário do ILP. O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os Beneficiários do ILP, conjuntamente considerados, é de até 994.080 Ações de Referência, alocadas discricionariamente entre os Beneficiários do ILP pelo Conselho de Administração. A remuneração será devida e paga em 4 (quatro) Parcelas Anuais, cada uma correspondente a 25% das Ações de Referência alocadas ao respectivo Beneficiário do ILP. Caso o nosso Conselho de Administração decida pagar uma ou mais Parcelas Anuais utilizando ações em tesouraria, a quantidade de ações a ser entregue a cada Beneficiário do ILP em substituição ao pagamento em moeda corrente corresponderá à quantidade de Ações de Referência com base na qual o valor da parcela de remuneração substituída seria calculado.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício.

Plano de Opções. O preço de exercício será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão anteriores à data da concessão da opção, sendo que o valor poderá ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente poderá ser determinado, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos Beneficiários do Plano um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício. A concessão de desconto em determinado Programa não obrigará a concessão de desconto, ou do mesmo percentual de desconto, nos Programas posteriores.

Seguem abaixo os preços de exercícios em cada Programa, observado que os referidos preços são corrigidos pelo IGP-M/FGV:

Programa	Preço de Exercício	Preço de Exercício (Pós-Desdobramento de Ações) ⁽¹⁾	Observação Preço de Exercício a ser corrido a partir das datas abaixo até a data do efetivo exercício de cada lote:
1º Programa	R\$16,50	R\$5,50	11 de julho de 2008
2º Programa	R\$19,20	R\$6,40	06 de maio de 2010
3º Programa	R\$23,60	R\$7,87	03 de janeiro de 2011
4º Programa	R\$19,00	R\$6,33	02 de abril de 2012
5º Programa	n/a	R\$13,33	03 de janeiro de 2013
6º Programa	n/a	R\$15,67	01 de agosto de 2013
7º Programa	n/a	R\$23,60	13 de outubro de 2014
8º Programa	n/a	R\$13,15	02 de outubro de 2015
9º Programa	n/a	R\$10,85	30 de maio de 2016
10º Programa	n/a	R\$15,12	30 de julho de 2016
11º Programa	n/a	R\$14,18	30 de abril de 2017

(1) Em 21 de maio de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o desdobramento das ações da Companhia na razão 1:3. Para mais informações, ver a seção 17 do Formulário de Referência da Companhia.

Do preço de exercício das opções não exercidas será deduzido o valor dos dividendos, juros sobre capital próprio e outras devoluções de capital pagos por nós a partir da outorga ao Beneficiário do Plano.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Não se aplica uma vez que não há o desembolso de valor pelo Beneficiário para percepção do incentivo. .

j. Critérios para fixação de prazo de exercício.

Plano de Opções. O prazo de exercício é de até 10 (dez) anos, contados a partir da data da aquisição do direito de exercer as opções (período de *vesting*), sendo que o executivo que seja Beneficiário terá que investir 50% de sua remuneração variável líquida no exercício de suas opções, evitando assim que as opções “vestidas” decaiam. No caso dos membros do Conselho de Administração, o prazo de exercício será compatível com o respectivo mandato, ou seja, as opções não exercidas até o término do mandato ou sua renovação, serão extintas. Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável a ser investida no exercício de suas opções.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Não se aplica. O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, um exercício de opções por parte do Beneficiário do ILP, mas um pagamento em dinheiro ou, eventualmente, uma transferência de ações mantidas em tesouraria. Sobre as datas de pagamentos e possibilidades de prorrogação do ILP, ver item “a” acima.

k. Forma de liquidação.

Plano de Opções. Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários do Plano são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. Podemos utilizar de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício das opções. Nos Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, apesar de a regra ser que o preço de exercício seja pago em até 30 dias da data de subscrição, na prática o preço de exercício tem sido pago à vista, no ato da subscrição ou aquisição das ações correspondentes.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. A remuneração no âmbito do ILP, será devida e paga em 4 (quatro) Parcelas Anuais, nos termos dispostos no item “a” acima. A remuneração no âmbito do ILP será, a princípio, paga em dinheiro aos Beneficiários do ILP, podendo o nosso Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, determinar que uma ou mais parcelas da remuneração relativa ao ILP sejam pagas mediante a entrega de ações que tivermos em tesouraria.

I. Restrições à transferência das ações.

Plano de Opções. O Beneficiário do Plano somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da nossa Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opções se atendido o período mínimo de indisponibilidade de 1 ano, a contar da data do exercício de opção, para os Programas que a Companhia possui até o momento. Destaca-se uma exceção à indisponibilidade acima: a mesma não será aplicável à alienação de ações subscritas ou adquiridas pelos herdeiros ou sucessores do Beneficiário do Plano em decorrência do seu falecimento. Alguns contratos antigos preveem ainda uma outra exceção, qual seja a possibilidade de venda de ações para a aplicação do produto da venda no pagamento do preço de exercício de novas ações.

Na hipótese de nossa dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, nosso Conselho de Administração ou nosso Comitê, deliberarão, conforme o caso, sobre a antecipação dos períodos de carência das opções dos programas em vigência ou a permanência do Plano de Opções de Ações, mediante a assunção das referidas opções por nova companhia, realizando-se os ajustes apropriados no número de ações e no preço de exercício das opções.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Conforme mencionado no item “a” acima, como condição para participar no ILP, cada Beneficiário do ILP disponibilizou e autorizou o bloqueio (*lock-up*) de determinado número de ações de nossa emissão de sua titularidade, definido pelo nosso Conselho de Administração, de forma discricionária para cada Beneficiário do ILP. O bloqueio de tais ações subsistirá até 30 de abril de 2018, salvo nas hipóteses de rescisão dos Contratos de Participação. O bloqueio tem por finalidade somente restringir a alienação e oneração das ações objeto do bloqueio, e não afetará o exercício dos direitos políticos e patrimoniais a elas inerentes.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

Plano de Opções. O nosso Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano de Opções de Ações; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, observado os termos abaixo; e (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes.

Não obstante o disposto acima, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustes permitidos pelo Plano de Opções, (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; ou (ii) sem o consentimento do Beneficiário do Plano, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da nossa Companhia (salvo no caso de alienação de controle), o nosso Conselho de Administração deliberará, conforme o caso, sobre a antecipação dos períodos de carência das opções dos Programas em vigência ou a permanência do Plano de Opções, mediante a assunção das referidas opções por nova companhia, realizando-se os ajustes apropriados no número de ações e no preço de exercício das opções. Para informações sobre a extinção ou alteração das condições de exercício das opções concedidos no âmbito do Plano de Opções no caso de saída do administrador dos órgãos da Companhia, ver o item “n” abaixo.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. O ILP poderá ser alterado ou extinto a qualquer tempo por decisão da nossa Assembleia Geral de Acionistas ou do nosso Conselho de Administração, ratificada em sede de Assembleia Geral da nossa Companhia.

O pagamento de cada Parcela Anual está condicionado à deliberação e aprovação pelos nossos acionistas, reunidos em assembleia geral ordinária, como parte da remuneração global fixada para a nossa administração. Caso a Assembleia Geral não aprove o pagamento da parcela anual,

tal pagamento será prorrogado e diferido para o exercício social subsequente, permanecendo ainda condicionado à prévia aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Na vigência do ILP, serão admitidas até 3 (três) prorrogações anuais sucessivas, em relação a uma mesma parcela da remuneração ou 5 (cinco) prorrogações intercaladas, relacionadas às parcelas de remuneração distintas. Caso sejam atingidos e ultrapassados os limites de prorrogações anuais previstos, haverá a rescisão antecipada do Contrato de Participação celebrado pelo Beneficiário do ILP.

Ademais, em caso de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou dissolução da nossa Companhia, também deve ser considerado rescindido cada Contrato de Participação celebrado com qualquer Beneficiário do ILP. Para informações sobre extinção ou alteração dos benefícios concedidos no âmbito do ILP no caso de saída do administrador dos órgãos da Companhia, ver o item "n" abaixo.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Plano de Opções. O desligamento do Beneficiário terá os seguintes efeitos sobre as opções a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: (1) no caso de destituição ou término do mandato, de demissão ou ainda de rescisão do contrato de serviços do Beneficiário por razão que configuraria justa causa, todas as opções não exercidas serão extintas; (2) na hipótese de término da nossa relação com o Beneficiário em razão de aposentadoria, destituição ou demissão sem justa causa, renúncia ou desligamento voluntário do Beneficiário do Plano, término ou rescisão, as opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias e as demais serão extintas; no caso de membros do Conselho de Administração, as opções não exercidas no momento do término do mandato, independentemente de sua renovação, serão automaticamente extintas; e (3) no caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, todas as opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário ou seus sucessores, conforme aplicável, em um prazo de 180 dias a contar do óbito ou invalidez permanente. Exceto no caso de falecimento do Beneficiário, as restrições à transferência dispostas no item "l" acima permanecerão em vigor.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo – ILP. O Beneficiário do ILP perderá os benefícios em aberto assegurados pelo ILP no caso (i) do seu desligamento, destituição ou demissão por justa causa, ou (ii) da sua renúncia ou pedido de demissão (exceto para exercício de cargo ou função na nossa Companhia ou sociedade por nós controlada). No caso da destituição do Beneficiário do ILP sem justa causa, o Beneficiário do ILP fará jus à metade dos benefícios em aberto assegurados pelo ILP. Adicionalmente, no caso de falecimento, invalidez permanente ou interdição do Beneficiário do ILP, o Beneficiário do ILP (ou, conforme o caso, seus sucessores) fará jus a todos os benefícios em aberto assegurados pelo ILP.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações referidas neste item 13.5 consideram unicamente o Plano de Opções, uma vez que o ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, visto que não há, de fato, um exercício de opções por parte dos beneficiários do ILP, mas um pagamento em dinheiro ou, em caráter extraordinário, uma transferência de ações mantidas em tesouraria. Assim, não são aplicáveis ao ILP as informações requeridas neste item. Adicionalmente, caso a remuneração do ILP venha a ser, por decisão do nosso Conselho de Administração, paga com ações de nossa emissão, tal pagamento deverá ser realizado com ações que mantemos em tesouraria, não acarretando, portanto, em diluição dos nossos atuais acionistas. Para maiores informações acerca do nosso ILP, consulte o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2018)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	9,00	6,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	7,00	6,00
Preço médio ponderado de exercício		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$9,11	R\$11,09
b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$9,85	R\$10,77
d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,13%	0,09%

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração baseada em ações a ser reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	9,00	6,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	7,00	6,00
Preço médio ponderado de exercício		
e) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$10,32	R\$13,37
f) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
g) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$10,32	R\$14,25
h) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,10%	0,10%

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à estimativa da média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem será atribuída remuneração baseada em ações a ser reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	8,33	6,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	17,00	12,00
Preço médio ponderado de exercício		
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$10,24	R\$ 13,27
(ii) Das opções perdidas durante o exercício social	R\$17,22	R\$16,93
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	-	R\$7,29
(iv) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,20%

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Remuneração baseada em ações - Exercício Social encerrado em 2015

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	8,00	7,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	8,00	7,00
Preço médio ponderado de exercício		
(v) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$16,33	R\$13,17
(vi) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(vii) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$16,66	R\$8,70
(viii) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,13%	1,25%

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Outorgas reconhecidas no resultado dos 3 três últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

Exercício social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	2º Programa – 03/11/2010 3º Programa – 03/01/2011 4º Programa – 02/04/2012 6º Programa – 04/07/2014 6º Programa – 01/08/2014 9º Programa – 29/04/2016	1º Programa – 01/03/2010 2º Programa – 28/07/2010 3º Programa – 03/01/2011 3º Programa – 20/04/2011 4º Programa – 02/04/2012 4º Programa – 02/07/2012 4º Programa – 10/01/2013 6º Programa – 04/07/2014 7º Programa – 14/10/2014 8º Programa – 30/07/2015 9º Programa – 29/04/2016 10º Programa – 19/07/2016 11º Programa – 24/04/2017
Quantidade de opções outorgadas	2º Programa – 60.000 3º Programa – 60.000 4º Programa – 360.000 6º Programa – 325.000 6º Programa – 100.000 9º Programa – 700.000	1º Programa – 454.545 2º Programa – 156.249 3º Programa – 549.297 3º Programa – 120.765 4º Programa – 90.000 4º Programa – 150.000 4º Programa – 120.000 6º Programa – 2.710.000 7º Programa – 30.000 8º Programa – 70.000 9º Programa – 300.00 10º Programa – 680.000 11º Programa – 991.010
Prazo para que a opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição
Valor justo da opção na data da outorga	2º Programa – 3,79 3º Programa – 3,48 4º Programa – 2,00 6º Programa – 15,39 6º Programa – 14,72 9º Programa – 10,85	1º Programa – 4,34 2º Programa – 3,23 3º Programa – 4,49 3º Programa – 3,59 4º Programa – 2,65 4º Programa – 3,90 4º Programa – 8,79 6º Programa – 16,40 7º Programa – 23,60 8º Programa – 13,15 9º Programa – 10,85 10º Programa – 15,12 11º Programa – 14,18

Exercício social de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	2º Programa – 03/11/2010 3º Programa – 03/01/2011 4º Programa – 02/04/2012 6º Programa – 04/07/2014 6º Programa – 01/08/2014 9º Programa – 29/04/2016	1º Programa – 01/03/2010 2º Programa – 28/07/2010 3º Programa – 03/01/2011 3º Programa – 20/04/2011 4º Programa – 02/04/2012 4º Programa – 02/07/2012 4º Programa – 10/01/2013 6º Programa – 04/07/2014 7º Programa – 14/10/2014 8º Programa – 30/07/2015 9º Programa – 29/04/2016 10º Programa – 19/07/2016
Quantidade de opções outorgadas	2º Programa – 60.000 3º Programa – 60.000 4º Programa – 360.000 6º Programa – 325.000	1º Programa – 454.545 2º Programa – 156.249 3º Programa – 549.297 3º Programa – 120.765

	6º Programa – 100.000 9º Programa – 700.000	4º Programa – 90.000 4º Programa – 150.000 4º Programa – 120.000 6º Programa – 2.710.000 7º programa – 30.000 8º Programa – 70.000 9º Programa – 300.00 10º Programa – 680.000
Prazo para que a opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição
Valor justo da opção na data da outorga	2º Programa – 3,79 3º Programa – 3,48 4º Programa – 2,00 6º Programa – 15,39 6º Programa – 14,72 9º Programa – 10,85	1º Programa – 4,34 2º Programa – 3,23 3º Programa – 4,49 3º Programa – 3,59 4º Programa – 2,65 4º Programa – 3,90 4º Programa – 8,79 6º Programa – 16,40 7º Programa – 23,60 8º Programa – 13,15 9º Programa – 10,85 10º Programa – 15,12

Exercício social de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	2º Programa – 03/11/2010 3º Programa – 03/01/2011 4º Programa – 02/04/2012 6º Programa – 04/07/2014 6º Programa – 01/08/2014 9º Programa – 29/04/2016	1º Programa – 01/03/2010 2º Programa – 28/07/2010 3º Programa – 03/01/2011 3º Programa – 20/04/2011 4º Programa – 02/04/2012 4º Programa – 02/07/2012 4º Programa – 10/01/2013 6º Programa – 04/07/2014 7º Programa – 14/10/2014 8º Programa – 30/07/2015 9º Programa – 29/04/2016 10º Programa – 19/07/2016
Quantidade de opções outorgadas	2º Programa – 60.000 3º Programa – 60.000 4º Programa – 360.000 6º Programa – 325.000 6º Programa – 100.000 9º Programa – 700.000	1º Programa – 454.545 2º Programa – 156.249 3º Programa – 549.297 3º Programa – 120.765 4º Programa – 90.000 4º Programa – 150.000 4º Programa – 120.000 6º Programa – 2.710.000 7º programa – 30.000 8º Programa – 70.000 9º Programa – 300.00 10º Programa – 680.000
Prazo para que a opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição
Valor justo da opção na data da outorga	2º Programa – 3,79 3º Programa – 3,48 4º Programa – 2,00 6º Programa – 15,39 6º Programa – 14,72 9º Programa – 10,85	1º Programa – 4,34 2º Programa – 3,23 3º Programa – 4,49 3º Programa – 3,59 4º Programa – 2,65 4º Programa – 3,90 4º Programa – 8,79 6º Programa – 16,40 7º Programa – 23,60 8º Programa – 13,15 9º Programa – 10,85 10º Programa – 15,12

Exercício social de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	2º Programa – 03/11/2010 3º Programa – 03/01/2011 4º Programa – 02/04/2012 6º Programa – 04/07/2014 6º Programa – 01/08/2014	1º Programa – 01/03/2010 2º Programa – 28/07/2010 3º Programa – 03/01/2011 3º Programa – 20/04/2011 4º Programa – 02/04/2012 4º Programa – 02/07/2012 4º Programa – 10/01/2013 6º Programa – 04/07/2014
Quantidade de opções outorgadas	2º Programa – 60.000 3º Programa – 60.000 4º Programa – 360.000 6º Programa – 325.000 6º Programa – 100.000	1º Programa – 454.545 2º Programa – 156.249 3º Programa – 549.297 3º Programa – 120.765 4º Programa – 90.000 4º Programa – 150.000 4º Programa – 120.000 6º Programa – 2.710.000
Prazo para que a opções se tornem exercíveis	2 anos (sendo 50% do lote total por ano)	5 anos (sendo 20% do lote total por ano)
Prazo máximo para o exercício das opções	10 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição	1 ano a contar da data da subscrição/aquisição
Valor justo da opção na data da outorga	2º Programa – 3,79 3º Programa – 3,48 4º Programa – 2,00 6º Programa – 15,39 6º Programa – 14,72	1º Programa – 4,34 2º Programa – 3,23 3º Programa – 4,49 3º Programa – 3,59 4º Programa – 2,65 4º Programa – 3,90 4º Programa – 8,79 6º Programa – 16,40

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

As informações referidas neste item 13.6 consideram unicamente o Plano de Opções, uma vez que o ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, conforme já referido no item 13.5.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros ⁽¹⁾	9,00	6,00
Nº de Membros Remunerados ⁽²⁾	7,00	6,00
Opções ainda não exercíveis (Unvested)		
Quantidade	382.889	1.000
Data que se tornarão exercíveis	15/04/2018; 15/05/2019;	15/04/2018; 15/04/2019; 15/04/2020; 15/04/2021
Prazo máximo para o exercício das opções	02 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício	9,85	10,77
Valor justo das opções no último dia do exercício social	4,11	7,93
Opções Exercíveis (Vested)		
Quantidade	-	1.025.000
Prazo máximo para o exercício das opções	02 anos	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a contar da data da subscrição	1 ano a contar da data da subscrição
Preço médio ponderado de exercício	9,85	10,77
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,00	6,09
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	4,11	7,81

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações referidas neste item 13.7 encontram-se segregadas em (i) informações relativas ao Plano de Opções e (ii) informações referentes ao ILP.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES
Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	9,00	6,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	0,00	6,00
Opções exercidas		
Número de ações	0,00	1.025.000
Preço médio ponderado de exercício	0,00	10,77
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	20,54
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	8,33	6,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	0,00	10,00
Opções exercidas		
Número de ações	0,00	744.742
Preço médio ponderado de exercício	0,00	8,48
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	6,79
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	8,00	7,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	8,00	7,00
Opções exercidas		
Número de ações	55.000	450.472
Preço médio ponderado de exercício	16,66	8,92
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	2,94	10,68
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

(2) Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários – ILP

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	9,00	6,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	N/A	6,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	236.520
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	15,42
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	3,34

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2016

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	8,33	6,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	N/A	6,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	236.520
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	15,42
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	3,34

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros⁽¹⁾	9,00	7,00
Nº de Membros Remunerados⁽²⁾	N/A	7,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	236.520
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	16,08
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	3,52

⁽¹⁾ O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente apurado nos termos do item 13.2.

⁽²⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opções de Ações, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**a. Modelo de precificação**

O valor justo das opções de compra de ações por nós outorgadas foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes até 2013.

A partir de 2013, a nossa Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a nossa Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black-Scholes. A alteração para o modelo Binomial foi realizada para garantir uma maior precisão no cálculo do *fair value* das opções devido às características de obrigatoriedade de exercício das opções com a utilização de 50% do bônus do executivo e do *lock up* das ações após o exercício das opções.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

As premissas utilizadas para o cálculo de cada outorga são (i) a data de outorga, (ii) o preço *spot*, (iii) o preço de exercício da opção, (iv) a taxa de juros livre de risco, (v) a volatilidade anual, (vi) o prazo médio (em anos); e (vii) *dividend yield*.

Data de Outorga

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva. Os pagamentos em aberto ao final de cada exercício são mensurados e reconhecidos pela Companhia ao final do exercício.

A nossa Companhia reconhece mensalmente o valor justo das opções outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado.

Preço Spot

É o preço de mercado da ação na data da outorga. Para as ações da nossa Companhia, deve ser considerada a cotação das ações na BM&FBOVESPA na data da outorga.

Preço de Exercício da Opção

É o preço estabelecido no Programa, corrigido mensalmente pelo índice IGP-M e pelos dividendos distribuídos da data da outorga até a data de exercício.

Taxa de Juros Livre de Risco

Para as outorgas calculadas pelo modelo de Black and Scholes, a taxa de juros livre de risco utilizada foi a dos contratos de NTN-B com vencimento próximo ao vencimento da opção.

Para as outorgas calculadas pelo modelo Binomial, a taxa de juros livre de risco utilizada é a média da curva dos contratos futuros de DI com prazo de vencimento próximo ao vencimento da opção.

Para maiores informações sobre as taxas de juros livre de risco utilizadas em cada uma das outorgas, consulte a nota explicativa 21 de nossas Demonstrações Financeiras.

Volatilidade Anual

Para as outorgas calculadas pelo modelo de Black-Scholes, utilizamos a volatilidade logarítmica histórica desde a abertura de capital até a data imediatamente anterior à data da outorga.

Para as outorgas calculadas pelo modelo Binomial, utilizamos o modelo de Garch com histórico dos últimos dois anos da data imediatamente anterior à data da outorga.

Para maiores informações sobre as taxas de juros livre de risco utilizadas em cada uma das outorgas, consulte a nota explicativa 21 de nossas Demonstrações Financeiras.

Prazo de Vencimento da Opção

É o período entre a data da outorga e a data média ponderada de exercício das opções, que leva em consideração a nossa estimativa quanto às datas em que os beneficiários exercerão efetivamente suas opções, já considerado o exercício obrigatório de 50% da remuneração variável líquida a cada ano.

Dividend Yield - Dividendos Esperados

O *dividend yield* é retorno em dividendos de uma ação, ou seja, o dividendo pago por ação de uma empresa, dividido pelo preço da ação.

Para maiores informações sobre as taxas de juros livre de risco utilizadas em cada uma das outorgas, consulte a nota explicativa 21 de nossas Demonstrações Financeiras.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Os exercícios antecipados estão previstos na estimativa de prazo de vencimento da opção. O exercício antecipado, ou seja, antes da data-limite para exercício, pode ocorrer por conta da destinação compulsória de parte da remuneração variável para exercício das opções ou por livre e espontânea vontade do beneficiário.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para as outorgas calculadas pelo modelo de Black-Scholes, utilizamos a volatilidade logarítmica histórica desde a abertura de capital até a data imediatamente anterior à data da outorga.

Para as outorgas calculadas pelo modelo Binomial, utilizamos o modelo de Garch com histórico dos últimos dois anos da data imediatamente anterior à data da outorga.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Em relação ao preço final de cada uma das opções, além de todos os fatores mencionados nos itens anteriores, consideramos o período de *Lock-up* e a obrigatoriedade de investir 50% da remuneração variável (Participação no Resultado) líquida no exercício das opções.

Lock-up

Período em que o beneficiário terá que aguardar para ter direito ao benefício (*payoff*) do exercício das opções, ficando suscetível a volatilidade da ação nesse período. Em nosso caso o prazo utilizado é de um ano após o exercício da opção.

13.9. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão
Ações Ordinárias da Estácio Participações S.A. (ESTC3) em 31/12/2017

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	415.779	0,13	0,13
Diretoria ⁽¹⁾	Ações Ordinárias	285.000	0,09	0,09
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	-	-	-

⁽¹⁾ Excluem-se as ações dos Diretores que também são membros do Conselho de Administração da Companhia.

Salvo o disposto acima e no item 12.13 deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, na data de encerramento do último exercício social, não detinham, direta ou indiretamente, ações ou cotas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela nossa Companhia e/ou sociedades controladas. A nossa companhia possui capital pulverizado e, dessa forma, não possui acionista controlador.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do nosso conselho de Administração e para nossos diretores estatutários.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	6,00	6,00	7,00	9,00	8,33	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	7,00	7,00	8,33	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior Remuneração (Reais)	3.970.881,99	2.900.079,63	7.692.686,00	1.116.000	1.122.779,88	886.843,00	142.919	105.922,00	93.600,00
Valor da menor Remuneração (Reais)	649.173,67	607.820,44	2.448.939,00	300.000	350.549,94	519.429,00	142.919	105.922,00	93.600,00

Valor médio da Remuneração (Reais)	3.741.197,17	1.870.209,92	4.056.436,36	1.017.819	602.668,82	567.090,44	142.919	105.922,00	93.600,00
---	--------------	--------------	--------------	-----------	------------	------------	---------	------------	-----------

Observação	Diretoria Estatutária
31/12/2017	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 06 (seis) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que nenhum dos membros exerceu o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
31/12/2016	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 06 (seis) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que nenhum dos membros exerceu o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>



31/12/2015	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/18.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
Conselho de Administração	
31/12/2017	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que não consideramos todos os membros do órgão, visto que apenas um membro exerceu o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>



<p>31/12/2016</p>	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que não consideramos todos os membros do órgão, visto que apenas um membro exerceu o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
<p>31/12/2015</p>	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
<p>Conselho Fiscal</p>	



31/12/2017	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
31/12/2016	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP No 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>



31/12/2015	<p>O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP 02/2018.</p> <p>Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 (doze) meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.</p> <p>Para informar a menor remuneração, esclarecemos que consideramos todos os membros do órgão, visto que todos os membros exerceram o seu cargo durante todo o exercício social. Nenhum membro renunciou à remuneração.</p>
-------------------	--



13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, ver o item 12.11 do Formulário de Referência da Companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Desde o final do ano de 2010, somos uma Companhia de controle difuso, não possuindo acionista controlador, conforme definido pelas regras que tratam desse assunto.

Dessa forma, não houve nos 3 (três) últimos exercícios sociais qualquer remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas a controladores, diretos ou indiretos, da Companhia.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 2017 – Remuneração Recebida em função do exercício do cargo na Companhia

(Valores em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	10.351.000	-	10.351.000
Sociedades sob o controle comum	-	-	-	-

⁽¹⁾ Remuneração paga por nossas controladas SESES, IREP, ATUAL e Academia do Concurso.

Exercício social 2016 – Remuneração Recebida em função do exercício do cargo na Companhia

(Valores em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	11.487.000	-	11.487.000
Sociedades sob o controle comum	-	-	-	-

⁽²⁾ Remuneração paga por nossas controladas SESES, IREP, ATUAL e Academia do Concurso.

Exercício social 2015 – Remuneração Recebida em função do exercício do cargo na Companhia

(Valores em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do Emissor	-	12.772.000 ⁽¹⁾	-	12.757.000
Sociedades sob o controle comum	-	-	-	-

⁽¹⁾ Remuneração paga por nossas controladas SESES, IREP, ATUAL e Academia do Concurso.

Adicionalmente, nos últimos 3 (três) exercícios sociais não foram atribuídas, no Brasil ou no exterior, remunerações aos nossos administradores e membros do conselho fiscal que tenham sido reconhecidas no resultado de nossas controladas e que não se refiram ao exercício de cargo na nossa Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Apresentamos abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, as memórias de cálculo do:

- (i) Número de membros total de cada órgão apresentado no quadro 13.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais;
- (ii) Número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão ou foram (conforme aplicável) atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício.

(I) NÚMERO DE MEMBROS TOTAL

Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2018

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2018	6,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2018	6,00	9,00	3,00
Março de 2018	6,00	9,00	3,00
Abril de 2018	6,00	9,00	3,00
Mai de 2018	6,00	9,00	3,00
Junho de 2018	6,00	9,00	3,00
Julho de 2018	6,00	9,00	3,00
Agosto de 2018	6,00	9,00	3,00
Setembro de 2018	6,00	9,00	3,00
Outubro de 2018	6,00	9,00	3,00
Novembro de 2018	6,00	9,00	3,00
Dezembro de 2018	6,00	9,00	3,00
Média	6,00	9,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2017	6,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2017	6,00	9,00	3,00
Março de 2017	6,00	9,00	3,00
Abril de 2017	6,00	9,00	3,00
Mai de 2017	6,00	9,00	3,00
Junho de 2017	6,00	9,00	3,00
Julho de 2017	6,00	9,00	3,00
Agosto de 2017	6,00	9,00	3,00
Setembro de 2017	6,00	9,00	3,00
Outubro de 2017	6,00	9,00	3,00
Novembro de 2017	6,00	9,00	3,00
Dezembro de 2017	6,00	9,00	3,00
Média	6,00	9,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016:

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2016	7,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2016	7,00	8,00	3,00
Março de 2016	7,00	8,00	3,00
Abril de 2016	6,00	8,00	3,00
Mai de 2016	7,00	8,00	3,00
Junho de 2016	5,00	8,00	3,00
Julho de 2016	5,00	9,00	3,00
Agosto de 2016	5,00	9,00	3,00
Setembro de 2016	5,00	9,00	3,00
Outubro de 2016	6,00	9,00	3,00
Novembro de 2016	6,00	7,00	3,00
Dezembro de 2016	6,00	8,00	3,00
Média	6,00	8,33	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2015	7,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2015	7,00	9,00	3,00
Março de 2015	7,00	9,00	3,00
Abril de 2015	7,00	9,00	3,00
Mai de 2015	7,00	9,00	3,00
Junho de 2015	7,00	9,00	3,00
Julho de 2015	7,00	9,00	3,00
Agosto de 2015	7,00	9,00	3,00
Setembro de 2015	7,00	9,00	3,00
Outubro de 2015	7,00	9,00	3,00
Novembro de 2015	7,00	9,00	3,00
Dezembro de 2015	7,00	9,00	3,00
Média	7,00	9,00	3,00

(II) NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS**Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2018**

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2018	6,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2018	6,00	9,00	3,00
Março de 2018	6,00	9,00	3,00
Abril de 2018	6,00	9,00	3,00
Maio de 2018	6,00	9,00	3,00
Junho de 2018	6,00	9,00	3,00
Julho de 2018	6,00	9,00	3,00
Agosto de 2018	6,00	9,00	3,00
Setembro de 2018	6,00	9,00	3,00
Outubro de 2018	6,00	9,00	3,00
Novembro de 2018	6,00	9,00	3,00
Dezembro de 2018	6,00	9,00	3,00
Média	6,00	9,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2017	6,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2017	6,00	9,00	3,00
Março de 2017	6,00	9,00	3,00
Abril de 2017	6,00	9,00	3,00
Maio de 2017	6,00	9,00	3,00
Junho de 2017	6,00	9,00	3,00
Julho de 2017	6,00	9,00	3,00
Agosto de 2017	6,00	9,00	3,00
Setembro de 2017	6,00	9,00	3,00
Outubro de 2017	6,00	9,00	3,00
Novembro de 2017	6,00	9,00	3,00
Dezembro de 2017	6,00	9,00	3,00
Média	6,00	9,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016:

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2016	7,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2016	7,00	8,00	3,00
Março de 2016	7,00	8,00	3,00
Abril de 2016	6,00	8,00	3,00
Maio de 2016	7,00	8,00	3,00
Junho de 2016	5,00	8,00	3,00
Julho de 2016	5,00	9,00	3,00
Agosto de 2016	5,00	9,00	3,00
Setembro de 2016	5,00	9,00	3,00

Outubro de 2016	6,00	9,00	3,00
Novembro de 2016	6,00	7,00	3,00
Dezembro de 2016	6,00	8,00	3,00
Média	6,00	8,33	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2015	7,00	9,00	3,00
Fevereiro de 2015	7,00	9,00	3,00
Março de 2015	7,00	9,00	3,00
Abril de 2015	7,00	9,00	3,00
Mai de 2015	7,00	9,00	3,00
Junho de 2015	7,00	9,00	3,00
Julho de 2015	7,00	9,00	3,00
Agosto de 2015	7,00	9,00	3,00
Setembro de 2015	7,00	9,00	3,00
Outubro de 2015	7,00	9,00	3,00
Novembro de 2015	7,00	9,00	3,00
Dezembro de 2015	7,00	9,00	3,00
Média	7,00	9,00	3,00

Remuneração dos Administradores

Conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2018, editado em 28 de fevereiro de 2018, devem também ser considerados para fins da determinação do valor da remuneração global, todos os valores relativos à remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal, incluindo mas não se limitando às despesas relativas ao reconhecimento contábil de outorgas de opções de compra de ações aos referidos administradores.

Dessa forma, além dos valores estimados de desembolso a serem realizados aos administradores relativos, os valores que são arcados pela Companhia quanto (i) ao reconhecimento contábil de outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra da Companhia aprovado na Assembleia Geral realizada em 13 de junho de 2008 e (ii) aos encargos sociais devidos pela Companhia, devem ser considerados para fins do valor da remuneração global.

Seguem abaixo quadros contendo resumo da remuneração dos administradores no exercício corrente e nos exercícios sociais considerando o acima exposto:

REMUNERAÇÃO SEM CONSIDERAR VALORES RELATIVOS A ENCARGOS SOCIAIS E OUTORGAS DE OPÇÕES			
ESTIMADA ⁽¹⁾		RECONHECIDA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DA COMPANHIA ⁽¹⁾	
Período de Referência	Remuneração (R\$ mil)	Período de Referência	Remuneração (R\$ mil)
Janeiro de 2018 a Dezembro de 2018	22.635	Exercício Social de 2018	N/A
Janeiro de 2017 a Dezembro de 2017	22.785 ⁽²⁾	Exercício Social de 2017	13.656
Janeiro de 2016 a Dezembro de 2016	19.045 ⁽²⁾	Exercício Social de 2016	15.987
Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015	19.000 ⁽²⁾	Exercício Social de 2015	18.624

- (1) Valores não incluem as despesas relativas ao reconhecimento contábil das opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral realizada em 13 de junho de 2008, bem como os valores dos encargos sociais pagos pela Companhia.
- (2) Remuneração aprovada nas respectivas Assembleias Gerais para o período de referência destacado.
- (3) Exercício social em curso.

REMUNERAÇÃO INCLUINDO VALORES RELATIVOS A ENCARGOS SOCIAIS E OUTORGAS DE OPÇÕES			
ESTIMADA ⁽¹⁾		RECONHECIDA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DA COMPANHIA ⁽¹⁾	
Período de Referência	Remuneração (R\$ mil)	Período de Referência	Remuneração (R\$ mil)
Janeiro de 2018 a Dezembro de 2018	29.337 ⁽²⁾	Exercício social de 2018	N/A
Janeiro de 2017 a Dezembro de 2017	30.001 ⁽²⁾	Exercício Social de 2017	15.106
Janeiro de 2016 a Dezembro de 2016	37.000	Exercício Social de 2016	16.559
Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015	34.439	Exercício Social de 2015	33.780

- (1) Valores incluem as despesas relativas ao reconhecimento contábil das opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral realizada em 13 de junho de 2008, bem como os valores dos encargos sociais pagos pela Companhia.
- (2) Remuneração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral para o período de referência destacado.
- (3) Exercício social em curso.

7.5 Modelo de Pedido de Procuração (Anexo 23 da Instrução CVM 481/09)

1. Informar o nome da companhia

Estácio Participações S.A.

2. Informar as matérias para as quais a procuração está sendo solicitada

- (i) apreciar o relatório anual da administração e tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do Exercício Social encerrado em 31.12.2017 e sobre a distribuição de dividendos;
- (iii) deliberar sobre (i) o número de membros que comporá o Conselho de Administração e (ii) a eleição dos seus membros;
- (iv) fixar a remuneração global anual dos Administradores para o Exercício Social de 2018;
- (v) instalar o Conselho Fiscal;
- (vi) eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, uma vez aprovada a sua instalação; e
- (vii) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o Exercício Social de 2018.

3. Identificar as pessoas naturais ou jurídicas que promoveram, organizaram ou custearam o pedido de procuração, ainda que parcialmente, informando:

a. Nome e endereço

Estácio Participações S.A., com sede na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Bairro: Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-311, Brasil

b. Desde quando é acionista da companhia

Não Aplicável.

c. Número e percentual de ações de cada espécie e classe de sua titularidade

Não Aplicável.

d. Número de ações tomadas em empréstimo

Não Aplicável.

e. Exposição total em derivativos referenciados em ações da companhia

Não Aplicável

f. Relações de natureza societária, empresarial ou familiar existentes ou mantidas nos últimos 3 anos com a companhia ou com partes relacionadas à companhia, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não Aplicável.

4. Informar se qualquer das pessoas mencionadas no item 3, bem como qualquer de seus controladores, controladas, sociedades sob controle comum ou coligadas tem interesse especial na aprovação das matérias para as quais a procuração está sendo solicitada, descrevendo detalhadamente a natureza e extensão do interesse em questão

O Pedido Público foi promovido pela Administração, tendo em vista a Companhia não ter um acionista controlador e suas ações serem pulverizadas, o que dificulta a obtenção de quórum para instalação e deliberação da Assembleia. Dessa forma, não há nenhum interesse especial na aprovação das matérias

objeto do processo de solicitação ora realizado, sendo o principal objetivo a composição de quórum para instalação da Assembleia em primeira convocação e a facilitação da participação dos acionistas.

5. Informar o custo estimado do pedido de procuração

O custo estimado pela Companhia do pedido de procuração é de aproximadamente R\$4.000,00 (quatro mil reais).

6. Informar se (a) a companhia custeou o pedido de procuração ou (b) se seus autores buscarão ressarcimento de custos junto à companhia

O presente pedido público de procuração será custeado integralmente pela Companhia. Pedidos públicos de procuração de acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social serão custeados nos termos da Instrução CVM 481/09.

7. Informar:

a. O endereço para o qual a procuração deve ser remetida depois de assinada; ou

As procurações físicas (acompanhada dos documentos que confirmam a representação, conforme aplicável), com firma reconhecida, deverão ser enviadas à Companhia até o dia **16 de abril de 2018, inclusive** (ou seja, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia), por correspondência ou e-mail, observado que as vias originais das procurações enviadas por email deverão ser também encaminhadas à Companhia no endereço abaixo:

Estácio Participações S.A.

A/C: Diretoria Jurídica – Gerência Jurídica Corporativa
Sr(as) Alberto Senna / Simone Braga / Bianca Peuker
Avenida das Américas, 4.200, Bloco 11, cobertura, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP 22640-907
Email: juridico.societario@estacio.br
Assunto: Documentos para participação na AGO

b. Caso a companhia aceite procurações por meio de sistema na rede mundial de computadores, as instruções para a outorga da procuração.

A Companhia aceitará procurações por email nos termos do item (a) acima, porém uma vez que a Companhia passou a adotar este ano também a possibilidade de votação por meio do boletim de voto a distância, não será disponibilizado sistema eletrônico específico para a outorga de procurações eletrônicas nos termos dos exercícios sociais anteriores.

Esclarecimentos Adicionais

Em caso de dúvida com relação aos procedimentos de representação acima, favor contatar

Flávia Menezes de Oliveira
Gerente de Relações com Investidores
Avenida das Américas, 4.200, Bloco 11, cobertura, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP 22640-907
Tel: 55-21-3311-9700
E-mail: ri@estacioparticipacoes.com

A Administração da Companhia esclarece ter divulgado Comunicado ao Mercado da intenção de realização do Pedido de Procuração Pública nesta data. Ressalta-se que em até 5 (cinco) dias úteis da divulgação do referido Comunicado poderão ser enviados à Companhia pedidos escritos de inclusão por acionistas, nos termos do artigo 28 da Instrução CVM 481, de candidatos na procuração a ser fornecida no âmbito do pedido público de procuração.

7.5.1 Modelo de Procuração

PROCURAÇÃO

Por este instrumento de Procuração, [ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO], (“Outorgante”), neste ato nomeia e constitui como procurador:

1) **Alberto de Senna Santos**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade nº. 21.220, expedida pela OAB/DF em 24.01.2008, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 700.455.181-49 ou **Thiago Reis Virginio**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 190.036, expedida pela OAB/RJ em 07/11/2014, e inscrito no CPF/MF sob o nº 124.324.987-04, ambos endereço profissional na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Saúde, CEP 20081-311, para votar **A FAVOR** nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) acionista Outorgante;

2) **Simone Wilches Braga**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade nº 97.249, expedida pela OAB/RJ em 04/09/2009, e inscrita no CPF/MF sob o nº 992.969.427-72 ou **Viviane Pires de Souza Araujo**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade nº 144.479, expedida pela OAB/RJ em 16/06/2008, e inscrita no CPF/MF sob o nº 101.590.067-40, ambos com endereço profissional na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Saúde, CEP 20081-311, para votar **CONTRA** nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) acionista Outorgante; e

3) **Bianca Peuker**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade nº 176681, emitida em 11/04/2014 pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 085.495.647-61 ou **Daniel Bayer**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 110.331, expedida pela OAB/RJ em 15/05/2009, e inscrito no CPF/MF sob o nº 925.318.497-34, com endereço profissional na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Saúde, CEP 20081-311, para **ABSTER-SE** de votar nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) acionista Outorgante.

Outorgando-lhes poderes específicos para, comparecer, examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, na Assembleia Geral Ordinária da ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. (“COMPANHIA”), sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.807.432/0001-10, com sede na Avenida Venezuela, 43, 6º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-311, a serem realizadas em primeira convocação no dia 18 de abril de 2018, às 15:00 horas, na sede da COMPANHIA, ou em segunda convocação, em data e horário a serem definidos, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

() APROVAR
() REJEITAR
() ABSTER-SE

- (ii) quanto à deliberação sobre a destinação do lucro líquido do Exercício Social encerrado em 31.12.2017 e sobre a distribuição de dividendos, conforme Proposta da Administração, nos seguintes termos:

- **Reserva Legal:** a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido de 2017 à constituição de reserva legal no montante de R\$ 21.229.476,30;
- **Distribuição de Dividendos:** distribuição de dividendos, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, no montante de R\$100.840.012,45;

- **Reserva para Efetivação de Novos Investimentos:** a destinação do saldo remanescente do lucro líquido ajustado do exercício, no montante total de R\$302.520.037,35, à Reserva para Efetivação de Novos Investimentos.

A instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

APROVAR
 REJEITAR
 ABSTER-SE

- (iii) definir que o Conselho de Administração será composto conforme proposta da administração:

APROVAR
 REJEITAR
 ABSTER-SE

- (iv) Eleger os membros para compor o Conselho de Administração, indicados pela Administração, quais sejam: Sr. Juan Pablo Zucchini, Sr. Brenno Raiko de Souza, Sr. Maurício Luis Lucchetti, Sr. Líbano Miranda Barroso, Sr. Igor Xavier Correia Lima, Sr. Flavio Benício Jansen Ferreira, Sr. Jackson Medeiros de Farias Schneider, Sr. Osvaldo Burgos Schirmer e Sr. Luiz Roberto Liza Curi?

APROVAR
 REJEITAR
 ABSTER-SE

- (v) quanto à fixação da remuneração global anual dos Administradores para o Exercício Social de 2018, nos termos da Proposta da Administração, no valor de até R\$ 29.336.555 (vinte e nove milhões, trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais) – tal valor se refere ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 –, a instrução de voto é para que o OUTORGADO vote:

APROVAR
 REJEITAR
 ABSTER-SE

- (vi) quanto à instalação do Conselho Fiscal, a instrução de voto é para que o OUTORGADO:

APROVAR
 REJEITAR
 ABSTER-SE

- (vii) caso instalado o Conselho Fiscal, quanto a eleição dos membros titulares e suplentes para compor o Conselho Fiscal, vote com relação à eleição dos candidatos indicados pela Administração: Efetivos: Emanuel Sotelino Schifferle, Pedro Wagner Pereira Coelho e Vanessa Claro Lopes. Suplentes: Julio Cesar Garcia Piña Rodrigues, Gustavo Matioli Vieira Janer e Saulo de Tarso Alves de Lara, a instrução de voto é para que o OUTORGADO:

APROVAR
 REJEITAR
 ABSTER-SE

- (viii) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o Exercício Social de 2018, no valor de até R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais), nos termos da Proposta de Administração, a instrução de voto é para que o OUTORGADO:

- APROVAR
 REJEITAR
 ABSTER-SE

Para os fins da outorga deste mandato, o procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia Geral Ordinária agendada, em primeira convocação, para o dia 18 de abril de 2018, quer em 1ª ou em 2ª Convocação (neste caso, em data e horário a serem definidos, conforme necessário), e ao lançamento de voto em conformidade com as orientações de voto acima manifestadas, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao cumprimento deste mandato. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas. O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 2 (dois) meses, a partir da presente data.

[local], [dia] de [mês] de 2018.

[INSERIR NOME DO OUTORGANTE]

8. Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, no uso de suas atribuições legais, consoante as disposições do artigo 163 da Lei n.º 6.404/76 e, nos limites da sua competência, (i) após concluírem os trabalhos de verificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com os devidos esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia e baseados no relatório e parecer dos Auditores, emitiram parecer favorável à aprovação das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, que, acompanhadas do Relatório da Administração, estão adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação dos acionistas, (ii) após análise e esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia, emitiram parecer favorável à proposta da administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo o pagamento de dividendos, recomendando a sua aprovação pelos acionistas da Companhia, nos termos propostos; e (iii) examinaram a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$8.946.000,00 (oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil reais), mediante a capitalização de saldo de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, tendo opinado favoravelmente à sua aprovação, nos termos propostos e com fundamento no art. 6º do Estatuto Social da Companhia. Rio de Janeiro, 15 de março de 2018. Assinaturas: Emanuel Sotelino Schifferle - Presidente do Conselho; Pedro Wagner Pereira Coelho – Conselheiro; Vanessa Claro Lopes – Conselheira.

9. Parecer do Comitê de Auditoria e Finanças

O Comitê de Auditoria e Finanças da Estácio, comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (“CAF”), proferiu parecer quanto ao Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 2017, nos seguintes termos:

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E FINANÇAS

Os abaixo assinados membros do Comitê de Auditoria e Finanças da Estácio Participações S.A., no exercício de suas atribuições, conforme previsto no artigo 3º, alínea “c” do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Finanças, emitem parecer favorável para o Conselho de Administração e recomendam a aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e das respectivas Notas Explicativas, todos estes documentos relativos ao exercício de 2017, não havendo qualquer divergência entre a administração da companhia, os auditores independentes e este comitê. Rio de Janeiro, 8 de março de 2018. Assinaturas: Osvaldo Burgos Schirmer - Coordenador e Membro do CAF; Brenno Raiko de Souza - Membro do CAF; e Líbano Miranda Barroso- Membro do CAF.

10. Modelo de Boletim de Voto a Distância**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - ESTACIO PARTICIPACOES S.A. de 18/04/2018**

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF acionista
E-mail
Orientações de preenchimento Caso opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá preencher o presente Boletim de Voto a Distância (“Boletim”), que somente será considerado válido e os votos aqui proferidos contabilizados no quórum da assembleia geral, se observadas as seguintes instruções: (i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas; e (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente. É imprescindível que os itens 1 e 2 acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no Boletim, tampouco a sua consularização. Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto por meio do Boletim deverão observar as demais regras e formalidades descritas no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia (regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais), disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br).
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante Para que este Boletim seja considerado entregue, o Boletim e demais documentos necessários conforme mencionado abaixo, deverão ser recebidos até 7 (sete) dias antes da Assembleia, ou seja, até 11.04.2018 (inclusive), devendo o acionista que optar pelo voto a distância enviá-los adotando uma das seguintes alternativas: (i) ENVIO AO ESCRITURADOR: o acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia (a Itaú Corretora de Valores S.A.), somente no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador. (ii) ENVIO AO CUSTODIANTE: o acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim aos seu respectivo agente de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central ao custodiante de suas ações, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante. (iii) ENVIO DIRETAMENTE À COMPANHIA: o acionista deverá enviar este Boletim ao endereço postal indicado abaixo, acompanhado dos documentos exigidos pela Companhia, conforme detalhado no Manual para a Assembleia. O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico juridico.societario@estacio.br . De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original (física) do Boletim e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, até o dia 11.04.2018 (inclusive).

Para mais esclarecimentos, acessar o Manual para participação na Assembleia, disponível nos websites da Companhia (www.estacioparticipacoes.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Em caso de dúvidas, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, no telefone: (21) 3311-9700 ou por email: ri@estacioparticipacoes.com. Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto por meio do Boletim deverão observar as demais regras e formalidades descritas no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia (regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais), disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Departamento Jurídico - Gerência Jurídica Corporativa (Societário)
A/c Sr(as) Alberto Senna / Simone Braga / Bianca Peuker
Avenida das Américas, 4.200, Bloco 11, Cobertura, Barra da Tijuca,
Rio de Janeiro/RJ, CEP 22640-907, Brasil
E-mail: juridico.societario@estacio.br
Telefone: (55) (21) 3311-8932 / 9793

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar – São Paulo
Atendimento a acionistas:
3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)
0800 7209285 (demais localidades)
O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.
Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações/ Questões Relacionadas à AGO

1. Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017.

APROVAR() REJEITAR () ABSTER-SE

2. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2017 e sobre a distribuição de dividendos, conforme Proposta da Administração, nos seguintes termos:

Reserva Legal: a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido de 2017 à constituição de reserva legal no montante de R\$ 21.229.476,30;

Distribuição de Dividendos: distribuição de dividendos, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, no montante de R\$100.840.012,45;

Reserva para Efetivação de Novos Investimentos: a destinação do saldo remanescente do lucro líquido ajustado do exercício, no montante total de R\$302.520.037,35, à Reserva para Efetivação de Novos Investimentos.

APROVAR () REJEITAR () ABSTER-SE

3. Definir que o Conselho de Administração será composto conforme proposta da administração:

APROVAR() REJEITAR () ABSTER-SE

4. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404 de 1976?

SIM () NÃO () ABSTER-SE

Eleição do conselho de administração por chapa única

Conselho de Administração / Board of Directors

Juan Pablo Zucchini

Brenno Raiko de Souza

Maurício Luis Lucchetti

Líbano Miranda Barroso

Igor Xavier Correia Lima

Flavio Benício Jansen Ferreira

Jackson Medeiros de Farias Schneider

Oswaldo Burgos Schirmer

Luiz Roberto Liza Curi

5. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa – Conselho de Administração / Board of Directors

APROVAR REJEITAR ABSTER-SE

6. Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

SIM NÃO ABSTER-SE

7. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu?

SIM NÃO ABSTER-SE

8. Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída

Juan Pablo Zucchini [] %

Brenno Raiko de Souza [] %

Maurício Luis Lucchetti [] %

Líbano Miranda Barroso [] %

Igor Xavier Correia Lima [] %

Flavio Benício Jansen Ferreira [] %

Jackson Medeiros de Farias Schneider [] %

Oswaldo Burgos Schirmer [] %

Luiz Roberto Liza Curi [] %

9. Fixar a remuneração global anual dos Administradores para o Exercício Social de 2018, nos termos da Proposta da Administração, no valor de até R\$ 29.336.555 (vinte e nove milhões, trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais). Tal valor se refere ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018:

APROVAR REJEITAR ABSTER-SE

10. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976

APROVAR REJEITAR ABSTER-SE

Eleição do conselho fiscal por chapa única

Conselho Fiscal / Fiscal Council

Emanuel Sotelino Schifferle (Efetivo) / Gustavo Matioli Vieira Janer (Suplente)
Pedro Wagner Pereira Coelho (Efetivo) / Julio Cesar Garcia Piña Rodrigues (Suplente)
Vanessa Claro Lopes (Efetivo) / Saulo de Tarso Alves de Lara (Suplente)

11. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa – Conselho Fiscal / Fiscal Council APROVAR REJEITAR ABSTER-SE**12.** Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os artigos 161, §4º, e 240 da Lei nº 6.404 de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos a chapa escolhida? SIM NÃO ABSTER-SE**13.** Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018, no valor de até R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais), nos termos da Proposta da Administração. APROVAR REJEITAR ABSTER-SE**14.** Em caso de segunda convocação da Assembleia Geral, as instruções de voto constantes neste boletim podem ser consideradas também para a realização em segunda convocação? SIM NÃO ABSTER-SE

Cidade: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Nome do Acionista: _____

E-mail : _____